



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE RONDONÓPOLIS

# PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

LICENCIATURA EM  
HISTÓRIA



**REITORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Analy Castilho Polizel

**VICE REITORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antônia Marília Medeiros Nardes

**PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO**

Prof. Dr. Ronei Coelho de Lima

**DIRETORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria Filgueiras Dapper

**DIRETORA DE PROGRAMAS ESPECIAIS**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Lobo Sousa

**DIRETOR DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO**

José Renato Mendonça

**DIRETORA DE BIBLIOTECA**

M.<sup>a</sup> Renata Bezerra Valeriano

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO LICENCIATURA EM  
HISTÓRIA**

**2023 - 2031**

## PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO LICENCIATURA EM HISTÓRIA

---

### COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A comissão elaboradora do projeto Pedagógico do Curso, designada pela Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais mediante Portaria ICHS/UFR nº 16, de 19 de dezembro de 2022, foi composta pelos seguintes membros:

- I. Alice de Carvalho Lino Lecci - SIAPE 242\*\*\*\*;
- II. Jocenaide Maria Rossetto Silva - SIAPE 329\*\*\*\*;
- III. Paula Faustino Sampaio - SIAPE 288\*\*\*\*;
- IV. Talitta Tatiane Martins Freitas - SIAPE 131\*\*\*\*;
- V. Flávio Vilas-Bôas Trovão - SIAPE 199\*\*\*\*, Presidente;

# Sumário

<b>I – APRESENTAÇÃO</b>	<b>6</b>
1.1 Perfil e Missão da Universidade Federal de Rondonópolis – UFR	6
1.2 Dados da Instituição	8
1.3 Histórico de Curso e Justificativa	8
1.4 Políticas institucionais no âmbito do curso	14
<b>II ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA</b>	<b>19</b>
2.1 Dados do Curso	19
2.2 Formas de ingresso	19
2.3 Objetivos do curso	20
2.4 Perfil do egresso e áreas de atuação	21
2.5 Estrutura Curricular	23
2.5.1 Matriz curricular	25
2.5.2 Fluxo Curricular	30
2.5.2.1 Quadro do Fluxo Curricular	31
2.5.3 Descrição dos componentes curriculares	34
2.5.3.1 Disciplinas (obrigatórias e optativas)	34
2.5.3.2 Atividades curriculares de extensão	34
2.5.3.3 Estágio supervisionado	38
2.5.3.4 Trabalho de conclusão de curso	40
2.5.3.5 Atividades complementares	40
<b>III METODOLOGIA DE ENSINO</b>	<b>42</b>
3.1 Oferta de educação a distância e atividade de tutoria	43
3.3 TICs no processo de ensino-aprendizagem	44
3.4 Ambiente Virtual de aprendizagem (AVA)	45
3.5 Material didático	47
3.6 Integração com as redes públicas de Ensino	48
3.7 Integração com a pesquisa e pós-graduação	50
<b>IV. APOIO AO(À) DISCENTE</b>	<b>52</b>
<b>V. AVALIAÇÃO</b>	<b>54</b>
5.1 Avaliação do processo ensino aprendizagem	54
5.2 Avaliação externa e autoavaliação do Curso	55
<b>VI CORPO DOCENTE e TÉCNICO ADMINISTRATIVO</b>	<b>58</b>
6.1 Corpo Docente	58

6.1.1 Quadro descritivo do corpo docente	59
6.2 Quadro descritivo do corpo técnico-administrativo	64
6.3 Equipe multidisciplinar	64
6.3.1. Quadro descritivo da equipe multidisciplinar	64
<b>VII INFRAESTRUTURA</b>	<b>66</b>
7.1 Sala de trabalho para professores(as) em tempo integral	66
7.2 Sala de trabalho para a coordenação de curso	66
7.3 Salas de aula	67
7.4 Ambientes de Convivência	67
7.5 Laboratórios	68
7.5.1 Quadro de laboratórios	72
7.6 Biblioteca	73
<b>VIII GESTÃO DO CURSO</b>	<b>75</b>
8.1 Núcleo Docente Estruturante	75
8.2 Colegiado de curso	76
8.3 Comitê de ética em pesquisa	79
8.4 Coordenação do curso	82
<b>IX – EQUIVALÊNCIA DE MATRIZES CURRICULARES</b>	<b>84</b>
9.1 PLANO DE MIGRAÇÃO DE FLUXO CURRICULAR	88
9.1.1 Plano de Migração de Fluxo Curricular	90
9.1.2 Plano de Migração de Fluxo Curricular	92
<b>X– REFERÊNCIAS</b>	<b>93</b>
<b>APÊNDICE I – EMENTÁRIO</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE II – REGULAMENTO DA EXTENSÃO</b>	<b>208</b>
<b>APÊNDICE III – REGULAMENTO DO ESTÁGIO</b>	<b>213</b>
<b>APÊNDICE IV – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>	<b>226</b>
<b>APÊNDICE V – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES</b>	<b>230</b>
<b>APÊNDICE VI – REGULAMENTO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA</b>	<b>235</b>
<b>APÊNDICE VII – REGIMENTO LEPHIS</b>	<b>238</b>
<b>APÊNDICE VIII – REGIMENTO NDHOC</b>	<b>244</b>
<b>APÊNDICE IX – REGULAMENTO do LAPRAS-ICHS</b>	<b>248</b>

## I – APRESENTAÇÃO

### 1.1 Perfil e Missão da Universidade Federal de Rondonópolis – UFR

A Universidade Federal de Rondonópolis foi criada por desmembramento do campus da Universidade Federal de Mato Grosso, pela Lei nº 13.637, de 20 de março de 2018. Sua implantação, contudo, enquanto universidade autônoma, deu-se efetivamente com a nomeação da reitora e após a inscrição da nova instituição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o número 35.854.176/0001-95.

A Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Analy Castilho Polizel de Souza foi designada para exercer o cargo de Reitora Pró-Tempore da UFR por meio da Portaria MEC nº 2.122, de 10 de dezembro de 2019.

A UFR é a segunda universidade pública federal do estado de Mato Grosso. Sua trajetória, enquanto campus da UFMT, possui mais de 40 anos, considerando-se a criação do Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR) em 31 de março de 1976, nessa época ligado à Universidade Federal de Mato Grosso, integrando-se à UFMT, conforme Resolução CD/UFMT nº 05, de 09 de janeiro de 1980.

As demandas da comunidade local e a necessidade de expansão da própria universidade aceleraram a política de interiorização, com base em diretrizes pré-estabelecidas e ratificadas na estrutura organizacional do campus. Dessa forma, procedeu-se aos estudos para a elaboração do projeto de criação de novos cursos já no segundo semestre do mesmo ano. Tais estudos permitiram a opção por três cursos de graduação oferecidos já no primeiro semestre do ano subsequente, a saber: Pedagogia (com habilitações em Supervisão Escolar e Magistério das Matérias Pedagógicas do Segundo Grau), Letras (com habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa) e Ciências Contábeis.

É oportuno ressaltar que, desde a criação do CPR, o qual se tornou o campus de Rondonópolis da UFMT, os dois primeiros cursos funcionavam, inicialmente, em algumas salas de aula da Escola Estadual Adolfo Augusto de Moraes e no Salão Paroquial da Igreja Santa Cruz e, posteriormente, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Joaquim Nunes Rocha.

Dentre essas ações, destacam-se o projeto de criação do curso de Medicina; a expansão da pós-graduação, com programas de especialização, mestrado e doutorado; o aumento no número de projetos de extensão comunitária; a melhora expressiva em termos de infraestrutura, a assistência estudantil e o incentivo à iniciação científica e iniciação à docência. Essas ações contaram com o empenho dos(as) servidores(as) docentes e técnicos do campus universitário para cumprir as metas necessárias, as quais foram indicadas pelo MEC para a criação da UFR.

Em 2014, a luta em prol da emancipação do campus de Rondonópolis continuou mais intensa na comunidade universitária e ganhou importante apoio externo. Nesse mesmo ano, foi criado o Comitê Pró-UFR, formado pela sociedade civil organizada, que contou com representações políticas do Estado e da própria comunidade universitária. As ações desse comitê foram importantes para o processo de criação da UFR.

Desse modo, a identidade institucional da UFR foi construída, em sua trajetória histórica, por meio de lutas, engajamento social e político, e do importante papel na formação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento para um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico.

No ano de 2020, após imenso esforço e dedicação conjunta de estudantes, professores(as) e técnicos(as), a UFR conta com mais de 4.300 estudantes matriculados em 19 cursos regulares de graduação presencial e 13 cursos de pós-graduação. São mais de 300 professores concursados, aproximadamente 38 substitutos e 81 servidores técnico-administrativos em educação que trabalham com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da UFR no tripé ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento, guiando-se por padrões de qualidade que contribuem para a formação de profissionais e pesquisadores competentes e, sobretudo, éticos.

Situada a 210 km da capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá, a UFR encontra-se em uma região caracterizada por diversa e extensiva área de transição entre biomas e nascentes de rios que compõem as bacias dos rios Araguaia e Paraguai, com rica paisagem e formações geológicas. O município também ocupa uma posição de destaque, caracterizando-se como

centro econômico dinâmico da região, com taxa média de crescimento real superior à média do Estado, fato que o torna foco de interesse para investidores e para a consolidação de novos negócios.

Nossa missão é promover excelência em ensino, pesquisa e extensão, por meio de ações e políticas que incentivem a criatividade, a inovação, a internacionalização, a sustentabilidade e o respeito pelos biomas, privilegiando a formação de profissionais qualificados, éticos e aptos a adaptarem-se às necessidades da sociedade voltadas à construção e à manutenção da democracia e da justiça social.

(Fonte: Anexo único da Resolução CONSUNI/UFR nº 40, de 22 de junho 2021)

## 1.2 Dados da Instituição

Universidade Federal de Rondonópolis	CNPJ 35.854.176/0001-95	Código E-MEC 25352
Avenida dos Estudantes	Nº 5055	
Bairro Cidade Universitária		
CEP 78.736-000	Rondonópolis	Mato Grosso

## 1.3 Histórico de Curso e Justificativa

O município de Rondonópolis (MT) está localizado a 920 km de Brasília (DF) e a 212 km de Cuiabá, capital mato-grossense. Situa-se em um importante entroncamento de rodovias estaduais (MT 130 e MT 270) e federais (BR 163 e BR 364), além de estar interligado por ferrovia à região Sudeste e aos portos. As rodovias federais ligam o Sul e o Norte do país (BR 163) e o Centro-Oeste e o Leste (BR 364); Rondonópolis constitui-se, portanto, geograficamente, como ponto de articulação rodoviária e via de passagem obrigatória de bens e mercadorias.

Com tais características, Rondonópolis tornou-se polo de uma grande região, que congrega a economia de cerca de 20 municípios, os quais têm na cidade uma referência para busca de bens, mercadorias e serviços. A localização privilegiada de Rondonópolis coloca a cidade

como importante polo regional de serviços públicos e privados, na área de saúde e educação, assim como em outros setores. Sendo assim, a implementação do Campus Universitário de Rondonópolis tem um importante papel no desenvolvimento regional.

O antigo Campus Universitário de Rondonópolis (CUR) foi criado e homologado em 31 de março de 1976, mediante a Resolução nº. 01/1976 do Conselho Universitário da então Universidade Estadual de Mato Grosso, muito embora a Lei Estadual nº. 3.575, de 02 de dezembro de 1974, já autorizasse a sua criação como Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR), oferecendo simultaneamente os Cursos de Ciências e Estudos Sociais, na forma de Licenciatura Curta, quando do início de suas atividades em maio de 1976.

Com a divisão do Estado em 1977, deu-se a abertura do processo de federalização do Centro, integrando-o à Universidade Federal de Mato Grosso, uma vez que o município de Rondonópolis passava a pertencer ao Estado de Mato Grosso, na ocasião sendo dividido em duas Unidades Federativas. Posteriormente, em 05 de julho de 1979, foi instituída a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mediante a Lei Federal nº. 6.674 que, em seu artigo 13, transferiu para a Universidade Federal de Mato Grosso a responsabilidade pelo Centro Pedagógico de Rondonópolis.

Por meio do ato do Conselho Diretor nº. 05/1980, datado de 09 de janeiro de 1980, e com a lotação no quadro de pessoal administrativo (Portaria GR 016/1980) e docente (Portaria GR 015/1980) dos servidores, o Centro Pedagógico de Rondonópolis integrou-se à estrutura da Universidade Federal de Mato Grosso. Esta integração evidenciou a necessidade de uma nova adequação à estrutura organizacional da UFMT.

As demandas da comunidade local e a necessidade de expansão da própria Universidade aceleraram a política de interiorização, com base em diretrizes pré-estabelecidas e ratificadas pela Resolução CD nº. 04/1980, de 08 de maio de 1980, que aprovou a estrutura organizacional do Centro e definiu normas sobre os Cursos. Dessa forma, procedeu-se aos estudos para a elaboração do projeto de criação de novos Cursos já no segundo semestre do mesmo ano.

Tais estudos permitiram a opção por três Cursos de graduação a serem oferecidos já no primeiro semestre do ano subsequente, a saber: Ciências Contábeis, Letras (com habilitação em Português e Literatura de Língua Portuguesa) e Pedagogia (com habilitações em Supervisão Escolar e Magistério das Matérias Pedagógicas do Segundo Grau).

É oportuno ressaltar que, desde a sua criação, os dois primeiros Cursos funcionavam, inicialmente, em algumas salas de aula da Escola Estadual Adolfo Augusto de Moraes e no Salão Paroquial da Igreja Santa Cruz e, posteriormente, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Joaquim Nunes Rocha. Já o Curso de Ciências Contábeis encontrou lugar no prédio da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A criação de novos Cursos provocou a exigência da construção de uma sede própria para o Centro, que ocorreu em abril de 1983. A inauguração da primeira etapa do prédio e a transferência dos Cursos existentes para as novas instalações, com exceção dos Cursos de Ciências Contábeis e Ciências, que ainda continuaram funcionando no prédio da APAE.

Em 1986, foram implantados os Cursos de História e Geografia, extinguindo-se, assim, o Curso de Estudos Sociais. Em 1988, os Cursos de Matemática e Biologia substituíram o Curso de Ciências.

O Curso de Licenciatura em História foi criado em 1985, através da Resolução nº 67/85, do Conselho Diretor da UFMT, de 24/10/1985, e da Resolução nº 018/85, do CONSEPE, de 22/11/1985, integrando-se ao então Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR) com a oferta de 20 vagas semestrais.

Em 17 de novembro de 1992, o Ministério da Educação e Desporto, através da Portaria nº 1705, reconhece o Curso de História. A implantação da Licenciatura surge como necessidade de mudança na forma de conceber o ensino e a aprendizagem da História que, desvencilhando-se do engessamento do regime militar, deixava de ser apenas Estudos Sociais para tornar-se um curso autônomo, respeitando a natureza da própria ciência histórica. Implantado em 1986, o Curso de Licenciatura de Graduação em História, tinha por objetivo imediato atender a demanda de formação de professores(as) de História para o primeiro e segundo graus, das redes de ensino de Rondonópolis e região.

Em decorrência do próprio processo de implantação e da necessidade de se adequar o curso às novas exigências da sociedade, em 1994 o curso de História realizou várias discussões, que levaram a reestruturação do curso, tornando-o mais atualizado, adaptando-o ao regime seriado exigido pela UFMT, naquele momento. De modo geral, o Curso tem sido direcionado no sentido de que, através do ensino, o(a) estudante tenha condições de ampliar seus horizontes acerca da leitura de mundo; assumir uma postura de profissional crítico e comprometido com as mudanças do seu meio; perceber a necessidade do aprimoramento contínuo, tendo a graduação como uma primeira etapa deste processo, constituindo-se desta forma como um profissional competente e qualificado no âmbito da Educação.

As novas exigências do século XXI apontam para uma formação mais aberta e, portanto, para um curso mais ágil, proporcionando ao(à) estudante ampliar suas possibilidades no mercado de trabalho e como sujeito histórico. Assim, a reformulação do curso atende a exigências legais de uma carga horária mínima exigida pelo MEC, e propõe uma estrutura capaz de formar profissionais para além da docência – que é a sua função nuclear, isto é, promovendo a iniciação à pesquisa, através de um núcleo que lhe é próprio, com intuito de articular ensino, pesquisa e extensão na formação de professores(as) para o ensino fundamental e médio. Nesse sentido, o Curso de História efetivou o Laboratório de Ensino e Pesquisas em História – LEPHIS, no qual os(as) estudantes operacionalizam seus conhecimentos e se preparam para a prática docente.

Um dos aspectos relevantes do Curso nos últimos anos foi a institucionalização do Núcleo de Estágio Supervisionado e o envolvimento dos(as) estudantes e docentes no cotidiano das entidades escolares nas quais os estágios são realizados.

No que se refere à pesquisa, existem quatro grupos de pesquisa: HISOCULT; INTERFACES, Arte.com e LEPHIS. Uma das preocupações do Curso de História é delinear linhas de pesquisa com vistas à implantação de um de Pós-Graduação Stricto Sensu em História (mestrado).

Nessa direção, o curso de História tem investido na manutenção de uma política de incentivo à pesquisa de seus(suas) professores(as), na divulgação dos relatórios parciais,

artigos, resumos, capítulos e livros, em periódicos nacionais e eventos científicos. Atualmente, reformulamos a política de publicação e a periodicidade da Revista Eletrônica do Curso de História que foi criada em 2009.

O curso de História tem promovido vários cursos de extensão e eventos científicos: Semana de História, Semana de Filosofia e Humanidades, Semana da África, Jornada Universitária da Reforma Agrária, entre outros, com vistas a estreitar os vínculos entre a universidade e a comunidade, o que atende também à demanda dos egressos do Curso. Em 2019 implantou um programa de extensão no Laboratório de Ensino e Pesquisa em História – LEPHIS com atendimento permanente a pesquisadores(as), estudantes e professores(as) da educação básica e a comunidade em geral.

Em relação à pós-graduação lato sensu, o curso de História tem uma política de fluxo contínuo de oferta de cursos de especialização voltados para a formação continuada dos egressos e de profissionais da área de educação e cultura.

A partir da Lei nº 13.637, de 20 de março de 2018, o campus universitário de Rondonópolis, vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso, se tornou uma instituição autônoma, sendo assim criada a Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

### **Justificativas para a reelaboração do PPC**

O Projeto Pedagógico do Curso de História passou por mudança curricular primeiramente para atender o que disciplina a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a qual “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores(as) para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores(as) da Educação Básica (BNC-Formação)”. Ao lado disso, com o processo de criação da UFR, a reelaboração visa adequar o documento às resoluções internas que foram elaboradas pela Universidade, incluindo a Resolução CONSEPE/UFR nº 10, de 14 de julho de 2022; a Resolução CONSEPE/UFR nº 15, de 31 de outubro de 2022; a Instrução Normativa PROEG/UFR nº 2, de 06 de dezembro de 2022; a Resolução CONSUNI/UFR nº 68, de 21 de dezembro de 2022; a Resolução CONSUNI/UFR nº 41, de 22 de junho de 2021; a Resolução

CONSUNI/UFR nº 23, de 08 de fevereiro de 2021 e Resolução CONSUNI/UFR nº 24, de 08 de fevereiro de 2021.

A segunda premissa decorreu da necessidade de melhor adequar o curso de Licenciatura em História face às exigências de constante atualização de suas bases teórico-metodológicas e epistemológicas. A tais premissas aliou-se a necessidade da criação de uma matriz curricular mais dinâmica, voltada a perceber as novas demandas do Ensino Básico, às expectativas dos(as) estudantes e dos(as) docentes do curso.

Nestes termos, a nova matriz curricular procurou trazer para os primeiros semestres do curso disciplinas e conteúdos que tivessem mais proximidade espaço-temporal com o público discente com o objetivo de fornecer elementos para a compreensão da realidade histórica mais contemporânea. Outra perspectiva adotada foi a de voltar a matriz curricular para uma abordagem menos cronológica e de conteúdo e mais temática e historiográfica, embora os primeiros campos não tenham sido deixados de lado. Tal rumo se justificou a partir da necessidade de oferecermos aos(às) estudantes instrumentos científicos para que tenham uma formação ampla e atualizada, em diálogo com os principais debates do campo da História.

Ao lado disso, é preciso destacar a necessidade de adequação do curso para atender a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que determina que pelo menos 10% da carga horária curricular seja destinada às atividades de extensão. Nesse sentido, optou-se pelo formato híbrido, associando a curricularização com a creditação de cargas horárias extensionistas, possibilitando aos(às) estudantes o protagonismo ao experienciar projetos, programas e disciplinas.

Finalmente, ao possibilitar o desenvolvimento da formação em História se dar de forma EaD até o limite de 20% da carga horária de integralização do curso, atende-se às necessidades de adequação do ensino às realidades contemporâneas do(a) estudante de graduação, sobretudo, as gerações mais jovens que encontram no ambiente virtual um espaço formativo. Para essa geração, formada por “nativos digitais”, (PRENSKY, 2001) a tecnologia é uma extensão da sua forma de conhecer e experimentar o mundo, através da mediação de

diferentes dispositivos eletrônicos que permitem a transposição de barreiras físicas e geográficas para o consumo de diferentes tipos de informações, produtos midiáticos e interações pessoais. Os estudos sobre juventude apontam que eles tem maior facilidade de adequação ao ambiente virtual, o que permite a utilização de estudos à distância, visitas a museus virtuais, acesso a acervos de documentação histórica digitais, plataformas de material audiovisual histórico, entre outros, ampliando, consideravelmente, o escopo de formação oferecido pelo Curso de História da UFR.

No que se refere às limitações de acesso virtual da população brasileira, dados disponibilizados pelo IBGE, em sua pesquisa “Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal” (IBGE, 2022), feita em 2021, destaca que mais de 90% dos lares brasileiros possuem algum tipo de acesso à internet, 6% a mais em comparação com 2019, o que aponta para o fato de que, ano após ano, essa tem se tornado uma das preocupações do orçamento doméstico de significativa parcela da população. Além disso, o câmpus da UFR conta com acesso a internet em todos os seus espaços, bem como, com laboratórios de informática disponíveis para estudantes e professores(as). O curso de História possui espaço equipado com computadores com acesso à internet no Laboratório de Pesquisas e Estudos em Ensino de História, (LEPHIS), localizado no Bloco A, disponível para professores(as) e estudantes.

Resumidamente, tais justificativas para a reelaboração do PPC decorrem da necessidade maior de fazer jus ao investimento público na Universidade e, conseqüentemente, oferecer à sociedade brasileira bons profissionais Licenciados em História com habilidades e competências acadêmicas em sintonia com as exigências e perspectivas da Sociedade do Século XXI.

#### **1.4 Políticas institucionais no âmbito do curso**

Considerando a sua interface com as Diretrizes Curriculares Nacionais, os princípios norteadores do Curso de Licenciatura em História são:

1. Competência como concepção nuclear na orientação do curso;
2. Coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro profissional da História;
3. Pesquisa, como foco no processo de ensino aprendizagem, uma vez que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos como mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção de conhecimento;
4. Compromisso ético/social do profissional da História na formação do cidadão.

Tais princípios se articulam aos princípios definidos pela UFR, expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), RESOLUÇÃO CONSUNI/UFR Nº 40, DE 22 DE JUNHO DE 202, e Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), RESOLUÇÃO CONSUNI/UFR Nº 41, DE 22 DE JUNHO DE 2021, em cumprimento da legislação, embasados em sólidos princípios éticos, político-sociais e de cidadania de seu corpo docente e técnico. Está estruturado com vistas a propiciar uma formação intelectual interdisciplinar sólida, com articulação entre teoria e prática (calcada na indissociabilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão), baseada e expressa em princípios e práticas democráticas, emancipatórias de reconhecimento e da valorização das diferenças e contrariamente a todas as formas de discriminação e violência.

O ensino de graduação constitui-se uma das etapas do processo de formação profissional. A partir das dimensões técnico-científica, político-social, cultural e artística, a graduação pautada na produção e socialização de conhecimentos, deve concorrer para a formação do sujeito coletivo, autônomo, (auto) crítico, criativo e solidário. O ensino de graduação e a educação continuada representam um dos compromissos essenciais da UFR, com vistas não só à democratização do conhecimento, mas também à contribuição no processo de qualificação permanente dos profissionais das diferentes áreas do conhecimento. O desenvolvimento do curso de Licenciatura em História apoia-se nas políticas institucionais da UFR, a saber:

- Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID;
- Programa Residência Pedagógica – PRP;
- Programa de Educação Tutorial - PET;

- Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC.
- Programa de Voluntariado de Iniciação Científica – VIC
- Programa Institucional de Monitoria - PIM;
- Programa de Acolhimento Estudantil - PAE;
- Acresce aos Programas e Projetos aprovados pela Instituição o que determina Regimento de Ensino de Graduação da UFR, no que se refere à acessibilidade, inclusão e permanência dos(as) estudantes de graduação; entre outros

### **Política de Internacionalização do Curso de Licenciatura em História**

Tendo em vista o Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Federal de Rondonópolis (2021-2025), bem como o Regimento dos Cursos de Graduação e o Regimento de Ensino de Graduação da UFR, a política de internacionalização do Curso de História pautar-se-á nas seguintes diretrizes:

- Solicitação a unidade ofertante do componente curricular optativo Língua Portuguesa, visando estudantes brasileiros(as) e estrangeiros(as);
- Solicitação a unidade ofertante do componente curricular optativo Língua Inglesa;
- Publicização de oportunidades e iniciativas de internacionalização para estudantes de graduação de acordo com editais e programas da Universidade Federal de Rondonópolis e seus acordos de cooperações internacionais;
- Estímulo à mobilidade acadêmica nacional e internacional de acordo com o Plano Institucional de Internacionalização, editais e programas da Universidade Federal de Rondonópolis;
- Estímulo à participação discente e docente em projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão de cooperações internacionais;
- Estímulo à participação discente em cursos e testes, nível básico, de proficiência em língua estrangeira;
- Apoio a realização e a participação de discentes e de docentes em eventos internacionais;

- Considerando a oferta de cursos preparatórios, de forma gratuita, pela Pró-Reitora de Ensino de Graduação e/ou pela Secretaria de Relações Internacionais e/ou parcerias internas à UFR, para certificação de nível básico em língua estrangeira e/ou a aprovação no componente curricular optativo Língua Inglesa para brasileiros(as) e em Língua Portuguesa para estrangeiros(as) durante o período de curso do(as) discente de história, será estimulada a participação discente e a apresentação de certificação obtida.

### **Mobilidade Acadêmica - nacional e internacional**

A mobilidade acadêmica é compreendida como um vínculo temporário que o(a) estudante da graduação regularmente matriculado pode manter com outra instituição de ensino superior nacional ou internacional, para uma temporada de estudos durante o período de integralização curricular do curso de origem, visando cursar componentes curriculares.

A mobilidade acadêmica em âmbito nacional e internacional está normatizada pelo Regimento de Ensino de Graduação e pelo convênio ANDIFES, em que celebram universidades e demais instituições federais de ensino superior. Para a realização de mobilidade internacional, faz-se importante observar os editais específicos.

Considerando as informações anteriores, os(as) estudantes do Curso de História interessados(as) em realizar mobilidade devem respeitar as normativas descritas no Regimento de Ensino de Graduação, nos editais e programas vinculados à mobilidade acadêmica, atendendo aos critérios estabelecidos pelo Colegiado de Curso em consonância com as determinações legais da instituição e da Secretaria de Relações Internacionais (SECRI) e suas resoluções.

As formalidades para execução do convênio devem ser observadas pelas instituições e o(a) estudante interessado(a) deverá respeitar os protocolos necessários quanto aos prazos e condições documentais, bem como as orientações da Secretaria de Relações Internacionais (SECRI/UFR).

As atribuições da SECRI, unidade responsável pelo acompanhamento e avaliação dos documentos referentes ao estágio curricular de estudantes estrangeiros(as) na Universidade Federal de Rondonópolis e do estágio internacional, estão previstas no Regimento de Ensino de Graduação.

## II ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

### 2.1 Dados do Curso

Data de início de funcionamento do curso: 24 outubro de 1985
Atos autorizativos do curso Resolução nº 67/85, do Conselho Diretor da UFMT, de 24/10/1985 – Ato de criação; Resolução nº 018/85, do CONSEPE, de 22/11/1985 – Integra o curso ao Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR) Portaria nº 1705, de 17 de novembro de 1992, Ministério da Educação e Desporto – Reconhece o Curso de História. Portaria nº 1577, de 28 de setembro de 2010, Ministério da Educação e Desporto – Renovação do Reconhecimento do Curso de História. Portaria nº 286, de 21 de dezembro de 2012, Ministério da Educação e Desporto – Reconhece o Curso de História. Portaria nº 1097, de 24 de dezembro de 2015, Ministério da Educação e Desporto – Reconhece o Curso de História. Portaria nº 920, de 27 de dezembro de 2018, Ministério da Educação e Desporto – Reconhece o Curso de História.
Regime acadêmico crédito/semestral
Número de vagas: 45
Número de entradas: 1 entrada anual no primeiro semestre letivo
Turno de Funcionamento: noturno
Carga horária total 3.200 horas
Prazo de Integralização Curricular: mínimo de 8 e máximo de 12 semestres.
Dimensão das turmas: Estágio: Mínimo 10 / Máximo 24 estudantes Prática em laboratório: Não se aplica Teórica: Mínimo 10 / Máximo 60 estudantes

### 2.2 Formas de ingresso

O acesso ao Curso de História de acordo com o regimento da graduação pode ocorrer mediante um ou mais processos listados abaixo:

- I – Sistema de Seleção Unificada – SISU;
- II – Edital de Transferência Externa Facultativa;
- III – Transferência Ex-officio
- IV- Edital de seleção de portador de diploma de graduação;
- V- Edital de Vagas remanescentes;

VI- Mobilidade Acadêmica;

VII- Reingresso; e

VIII- demais formas amparadas pela legislação e acolhidas pela UFR.

### 2.3 Objetivos do curso

O Curso de Licenciatura em História da UFR, cuja estrutura foi elaborada por seu Núcleo Docente Estruturante e seu Colegiado de Curso, ouvidas as instâncias necessárias, no processo de formação de seu corpo discente, tem como objetivos:

- Promover uma sólida formação teórica e interdisciplinar de seus(suas) discentes e futuros(as) profissionais;
- Articular os conteúdos específicos da produção do conhecimento histórico aos demais conhecimentos das áreas de humanidades e ciências sociais promovendo as diversas abordagens teórico-metodológicas do seu ensino;
- Inserir de forma gradativa os(as) estudantes da graduação em instituições de educação básica das redes públicas e privada de ensino, espaço privilegiado da *práxis* docente considerando o contexto educacional da região onde o Curso está inserido;
- Realizar atividades de socialização e de avaliação de seus impactos nos diversos contextos sócio educacionais e ambientais;
- Desenvolver a capacidade de coleta, processamento de informações e análise das fontes dominando os procedimentos de formulação de projetos e produção de pesquisa e extensão, bem como o planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;
- Coordenar e participar de forma cooperativa em equipes de pesquisa e extensão e trabalho em atividades de elaboração e desenvolvimento de projetos que possibilitem a atuação em diferentes espaços e contextos da prática profissional (escolas públicas, sindicatos, laboratórios, oficinas, secretarias de educação e disciplinas curriculares, entre outros);

- Fazer uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a aumentar as possibilidades de difusão e apreensão do conhecimento;
- Ampliar e aperfeiçoar o uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação intelectual, bem como propiciar acesso e reflexão a partir da produção estética, nas diversas linguagens;
- Fomentar a inovação tecnológica na área do ensino de História e das metodologias de ensino e de aprendizagem do conhecimento histórico na educação básica.

## 2.4 Perfil do egresso e áreas de atuação

Espera-se que ao final do curso o(a) licenciado(a) em História esteja capacitado(a) ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão.

Atendidas essas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o(a) profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento: magistério no ensino fundamental e médio; preservação do patrimônio; assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos; entre outros. Além disso, o(a) licenciado(a) em História poderá também atuar em museus, arquivos, centros de documentação e memória e outras instituições voltadas para a preservação do patrimônio e da cultura brasileira.

Face às demandas da sociedade, o(a) profissional de História deverá estar em condições de atuar na extensão de seu campo de conhecimento, a saber: no ensino em todos os graus, na pesquisa, na concepção, elaboração e produção de materiais instrucionais, físicos e virtuais, bem como nas atividades de gestão, assessoramento e consultoria. Ao(À) historiador(a)

cabará – com postura crítica e autonomia intelectual – problematizar os processos de significação da própria área do conhecimento.

Pontualmente, o(a) egresso(a) deste Curso deverá ser capaz de: atuar no ambiente escolar e na comunidade baseando-se na ética e compromissado(a) com a construção de uma sociedade equânime e democrática; adquirindo as seguintes habilidades e competências:

- Compreender a importância de seu papel como docente nos processos de ensino e de aprendizagem; de maneira inclusiva, promovendo o desenvolvimento dos sujeitos em suas diferentes fases do desenvolvimento humano nas diversas etapas e distintas modalidades da educação;
- Articular, tendo-os dominado, os conteúdos específicos da produção do conhecimento histórico, marcado pela interdisciplinaridade, bem como as diversas abordagens teórico-metodológicas do seu ensino;
- Coletar, processar informações, entender e analisar as fontes criticamente e dominar os procedimentos de formulação de projetos e produção de pesquisa, bem como o planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;
- Desenvolver pesquisa, produção do conhecimento e sua difusão não apenas no âmbito das instituições de ensino, mas também em museus, órgãos de preservação de documentos, no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural, entre outros espaços;
- Conhecer e relacionar as distintas linguagens (dos meios de comunicação e estéticas) nos processos didático-pedagógicos;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre o corpo discente e sua realidade sociocultural, sobre os processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- Desenvolver uma prática integradora e interdisciplinar, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade discente, para o pleno exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

- Acompanhar as mudanças educacionais e sociais, bem como as transformações epistemológicas do conhecimento histórico e em seu contato com outros campos das ciências e das artes;
- Refletir criticamente sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso (inclusive aquelas da informação e comunicação), incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

Tais premissas encontram-se em consonância com o que rege a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), tanto no que diz respeito às competências gerais do docente, quanto no que se refere à dimensão da prática e engajamento profissionais.

## 2.5 Estrutura Curricular

A estrutura curricular conforme a RESOLUÇÃO CONSEPE/UFR, n. 10 de 14 de julho de 2022, em seu Art. 39, do regimento dos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondonópolis será organizada em núcleos, obedecidas as seguintes definições:

- I- Núcleo Básico, composto por componentes curriculares de conhecimentos básicos aos cursos, conforme legislação vigente;
- II- Núcleo de Área, componentes curriculares de dimensões específicas e/ou pedagógicas, respeitando as áreas de conhecimento e as especificidades dos cursos de bacharelado, licenciatura e de tecnologia;
- III- Núcleo Específico componentes curriculares que atendem aos requisitos básicos e obrigatórios conforme as diretrizes curriculares de cada curso;e

IV- Núcleo Livre, componentes curriculares que devem ser cursadas e/ou realizadas pelos(as) discentes, mediante sua escolha e interesse.

Conforme o Art. 38 da RESOLUÇÃO CONSEPE/UFR, n. 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação:

Em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional e com o Estatuto da Universidade Federal de Rondonópolis, a estrutura curricular será orientada pelos princípios de integração e de flexibilização, em indissociável articulação com a extensão, a pesquisa e a inovação, resguardando-se a finalidade social do ensino definida pelo projeto pedagógico do curso.

Diante disso, apresentamos a matriz curricular do curso de Licenciatura em História na qual apresentamos os componentes curriculares com a distribuição da carga horária e classificação conforme sua natureza e o disposto no Art. 52 da RESOLUÇÃO CONSEPE/UFR, n. 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação .

## 2.5.1 Matriz curricular

N Ú C L E O S	Componente Curricular	Natureza	U.A.O	Carga Horária							Créditos					Requisitos			
		Optativa/ Obrigatória		T	P	AC/ VT	EX	P C C	EaD	TOT	T	P	AC/ VT	EX	P C C	EaD	TOT	Pré- requisi to	Co- requisi to
B Á S I C O	Libras	Obrig.	ICHS	32	32	0	0	0	0%	64	2	2	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Matemática e estatística para licenciatura	Obrig.	ICEN	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Educação das relações étnico-raciais	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
<b>SUBTOTAL</b>				<b>160</b>	<b>32</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>***</b>	<b>192</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>12</b>	<b>***</b>	<b>***</b>
Á R E A	Didática	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0%	4	Não	Não	
	Psicologia da Educação	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0%	4	Não	Não	
	Política Educacional Brasileira	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0%	4	Não	Não	
	Estado e Legislação Educacional	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0%	4	Não	Não	
	Antropologia	Obrig.	ICHS	48	0	16	0	0	0%	64	3	0	1	0	0	0%	4	Não	Não
	Filosofia	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Sociologia	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Linguagens e TDICs no ensino de História	Obrig.	ICHS	0	0	0	32	32	0%	64	0	0	0	2	2	0%	4	Não	Não
Ensino de História: debates e tendências historiográficas	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não	

	História, Identidades de Gênero e Sexualidades	Obrig.	ICHS	0	0	0	64	16	0%	80	0	0	0	4	1	0%	5	Não	Não
<b>SUBTOTAL</b>				<b>496</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>96</b>	<b>64</b>	<b>***</b>	<b>672</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>***</b>	<b>42</b>	<b>***</b>	<b>***</b>
E S P E C Í F I C O	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Contemporâneo	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Historiografia	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Tempo Presente	Obrig.	ICHS	0	0	0	64	16	0%	80	0	0	0	4	1	0%	5	Não	Não
	História e Culturas dos povos indígenas no Brasil	Obrig.	ICHS	0	0	8	56	16	0%	80	0	0	0,5	3,5	1	0%	5	Não	Não
	África: Relações de Poder, Economia e Territórios	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Mundos Antigos: sociedades, relações de poder e culturas	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Mundos Medievais: sociedades, relações de poder e culturas	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Teorias da História	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	África: sociedades, culturas e diversidades	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Colônia	Obrig.	ICHS	56	0	8	0	16	20%	80	3,5	0	0,5	0	1	20%	5	Não	Não
	Prática da Pesquisa em História	Obrig.	ICHS	32	32	0	0	16	20%	80	2	2	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Sociedades Modernas: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	América: Relações de Poder, Economia e Território	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Império	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	África: Discussões contemporâneas e debates historiográficos	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Sociedades, relações de poder e culturas no Brasil República	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
Mato Grosso: Debates e tendências historiográficas	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não	
América: Sociedades, Culturas e Diversidade	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não	

História da Arte	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não	
Mato Grosso: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	Obrig.	ICHS	0	0	8	56	16	0%	80	0	0	0,5	3,5	1	0%	5	Não	Não	
História Contemporânea: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não	
Estágio Supervisionado I	Obrig.	ICHS	0	96	0	0	0	0%	96	0	6	0	0	0	0%	6	Não	Não	
Estágio Supervisionado II	Obrig.	ICHS	0	96	0	0	0	0%	96	0	6	0	0	0	0%	6	Não	Não	
Estágio Supervisionado III	Obrig.	ICHS	0	104	0	0	0	0%	104	0	6,5	0	0	0	0%	6,5	Não	Não	
Estágio Supervisionado IV	Obrig.	ICHS	0	104	0	0	0	0%	104	0	6,5	0	0	0	0%	6,5	Não	Não	
<b>SUBTOTAL</b>			<b>1112</b>	<b>432</b>	<b>24</b>	<b>176</b>	<b>336</b>	<b>***</b>	<b>2080</b>	<b>69,5</b>	<b>27</b>	<b>1,5</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>***</b>	<b>130</b>	<b>***</b>	<b>***</b>	
<b>TOTAL</b>			<b>1768</b>	<b>464</b>	<b>40</b>	<b>272</b>	<b>400</b>	<b>***</b>	<b>2944</b>	<b>110,5</b>	<b>29</b>	<b>2,5</b>	<b>17</b>	<b>25</b>	<b>***</b>	<b>184</b>	<b>***</b>	<b>***</b>	
<b>Componentes Curriculares</b>	<b>Natureza</b>	<b>Carga Horária</b>																	
Atividades Complementares	Obrig.	64									4								
Trabalho de Conclusão de Curso	Obrig.	16									1								
Internato	***	***									***								
Creditação da Extensão	Obrig.	48									3								
Curricularização da Extensão	Obrig.	272									17								
Disciplinas Optativas	Obrig.	128									8								
ENADE*	***	***									***								
Estágio não Obrigatório**	Opt.	***									***								
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>			<b>3.200 horas</b>																

**Legenda:** U.A.O – Unidade Acadêmica Ofertante; T – Teórica; P – Prática; AC/VT – Aula de Campo/Visita Técnica; EX – Extensão; EaD – Educação a Distância; TOT – Total.

N Ú C L E O S	Componente Curricular	Natureza	U.A.O	Carga Horária							Créditos							Requisitos	
		Optativa/ Obrigatória		T	P	AC/ VT	EX	P C C	EaD	TOT	T	P	AC/ VT	EX	P C C	EaD	TOT	Pré- requisi to	Co- requisi to
L I V R E	Cultura Latino-Americana e Caribenha	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Ensino de História e a questão das temporalidades	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Fontes Documentais e Pesquisa Histórica	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	História das religiões, religiosidades e intolerâncias	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Educação em Direitos Humanos	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	História e Imagens	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	História e Linguagens	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	História e Literatura	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	História Oral e Memória	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	História e Patrimônio	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	História Social da Criança e da juventude	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	História Social das Mulheres	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Introdução à Arqueologia	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Leitura e produção de textos acadêmicos	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não

Os Mundos do Trabalho na Contemporaneidade	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	<b>64</b>	4	0	0	0	0	0%	<b>4</b>	Não	Não
Pensamento Afro/Latino-Americano e Caribenho	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	<b>64</b>	4	0	0	0	0	0%	<b>4</b>	Não	Não
Produção de Material Didático e o Universo Virtual	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	<b>64</b>	4	0	0	0	0	0%	<b>4</b>	Não	Não
Sistema Político Republicano	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	<b>64</b>	4	0	0	0	0	0%	<b>4</b>	Não	Não
Língua Inglesa	Opt.	ICHS	32	32	0	0	0	0%	<b>64</b>	2	2	0	0	0	0%	<b>4</b>	Não	Não
Educação ambiental	Opt.	ICEN	48	16	0	0	0	0%	<b>64</b>	2	2	0	0	0	0%	<b>4</b>	Não	Não
Historiografia Americana	Opt.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	<b>64</b>	4	0	0	0	0	0%	<b>4</b>	Não	Não
Língua Portuguesa	Opt.	ICHS	32	32	0	0	0	0%	<b>64</b>	2	2	0	0	0	0%	<b>4</b>	Não	Não
<b>TOTAL</b>																		

**Legenda:** U.A.O – Unidade Acadêmica Ofertante; T – Teórica; P – Prática; AC/VT – Aula de Campo/Visita Técnica; EX – Extensão; EaD – Educação a Distância; TOT – Total.

### **2.5.2 Fluxo Curricular**

Para a integralização da carga horária do Curso (3.200 horas) não haverá disciplinas com exigência de pré-requisitos ou co-requisitos. Dessa forma, o discente possui autonomia no seu processo formativo e de desenvolvimento profissional. A cada semestre, os(as) estudantes poderão se matricular em, no máximo, 38 créditos correspondentes ao teto de sete (7) componentes curriculares.

A Fluxo Curricular do Curso de Licenciatura em História, apresenta-se da seguinte maneira:

### 2.5.2.1 Quadro do Fluxo Curricular

PERÍODOS	Componente Curricular	Natureza		U.A.O	Carga Horária						Créditos						Requisitos		
		Optativa/ Obrigatória			T	P	AC/ VT	EX	P C C	EaD	TOT	T	P	AC/ VT	EX	P C C	EaD	TOT	Pré- requisi- to
1º Semestre	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Contemporâneo	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Historiografia	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Sociedades Relações de Poder e Culturas no Tempo Presente	Obrig.	ICHS	0	0	0	64	16	0%	80	0	0	0	4	1	0%	5	Não	Não
	Filosofia	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Matemática e Estatística para Licenciatura	Obrig.	ICEN	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
<b>SUBTOTAL</b>				<b>256</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>64</b>	<b>48</b>	<b>***</b>	<b>368</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>***</b>	<b>23</b>	<b>***</b>	<b>***</b>
2º Semestre	História e Culturas dos Povos Indígenas no Brasil	Obrig.	ICHS	0	0	8	56	16	0%	80	0	0	0,5	3,5	1	0%	5	Não	Não
	África: Relações de Poder, Economia e Territórios	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Mundos Antigos: sociedades, relações de poder e culturas	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Sociologia	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Ensino de História: debates e tendências historiográficas	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
<b>SUBTOTAL</b>				<b>256</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>56</b>	<b>64</b>	<b>***</b>	<b>384</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0,5</b>	<b>3,5</b>	<b>4</b>	<b>***</b>	<b>24</b>	<b>***</b>	<b>***</b>
3º Semestre	Mundos Medievais: sociedades, relações de poder e culturas	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Teorias da História	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Linguagens e TDICS no ensino de História	Obrig.	ICHS	0	0	0	32	32	0%	64	0	0	0	2	2	0%	4	Não	Não
	Antropologia	Obrig.	ICHS	48	0	16	0	0	0%	64	3	0	1	0	0	0%	4	Não	Não

	Psicologia da Educação	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
<b>SUBTOTAL</b>				<b>240</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>32</b>	<b>64</b>	<b>***</b>	<b>352</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>***</b>	<b>22</b>	<b>***</b>	<b>***</b>
4° Semestre	Prática da Pesquisa em História	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Colônia	Obrig.	ICHS	56	0	8	0	16	20%	80	3,5	0	0,5	0	1	20%	5	Não	Não
	História, Identidade de Gênero e Sexualidade	Obrig.	ICHS	0	0	0	64	16	0%	80	0	0	0	4	1	0%	5	Não	Não
	Estágio Supervisionado I	Obrig.	ICHS	0	96	0	0	0	0%	96	0	6	0	0	0	0%	6	Não	Não
	Libras	Obrig.	ICHS	32	32	0	0	0	0%	64	2	2	0	0	0	0%	4	Não	Não
<b>SUBTOTAL</b>				<b>152</b>	<b>128</b>	<b>8</b>	<b>64</b>	<b>48</b>	<b>***</b>	<b>400</b>	<b>9,5</b>	<b>8</b>	<b>0,5</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>***</b>	<b>25</b>	<b>***</b>	<b>***</b>
5° Semestre	Sociedades Modernas: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	América: relações de Poder, Economia e Território	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Império	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Didática	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Estágio Supervisionado II	Obrig.	ICHS	0	96	0	0	0	0%	96	0	6	0	0	0	0%	6	Não	Não
<b>SUBTOTAL</b>				<b>256</b>	<b>96</b>	<b>48</b>	<b>0</b>	<b>48</b>	<b>48</b>	<b>400</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>***</b>	<b>25</b>	<b>***</b>	<b>***</b>
6° Semestre	África: sociedades, culturas e diversidades	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Sociedades, Relações de Poder e culturas no Brasil República	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	História da Arte	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Mato Grosso: Debates e tendências historiográficas	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Estágio Supervisionado III	Obrig.	ICHS	0	104	0	0	0	0%	104	0	6,5	0	0	0	0%	6,5	Não	Não
<b>SUBTOTAL</b>				<b>256</b>	<b>104</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>64</b>	<b>***</b>	<b>424</b>	<b>16</b>	<b>6,5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>***</b>	<b>26,5</b>	<b>***</b>	<b>***</b>
7° Semestre	Mato Grosso: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	Obrig.	ICHS	0	0	8	56	16	0%	80	0	0	0,5	3,5	1	0%	5	Não	Não
	Estado e Legislação Educacional	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não

	América: Sociedades, Culturas e Diversidade	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Optativa I	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0	64	4	0	0	0	0	20%	4	Não	Não
	Estágio Supervisionado IV	Obrig.	ICHS	0	104	0	0	0	0%	104	0	6,5	0	0	0	0%	6,5	Não	Não
<b>SUBTOTAL</b>				<b>192</b>	<b>104</b>	<b>8</b>	<b>56</b>	<b>32</b>	<b>***</b>	<b>392</b>	<b>12</b>	<b>6,5</b>	<b>0,5</b>	<b>3,5</b>	<b>2</b>	<b>***</b>	<b>24,5</b>	<b>***</b>	<b>***</b>
8º Semestre	África: Discussões contemporâneas e debates historiográficos	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	História Contemporânea: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	16	20%	80	4	0	0	0	1	20%	5	Não	Não
	Educação das relações étnico-raciais	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Optativa II	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
	Política Educacional Brasileira	Obrig.	ICHS	64	0	0	0	0	0%	64	4	0	0	0	0	0%	4	Não	Não
<b>SUBTOTAL</b>				<b>320</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>32</b>	<b>**</b>	<b>352</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>***</b>	<b>22</b>	<b>***</b>	<b>***</b>
<b>Componentes Curriculares</b>		<b>Natureza</b>	<b>Carga Horária</b>																
Atividades Complementares		Obrig.	64																
Creditação da extensão		Obrig.	48																
Curricularização da extensão		Obrig.	272																
Disciplinas Optativas		Obrig.	128																
Trabalho de Conclusão de Curso		Obrig.	16																
ENADE*		***	***																
ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO**		Optat.	***																
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		3200 horas																	

**Legenda:** U.A.O – Unidade Acadêmica Ofertante; T – Teórica; P – Prática; AC/VT – Aula de Campo/Visita Técnica; EX – Extensão; EaD – Educação a Distância; TOT – Total.

### **2.5.3 Descrição dos componentes curriculares**

#### **2.5.3.1 Disciplinas (obrigatórias e optativas)**

As disciplinas como definida no Art. 37 da RESOLUÇÃO CONSEPE/UFR, n. 10 de 14 de julho de 2022, “[...] é o conjunto sistematizado de conhecimentos a ser ministrado por um ou mais docentes, sob a forma de aulas, com carga horária semanal e semestral pré-determinada, em um período letivo e de acordo com o projeto pedagógico do curso”. No PPC do curso de Licenciatura em História os conteúdos curriculares promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no rol das disciplinas do núcleo básico.

O ementário do curso encontra-se no Apêndice I do presente Projeto Pedagógico de Curso. Nesse tópico são apresentados os objetivos, as ementas e as bibliografias de cada disciplina, bem como a carga horária de cada tipo de atividade a ser desenvolvida para a integralização do componente curricular. É válido destacar que a porcentagem de Educação a Distância incide sobre a carga horária total da disciplina, mas ela compõe as atividades da carga horária teórica, quando houver.

#### **2.5.3.2 Atividades curriculares de extensão**

As atividades Curriculares de Extensão (ACE) constituem-se atividades que se integram à matriz curricular do Curso de Licenciatura em História, sendo portanto, um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, cuja finalidade é promover a interação transformadora “[...] entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino” (BRASIL, 2018, Art. 3). No âmbito da UFR, elas são regulamentadas pela Resolução CONSEPE/UFR N. 10, de 14 de julho de 2022, especialmente a Seção X – Inserção Curricular da Extensão nos Projetos

Pedagógicos dos Cursos; bem como pela RESOLUÇÃO CONSEPE/UFR Nº 21, DE 15 DE MARÇO DE 2023, que Institui a política de extensão da Universidade Federal de Rondonópolis e dá outras providências.

Essas atividades de caráter obrigatório do PPC do Curso de Licenciatura em História, devem totalizar, pelo menos, 10% do total da carga horária do curso, ou seja 320h, e têm como finalidade ressaltar o valor das atividades de extensão universitária que contribuem para efetiva indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas atividades devem envolver “diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do(a) estudante, priorizando sua ação para as áreas de grande pertinência social”. (BRASIL, 2014, Meta 12 estratégia 7).

As atividades de extensão objetivam reafirmar a articulação da Universidade com outros setores da sociedade, prioritariamente aqueles em vulnerabilidade social; garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; contribuir para a melhoria da qualidade da formação de estudantes, voltada para a cidadania e o seu papel social; proporcionar a busca de novos objetos de investigação, de inovação e de empreendedorismo, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e a sociedade; e estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e práticas nas áreas temáticas da extensão universitária: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; trabalho; e tecnologia e produção.

Conforme a Resolução Consepe/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação as atividades de extensão podem ser integradas no PPC, como definido no art. 170 “a curricularização da extensão consiste na oferta de carga horária em disciplinas/módulos conforme projeto pedagógico do curso de graduação, contemplando um mínimo de dez por cento do total da carga horária de integralização conforme diretrizes curriculares nacionais do curso” e/ou o que dispõe o art. 171:

A creditação da extensão nos currículos de graduação consiste em componente curricular a ser ofertado pelos cursos de graduação em seus projetos pedagógicos, sendo a comprovação do cumprimento de carga horária realizada por peticionamento do(a) estudante via processo, com apresentação de certificação,

por meio da participação nas seguintes atividades extensionistas: I- programas; II- projetos; III- cursos e oficinas; IV- eventos; V- prestação de serviços; ou VI- demais programas de natureza institucional ou de natureza governamental, que atendam a políticas municipal, estadual, distrital e nacional.

As concepções e diretrizes que norteiam as ACE no ensino superior são:

I – A contribuição na formação integral do(a) estudante, estimulando sua formação como cidadão(ã) crítico(a) e responsável;

II – O estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III -- A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV – A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V – O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI – O apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII – A atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

As ações de extensão do curso de Licenciatura em História, enquanto componente curricular, deverão manter a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, evidenciando o protagonismo do(a) estudante no processo formativo, ancoradas em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico de modo a estabelecer um diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade, mediante o intercâmbio de conhecimentos, a participação e o contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social, conforme regulamentos da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

O curso de Licenciatura em História adotará o formato misto de inserção de atividades de extensão enquanto componente curricular no seu Projeto Político Pedagógico. Compreende-se como formato misto a previsão tanto de atividades de extensão curricularizadas com as atividades de extensão a serem creditadas. A curricularização da extensão no curso de Licenciatura Plena em História consiste na oferta de carga horária de extensão em disciplinas obrigatórias, conforme projeto pedagógico do curso, bem como de acordo com as diretrizes curriculares nacionais. É preciso destacar que nos componentes curriculares que preveem carga horária extensionista, a mesma deverá ser realizada de maneira presencial, conforme determina o Art. 9 da Resolução CNE/CES nº 7/2018. Por sua vez, a creditação da extensão consiste no registro das ações de extensão pelos(as) estudantes por meio da comprovação de seu cumprimento através de solicitação protocolada pelo(a) estudante via Sistema Unificado de Administração Pública, ou outro sistema que a UFR venha a adotar, com a apresentação de certificação emitida a partir da participação em atividades extensionistas, conforme descritas no REGULAMENTO DA INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO (Apêndice II).

As 320h de Extensão enquanto componente curricular são obrigatórias a todos(as) estudantes do curso de Licenciatura em História e serão assim distribuídas:

1. I – 272 h de curricularização da extensão;
2. II – 48 h de creditação da extensão;

Tais atividades estão sujeitas à contínua autoavaliação crítica, voltada para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do(a) estudante, a qualificação do(a) docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e as outras dimensões acadêmicas institucionais. Esse processo autoavaliativo tem como objetivo identificar a pertinência da inserção curricular da extensão; avaliar a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Programa de Ações de Extensão da Licenciatura em História; mensurar os resultados alcançados em relação ao público participante, através da aplicação de formulários e/ou outros mecanismos avaliativos. A autoavaliação se aplica tanto à carga horária curricularizada, como nas ações extensionistas planejadas e aprovadas pelo Colegiado de Curso, que poderão ser creditadas pelo(a) estudante.

O Regulamento da Extensão consta no Apêndice II deste PPC, pelo qual são estabelecidas as normas para a sua realização.

### **2.5.3.3 Estágio supervisionado**

O estágio, conceituado como elemento curricular de caráter formador e como um ato educativo supervisionado previsto para o Curso de Licenciatura em História, está regulamentado em consonância com a definição do perfil do profissional egresso, bem como com os objetivos para a sua formação.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História prevê a realização de estágio em duas modalidades: o estágio obrigatório e o não obrigatório. O objetivo dessas modalidades de estágio é de viabilizar ao(à) estudante o aprimoramento técnico-científico na formação do profissional, mediante a análise e a solução de problemas concretos em condições reais de trabalho, por intermédio de situações relacionadas a natureza e especificidade do curso e da aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas diversas disciplinas previstas no PPC. O estágio obrigatório terá carga horária de 400 horas a serem cumpridas no(s) semestre(s).

O estágio não obrigatório, realizado por estudantes do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Rondonópolis, em território nacional ou no exterior, poderá ser iniciado a qualquer momento após o ingresso do(a) estudante na instituição, desde que aprovado pelo Colegiado de curso. O aproveitamento dessas horas para as disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório serão regulamentadas conforme Resolução CONSEPE-UFR N. 10 de 14 de julho de 2022, seção V, observando-se, em especial, o artigo 72, inciso 5, onde se lê: “As atividades de estágio não obrigatório deverão configurar-se em estreita relação com a formação pretendida pelo(a) estudante, sendo exigida toda documentação na forma da lei.”

O Estágio Supervisionado Obrigatório no Curso de História é estruturado em duas disciplinas semestrais de 96 horas e duas de 104 horas, regulamentado conforme Resolução CONSEPE-UFR N. 10 de 14 de julho de 2022, seção V. O mesmo poderá ser realizado em território nacional ou no exterior, conforme artigo 74 da referida resolução.

Aos(Às) estudantes participantes do Programa PIBID estando em situação adimplente no que se refere às ações e documentos necessários para sua comprovação, poderão pleitear o aproveitamento dessas horas para a integralização de disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório.

Aos(Às) estudantes participantes do Programa Residência Pedagógica estando em situação adimplente no que se refere às ações e documentos necessários para sua comprovação, poderão pleitear o aproveitamento dessas horas para a integralização de disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório.

O aproveitamento das horas desenvolvidas em programas para integralização de disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório será regulamentado por legislação específica da Instituição vigente no momento do pedido.

Casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso de História-ICHS-UFR.

O Regulamento do Estágio consta no Apêndice III deste PPC, pelo qual são estabelecidas as normas para a sua realização em ambas as modalidades previstas.

#### **2.5.3.4 Trabalho de conclusão de curso**

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC tem por finalidade oportunizar ao(a) estudante do Curso de Licenciatura em História a integração e sistematização de conteúdos e experiências desenvolvidos e apropriados ao longo da periodização curricular, a partir de fundamentação teórica e metodológica orientada pelos(as) docentes do curso.

É válido ressaltar que os cursos destinados à Formação Inicial de Professores(as) para a Educação Básica tem como fundamentação a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, partindo-se da premissa de que ensinar requer o domínio de conhecimentos e de ferramentas para mobilizar a ação no processo de construção dialógica do conhecimento. Dessa forma, justifica-se a exigência de elaboração do TCC em um curso de licenciatura que tem como premissa a formação de professores(as) pesquisadores(as), construtores(as) de conhecimento.

A carga horária será de 16 horas e a oferta está prevista para o oitavo período. O Regulamento do TCC consta no Apêndice IV deste PPC, pelo qual são estabelecidas as normas para orientação e elaboração do trabalho, bem como para apresentação, defesa e avaliação.

#### **2.5.3.5 Atividades complementares**

As atividades complementares, assim denominadas pelo Conselho Nacional de Educação, são regulamentadas na Universidade Federal de Rondonópolis pela Resolução Consepe/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação art. 159 a 166, definindo-as como “atividades complementares aquelas que possibilitam o desenvolvimento de habilidades e competências do(a) discente

vivenciadas dentro e fora do ambiente acadêmico, que estimulam a prática de estudos e experiências formativas independentes e opcionais”. Devem contemplar a articulação entre o ensino, pesquisa, extensão, inovação, empreendedorismo, artes, esporte, lazer e cultura assegurando seu caráter interdisciplinar em relação às diversas áreas do conhecimento, respeitando, no entanto, o Projeto Pedagógico de cada Curso.

A carga horária obrigatória para as atividades complementares no Curso de Licenciatura em História é de 64 horas ou 4 créditos, seguindo-se a tabela disponível no Apêndice V – Regulamento das Atividades Complementares. O(A) estudante deverá, após completar atingir o mínimo necessário, solicitar a contagem das suas atividades complementares para avaliação e homologação do Colegiado de Curso. Após avaliadas e aprovadas, as atividades complementares serão enviadas para a Diretoria de Controle e Registro Acadêmico para cômputo no histórico escolar, seguindo-se o que determina a Resolução CONSEPE n.º 10, de 14 de julho de 2022, especialmente a sua Seção IX

### III METODOLOGIA DE ENSINO

As disciplinas do Curso de História privilegiam a articulação entre teoria e prática, ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a sala de aula não é concebida como um espaço de transmissão de informações. Ao contrário, é tomada como locus de investigação e reflexão. Neste contexto, o(a) docente e os(as) estudantes travam uma relação dialógica, impregnada de tensões, onde se constituem os seus saberes e aprendizagens.

Os(as) docentes do curso de História, durante o período previsto em cada calendário acadêmico, realizam reuniões de planejamento coletivo buscando fomentar a interdisciplinaridade entre os diferentes componentes curriculares a serem ofertados, seja por meio de temas/conceitos transversais, seja através de atividades avaliativas em conjunto, ou outras ações que se mostrarem pertinentes. O planejamento coletivo também possibilita a previsão de aulas de campo, atividades extensionistas, eventos etc. que englobem dois ou mais componentes curriculares, através da premissa de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

Ainda com relação ao modo de ensino, utilizamos metodologias para contemplar os(as) estudantes com necessidade de atendimento especial, com dificuldade de aprendizado, transtorno do espectro autista ou superdotados, sendo que a metodologia dependerá do tipo de necessidade especial.

Assim sendo, primamos pelas seguintes metodologias de ensino, conjugadas ou não: a) Aulas expositivas dialogadas; b) trabalhos em grupos; c) estudos dirigidos; d) seminários; e) debates; f) estudos de caso; g) atividades com diferentes fontes documentais; h) discussão de filmes; i) atividades de pesquisa e extensão; j) desenvolvimento de instrumentos e materiais de pesquisa, instrucionais e/ou de publicação; k) elaboração de projetos; l) metodologias ativas; m) espaços virtuais; n) produção e uso de TICs; o) produção e uso de jogos e games (gamificação); p) outros. Para desenvolver tais atividades, consideramos as diversas linguagens e suportes

tecnológicos. No que se refere a metodologia de ensino para as horas EaD, serão utilizados os recursos tecnológicos e metodológicos do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), conforme descritos especificamente nos itens a seguir.

### **3.1 Oferta de educação a distância e atividade de tutoria**

A oferta de disciplinas com carga horária de Educação a Distância, no curso de licenciatura em História, poderá ser desenvolvida até 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, sendo as mesmas previstas no ementário das disciplinas específicas. Tal escolha colegiada segue o que determina o Art. 37 da Resolução CONSEPE/UFR N. 10, de 14 de julho de 2022, a qual estipula o limite de até 40% de carga horária EaD em cursos presenciais, desde que essa possibilidade esteja prevista no programa do componente curricular aprovado no projeto pedagógico do curso e na legislação vigente.

A educação a distância permite o uso de metodologias ativas em suas atividades pedagógicas tais como sala de aula invertida, *storytelling*, visitas virtuais a museus, arquivos e espaços do patrimônio histórico material, em alguns casos de forma interativa. Para tanto, será utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) oferecido pela instituição, como ferramenta de Ensino e Aprendizagem, com os recursos por ela oferecidos. Não serão recomendados os usos de outras tecnologias fora do AVA, ou que não estejam de acordo com aquelas aprovadas pela Instituição, tendo em vista a possibilidade de avaliação. Vale ressaltar que o AVA Moodle permite importar materiais externos à seus recursos e ferramentas.

A porcentagem de carga horária à distância se destina ao desenvolvimento de atividades tutoriadas que visam a autonomia do(a) discente no exercício do aprendizado direcionado, da elaboração de exercícios pedagógicos e criação de produtos didáticos.

A tutoria das atividades desenvolvidas à distância será realizada pelo(a) professor(a) responsável pelo componente curricular, a fim de assegurar o pleno desenvolvimento e

o processo de ensino e aprendizagem. Os(As) docentes deverão atuar como mediadores(as); conhecendo a realidade de seus(suas) educandos(as) nas mais diversas dimensões, a fim de melhor oferecer possibilidades contínuas de diálogo, sabendo ouvir, e estimulando/mantendo uma atitude constante de cooperação.

Nesse sentido, os(as) professores(as) deverão se utilizar dos recursos do AVA como chat, fórum, para mediar a aprendizagem. O acompanhamento das atividades por meio dos relatórios será tarefa a ser considerada pelo docente a fim de oferecer experiências de melhorias de participação individualizadas para a autorregulação da aprendizagem.

No que se refere ao processo de avaliação das atividades desenvolvidas EaD, caberá ao/à docente determinar como serão realizadas, podendo contar com o suporte da Equipe Multidisciplinar da PROEG.

### **3.3 TICs no processo de ensino-aprendizagem**

As Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs são entendidas como instrumentos de auxílio e interatividade que permitem o acesso à informação e à comunicação no ambiente acadêmico. Diante desse conceito e da presença constante das TICs na sociedade contemporânea, trata-se de tarefa fundamental ao(à) docente, a reflexão sobre o seu uso no processo ensino e aprendizagem. O uso não significa a substituição do(a) professor(a) pela tecnologia, nem mesmo a mera transposição dos conteúdos do quadro para a tela do datashow (ou outro recurso eletrônico), mas sim a reflexão crítica sobre as potencialidades das TICs para o ensino e a aprendizagem.

Desta forma, no curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal de Rondonópolis – UFR, os(as) discentes são estimulados pelos(as) docentes a utilizar essas tecnologias na preparação de trabalhos, aulas de estágio, na confecção do Trabalho de Conclusão de Curso e em disciplinas do Núcleo Livre, cujos objetivos principais são a produção de materiais destinados ao ensino e à aprendizagem. Vale destacar que as TICs também são instrumentos fundamentais para a organização

institucional de discentes e docentes, por exemplo, por meio do uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, do Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) e demais sistemas que compõem a rotina acadêmica de estudantes e professores(as) do curso.

Contudo, o objetivo maior é fazer com que o(a) acadêmico do curso entre em contato com as TICs e reflita sobre suas potencialidades para as práticas de docência, das aprendizagens e da pesquisa sem perder de vista a dimensão humana que fundamenta todo este processo.

Dessa maneira, compreende-se o papel do(a) professor(a) como mediador(a) do processo de construção do conhecimento, buscando a superação das aulas expositivas através de metodologias ativas de aprendizagem. Compõem a ação de mediação do(a) professor(a) saber lidar com os ritmos individuais diferentes dos(as) estudantes; apropriar-se de técnicas novas de elaboração do material didático impresso e do produzido por meios eletrônicos; aprender e dominar técnicas e instrumentos de avaliação, trabalhando em ambientes diversos daqueles já existentes no sistema presencial de educação, desenvolver o desejo investigativo do(a) estudante, utilizando técnicas variadas de investigação e propor esquemas mentais para criar uma nova cultura, indagadora e plena em procedimentos de criatividade.

### **3.4 Ambiente Virtual de aprendizagem (AVA)**

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle será utilizado, entre outras ações, para a organização e condução das atividades educacionais à distância, previstas nos ementários de componentes curriculares específicos da grade curricular do curso de Licenciatura em História. O AVA constitui-se como uma importante ferramenta pedagógica, possibilitando a disponibilização de materiais didáticos, cronogramas, espaços de reflexão sobre as disciplinas, bem como de avaliações planejadas pelo(a) docente responsável.

Dentre os recursos possíveis de utilização pelo(a) professor(a) disponíveis no AVA, destacamos:

1. Base de Dados: Uma ferramenta de colaboração criada pelos(as) participantes que permite criar, atualizar, consultar e exibir registros sobre um tema específico. Isso é feito usando uma estrutura pré-definida.
2. Chat: Facilita conversas em tempo real entre os participantes.
3. Escolha: Permite que o(a) professor(a) faça perguntas e especifique opções de múltiplas respostas. Os resultados podem ser publicados após os(as) discentes responderem ou em uma data específica.
4. Laboratório de Avaliação: Possibilita a criação de trabalhos sobre temas escolhidos. Isso pode incluir textos online, arquivos enviados (como PDF, vídeo, imagem, etc.), ou ambos. A avaliação pode ser realizada pelo(a) professor(a) e pelos(as) estudantes por meio de um formulário construído pelo(a) professor(a).
5. Fórum: É uma discussão assíncrona sobre temas selecionados pelo(a) professor(a) ou pelos(as) participantes. Pode ser focado em um único tema ou ter vários tópicos com temas diferentes. As discussões podem ocorrer em grupos (por exemplo, participantes de um mesmo Polo) ou sem grupos (todos juntos).
6. Glossário: Permite a criação de listas de termos e suas definições, promovendo a colaboração e o compartilhamento de conhecimento sobre um tema específico.
7. Lição: É um conjunto de páginas que contém informações em vários formatos para que os(as) estudantes estudem, juntamente com questões para responder. A progressão não é linear e depende dos resultados alcançados por eles(as) em cada etapa.
8. Pesquisa: Uma ferramenta para coletar opiniões sobre um assunto específico.
9. Questionário: Consiste em um conjunto de perguntas de vários formatos, criado pelo(a) professor(a), respondido pelo(a) estudante e corrigido automaticamente pelo

sistema, com base em um gabarito previamente definido pelo(a) professor(a). Pode ser configurado como uma atividade de autoavaliação, uma lista de exercícios para verificação de aprendizagem, um teste rápido ou uma prova virtual.

10. Tarefas: Permitem que os(a) estudantes enviem textos ou arquivos em vários formatos para avaliação pelo(a) professor(a). As tarefas podem envolver o envio de arquivos, texto online ou offline, dependendo da configuração escolhida.

11. WIKI: É uma ferramenta interativa para a construção colaborativa de uma base de conhecimento. Os(As) participantes contribuem assincronamente para criar um texto colaborativo sobre um tema específico. Normalmente, não é avaliado com nota.

### **3.5 Material didático**

Os(As) professores(as) ministrantes de componentes curriculares com percentagem de carga horária de ensino a distância serão responsáveis pela criação e/ou pesquisa de materiais didáticos que serão utilizados para a condução das atividades, como videoaulas, estudos dirigidos, folhas de atividades, materiais didáticos aplicáveis à modalidade EaD, bem como aqueles incentivados pela instituição, os dos repositórios de acesso livre.

Consideramos também o uso das Bibliotecas Virtuais utilizadas pela UFR, como a Minha Biblioteca. Essas atividades serão editadas principalmente no formato livro, disponibilizado pelo Moodle, com inclusão de recursos audiovisuais, como o H5P. Para tanto, o(a) discente tem a possibilidade de contar com o apoio da Equipe Multidisciplinar vinculada à PROEG, responsável por elaborar e/ou validar os materiais didáticos de cursos EaD ou com carga horária a distância. A referida equipe é regulamentada pela PORTARIA PROEG/REITORIA/UFR Nº 34, DE 06 DE ABRIL DE 2023.

### 3.6 Integração com as redes públicas de Ensino

A integração entre o curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Rondonópolis e as redes públicas de ensino ocorre em diferentes espaços institucionais. Através dos convênios firmados entre a UFR e a Diretoria Regional de Ensino (DRE) possibilita-se a realização dos estágios (obrigatórios e não obrigatórios) em Escolas de Rondonópolis e região, bem como o desenvolvimento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do Programa de Residência Pedagógica (PRP) e de ações extensionistas.

Nas disciplinas de Estágio Supervisionado, os(as) acadêmicos(as) realizam atividades de reconhecimento, observação e intervenção no cotidiano escolar que propiciam a formação profissional para o exercício da docência contribuindo com as dinâmicas complexas das escolas públicas. Essas disciplinas ocupam 400 horas distribuídas no curso de Licenciatura em História.

No Laboratório de Práticas e Pesquisas em Ensino de História/LEPHIS são oportunizados momentos de aprendizado teórico-prático que envolvem a formação inicial e continuada por meio da análise e produção de materiais didáticos, seminários e debates sobre metodologia do ensino de História e oferta de cursos de extensão para as redes públicas de ensino.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa que tem como objetivo o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores(as) para a Educação Básica. O programa fornece bolsas a estudantes de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de Educação Básica da rede pública de ensino. Os projetos promovem a integração dos(as) estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação. No PIBID, são desenvolvidas atividades didático pedagógicas sob orientação de um(a) docente da licenciatura e de um

professor da escola. O subprojeto História/UFMT teve início em 2011, com uma coordenação, uma supervisão e cinco bolsistas. Desde 2014, o programa conta com dois(duas) professores(as) do curso de História vinculados(as) à área de Ensino de História como coordenadores(as), quatro professores(as) da Educação Básica supervisores(as) em duas escolas da rede pública e vinte e quatro (24) acadêmicos(as) bolsistas, organização que permanece agora na Universidade Federal de Rondonópolis. Em 2022, o curso de Graduação em Licenciatura em História teve seu primeiro projeto encaminhado pela Coordenação Institucional do PIBID da UFR à CAPES, sendo o mesmo aprovado e instituído.

O Programa Residência Pedagógica (PRP) é outro instrumento de integração do curso de História da Universidade Federal de Rondonópolis com as redes públicas de ensino, contribuindo para a formação continuada dos(as) docentes de História que atuam na Educação Básica, proporcionando maior qualificação para o exercício da profissão e maior relação entre teoria e prática na formação dos(as) estudantes licenciandos(as). Em 2022, o curso de Graduação em Licenciatura em História teve seu primeiro projeto encaminhado pela Coordenação Institucional do PIBID da UFR à CAPES, sendo o mesmo aprovado e instituído.

Os projetos de extensão também possibilitam a integração do curso de graduação em História da UFR com as redes públicas de ensino e com a comunidade em geral, com atividades na área de patrimônio histórico (material e imaterial), área de arquivos, ensino, religiões e demais campos do saber.

Todas estas atividades de integração são realizadas por meio de convênios firmados entre a UFR, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura e as secretarias Municipais de Educação dos municípios que compõem a região sul de Mato Grosso.

### 3.7 Integração com a pesquisa e pós-graduação

O curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Rondonópolis estabelece integração entre a graduação e a pós-graduação. O curso conta com 02 professores(as) credenciados(as) ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDUC e outros três professores(as) credenciados(as) ao PROFHistória. Além destes, outros(as) professores(as) estão atualmente em fase de credenciamento nestes e em outros Programas de Pós-graduação. Tais professores(as) são responsáveis pela orientação de pesquisas e oferecem disciplinas optativas e obrigatórias nos referidos programas. Concomitante a estas vinculações, está sendo construído as bases necessárias para a criação do Programa de Pós-Graduação em História da UFR, que inclui a elaboração de um Mestrado Stricto Sensu, bem como a continuidade e criação de cursos de especialização lato sensu, como o “Curso de Especialização em Sociedade, Política e Cidadania na Contemporaneidade”.

Além desta relação direta com a pós-graduação podemos citar outras formas de integração:

- 1) Estágio Docente: atividade obrigatória da grade curricular da pós-graduação, o Estágio Docente acontece com a presença do(a) pós-graduando(a) no dia a dia de uma das disciplinas da graduação em História, desde que esta tenha alguma relação com o seu projeto de pesquisa e que não seja ministrada por seu(sua) orientador(a). Em linhas gerais, essa atividade é uma maneira de introduzir o(a) pós-graduando(a) nas atividades da graduação e aproximar sua pesquisa da realidade dos(as) discentes ainda em processo de formação. Dependendo do planejamento traçado pelo(a) docente responsável, o(a) pós-graduando(a) também terá a possibilidade de ministrar aulas, participar de debates em sala e atuar com o objetivo de melhorar a compreensão dos conteúdos trabalhados pelo(a) docente que o(a) recebeu.
- 2) Através do trabalho contínuo de professores(as) que produzem e/ou auxiliam no desenvolvimento de pesquisas na graduação e prepararam seus orientandos (PIBIC, PIBID, PRP, VIC e TCC) para a pós-graduação.

3) Discentes da graduação em História da UFR podem frequentar livremente, porém, sem vínculo efetivo, as atividades oferecidas pela pós-graduação, tais como disciplinas optativas e obrigatórias (na modalidade de ouvintes ou, caso tenha uma graduação concluída, estudante especial), eventos acadêmicos, palestras, mesas-redondas, cursos de extensão etc.

4) Os(As) discentes serão estimulados(as) a participarem efetivamente dos grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq como forma de fomentar a sua formação enquanto professor(a)-pesquisador(a), possibilitando que, enquanto egressos(as), possam dar continuidade aos seus estudos em nível de pós-graduação. Dessa forma, o curso de licenciatura em História sublinha a importância de propiciar canais de acompanhamento dos seus(suas) egressos(as), estimulando a formação continuada.

5) O curso de Licenciatura em História promove eventos acadêmicos, como a Semana de História, estimulando a participação dos(as) estudantes com projetos de Iniciação à pesquisa, tais como PIBIC e VIC, a apresentarem seus trabalhos no formato de comunicações orais e/ou banners. Além disso, é preciso destacar a possibilidade de apresentação das pesquisas (em andamento ou concluídas) tanto em eventos organizados pela UFR, como por outras Instituições Nacionais e Internacionais.

## IV. APOIO AO(À) DISCENTE

O curso disponibiliza várias formas de apoio aos(as) seus(suas) discentes. Dentre estas, destacamos o apoio às aprendizagens, vinculados à indissociabilidade entre teoria e prática que se configuram em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais atividades são operacionalizadas por meio de bolsas que seguem critérios próprios de seus editais e estão vinculados aos seguintes programas: Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Acolhimento Estudantil, Programa Residência Pedagógica (PRP), Programa Institucional de Monitoria, Programa de Apoio Pedagógico ao(à) Estudante Ingressante, Programa de Educação Tutorial, Programa de Bolsas de Extensão Universitária (PBEXT), Programa de Bolsas de Extensão Universitária – Ações Afirmativas (PBEXT – Ações Afirmativas) e o Programa Nacional de Bolsa Permanência (PNBP). O objetivo central desse último programa é viabilizar a permanência na graduação de estudantes de baixa renda, sobretudo indígenas e quilombolas.

Os(As) discentes que não forem atendidos por esse programa, ou que não se enquadram em suas especificidades, deverão ser encaminhados à Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) - PROEXA que os orientará em relação aos outros auxílios disponibilizados pela instituição.

Além dessas bolsas, os(as) estudantes contam com o apoio institucional para a participação em eventos científicos e culturais por meio do Auxílio Evento, a Moradia Estudantil, o apoio Pedagógico individualizado ofertado pelos(as) docentes do curso de História, o atendimento Psicossocial realizado por profissionais com formação em Psicologia e Serviço Social que atendem na Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) - PROEXA, e demais instâncias.

O curso de Licenciatura em História ainda incentiva seus(suas) estudantes para a organização estudantil através do Centro Acadêmico de História, nas atividades artísticas, culturais e esportivas das Atléticas, assim como a sua representação em

orgãos colegiados da instituição, como Colegiado de Curso, Congregação do ICBS, CONSEPE, CONSUNI).

Ao lado disso, o Colegiado poderá propor ações coletivas de apoio aos(as) discentes quando identificadas necessidades de aprendizagem concernentes à formação na área de História, através de oficinas, minicursos, atividades extensionistas, dentre outras. Compreende-se a importância de identificação dessas necessidades através da observação dos(as) docentes, bem como o diálogo com os(as) estudantes, para que sejam pensadas ações que contribuam para uma formação plural, crítica e democrática dos(as) futuros(as) docentes advindos de realidades escolares diversas.

## V. AVALIAÇÃO

### 5.1 Avaliação do processo ensino aprendizagem

A avaliação do curso envolverá três eixos essenciais: institucional, docente e estudantil. Neste sentido, será processual, de modo a possibilitar o acompanhamento sistêmico do projeto pedagógico e, assim, permitir as reformulações e adequações que se apresentarem como necessárias, conforme diagnosticados na autoavaliação do Curso.

A avaliação estudantil pretende aferir não só o conhecimento adquirido, mas também a capacidade de o acionar e buscar outros conhecimentos para realizar o que é proposto. Portanto, os instrumentos de avaliação só cumprem com sua finalidade se puderem diagnosticar o uso funcional e contextualizado das competências e habilidades necessárias à formação do profissional da História.

A avaliação da aprendizagem do(a) estudante é contemplada nos objetivos e conteúdos propostos no plano de ensino de cada componente curricular, elaborado pelo(a) discente responsável e encaminhado para o Colegiado de Curso para apreciação e homologação. Nesse documento, será explicitado os tipos de instrumento e formas de avaliação, a quantidade de atividades avaliativas, os períodos e/ou datas previstas para sua realização, dentre outros aspectos. Todo componente curricular irá prever, no mínimo, duas avaliações por semestre e privilegiar formas e instrumentos variados, tal como determina a Resolução CONSEPE/UFR nº 10, de 14 de julho de 2022, especialmente em seu Art. 57.

No que se refere às atividades realizadas a Distância, o acompanhamento será realizado pelo(a) professor(a) responsável pelo componente curricular, através dos recursos disponibilizados pelo AVA, que proporcionem a autonomia e protagonismo do(a) estudante em seu processo formativo, através das ações de tutoria, devolutiva e atribuição de nota para a consecução ou não das mesmas.

A verificação do rendimento acadêmico segue as normas e regulamentações próprias da UFR. Compreende-se não só a frequência mínima obrigatória (75%) das aulas, mas

também o aproveitamento nas demais avaliações programadas e aplicadas de acordo com o que dispõe as resoluções da UFR e os Planos de Ensino das disciplinas do curso. Os critérios de avaliação serão definidos pelo Colegiado de Curso de Graduação e homologados pela Congregação do ICHS/UFR.

O resultado do aproveitamento em cada componente curricular deverá ser expresso em notas de zero (0,0) a dez (10,0) pelo(a) docente. Para obter aprovação o acadêmico deve ter aproveitamento igual ou superior a seis (6,0), mais a frequência mínima de 75%. Considerando que o processo de avaliação é contínuo e dialógico, o(a) docente poderá reavaliar o percurso trilhado pelo(a) estudante, com vistas a recuperar elementos da aprendizagem que não tenham sido demonstrados de forma satisfatória nos instrumentos empregados.

Os Planos de Ensino de cada disciplina serão apresentados e discutidos com os(as) discentes, deverão conter a identificação da disciplina, ementa, objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino, recursos, bibliografia e avaliação.

## **5.2 Avaliação externa e autoavaliação do Curso**

O sistema de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, a cargo do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, está direcionado ao desenvolvimento institucionalizado de processo contínuo, sistemático, flexível, aberto e de caráter formativo. O processo avaliativo do curso integra o contexto da avaliação institucional da Universidade Federal de Rondonópolis, promovido pela Comissão Própria de Avaliação – CPA da UFR.

A avaliação institucional é realizada pela Comissão Permanente de Avaliação – CPA. Quanto à avaliação docente, será realizada das seguintes formas: questionário de avaliação de desempenho de disciplinas realizado pela CPA e sob a diretriz do Colegiado do Curso e execução do coordenador(a) de Ensino de Graduação, por intermédio de instrumentos específicos aplicados semestralmente que permitam ao

Colegiado de Curso o estabelecimento de políticas e ações visando a melhoria da qualidade do curso.

A avaliação do projeto do curso, em consonância com os demais cursos ofertados na UFR, leva em consideração a dimensão de globalidade, possibilitando uma visão abrangente da interação entre as propostas pedagógicas dos cursos. Também são considerados os aspectos que envolvem a multidisciplinaridade, o desenvolvimento de atividades acadêmicas integradas e o estabelecimento conjunto de alternativas para problemas detectados e desafios comuns a serem enfrentados.

Este processo avaliativo, aliado às avaliações externas advindas do plano federal, envolve docentes, servidores(as), discentes, gestores(as) e egressos(as), tendo como núcleo gerador a reflexão sobre a proposta curricular e sua implementação. As variáveis avaliadas no âmbito do curso englobam, entre outros itens, a gestão acadêmica e administrativa do curso, o desempenho dos corpos docente e técnico administrativo, a infraestrutura em todas as instâncias, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão e de apoio estudantil.

A metodologia prevê etapas de sensibilização e motivação por meio de seminários, o levantamento de dados e informações, a aplicação de instrumentos, a coleta de depoimentos e outros elementos que possam contribuir para o desenvolvimento do processo avaliativo, conduzindo ao diagnóstico, análise e reflexão, e tomada de decisão.

O Curso de História participa do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) em conformidade com as orientações da instituição referida e próprias da UFR.

A autoavaliação do curso atenderá às diretrizes e orientações advindas da Comissão Própria de Avaliação (CPA/UFR), a qual será responsável pela aplicação de formulário de avaliação junto aos(às) estudantes, docentes, técnicos(as) e egressos(as). Considerando as informações coletadas, o NDE procederá a análise e a elaboração de relatório de autoavaliação a ser apresentado ao Colegiado Ampliado do Curso de

História. O Relatório de Autoavaliação do Curso de História subsidiará debates, propostas e ações dentro das competências do Curso de História, buscando suprir aspectos diagnosticados tendo em vista a oferta de um ensino de qualidade. Os relatórios serão disponibilizados em processos do Sistema Eletrônico de Informações, ou outro meio eletrônico a que os(as) estudantes tenham acesso, como site do curso.

O Relatório de Autoavaliação do Curso possibilitará que o NDE possa propor ao Colegiado ajustes e mudanças no Projeto Pedagógico do Curso em vigência, uma única vez a cada ano letivo, tais como transformação de disciplina obrigatória em optativa, ou vice-versa; inclusão e/ou substituição e/ou exclusão de disciplina obrigatória ou optativa; alteração de carga horária, nomenclatura e/ou código de disciplina obrigatória ou optativa; e atualização de bibliografia optativa e obrigatória das disciplinas, conforme acervo disponível na biblioteca. Essas necessidades de ajustes serão identificadas através do Relatório produzido a partir das respostas advindas da autoavaliação e/ou outros instrumentos de avaliação que se fizerem necessários, levando-se em consideração os diagnósticos produzidos nos anos anteriores e que apontam para a continuidade de problemas não solucionados através das ações promovidas pelo curso. Além disso, poderão haver ajustes decorrentes de mudanças na legislação vigente que apontem para a necessidade de adequação do Projeto Pedagógico do Curso de História. Considerando que o NDE é um órgão propositivo, todo e qualquer ajuste deverá ser aprovado pelo Colegiado.

## **VI CORPO DOCENTE e TÉCNICO ADMINISTRATIVO**

### **6.1 Corpo Docente**

O corpo docente do curso de Licenciatura em História é formado por professores(as) doutores(as) e mestres(as) em processo de doutoramento. Trata-se de profissionais capacitados(as) para a práxis docente, bem como para o exercício da pesquisa e de extensão. Tal característica do corpo docente possibilita que os(as) discentes tenham acesso a conteúdos e perspectivas teóricas diversas, oferecendo-se, dessa forma, uma ampla e diversificada formação. Concomitantemente, incentiva a produção de conhecimento a partir das trocas ocorridas dentro dos núcleos/grupos de estudo, assim como a publicação dos resultados obtidos no processo de pesquisa.

O corpo docente do curso de Licenciatura em História é assistido pelo Programa de Apoio e Aperfeiçoamento Pedagógico e Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, conforme Regimento dos Cursos de Graduação da UFR.

O regime de trabalho de Dedicção Exclusiva, 40hs semanais, permite o atendimento às demandas existentes, possibilitando a dedicação à docência, participação no colegiado, o planejamento e preparação didática, dentre outras atividades.

Atualmente o Curso de Licenciatura em História não conta com técnico administrativo concursado e as atividades atribuídas a esse profissional são desenvolvidas conforme oferta do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS que é a unidade acadêmica responsável e Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, para atuar nas atividades administrativas, no atendimento ao público, no encaminhamento dos processos e trabalhos do curso e demais atribuições concernentes ao cargo.

### 6.1.1 Quadro descritivo do corpo docente

	Docente	Titulação	Área de formação	Regime de trabalho	Unidade acadêmica de origem	Experiência profissional no mundo do trabalho	Experiência no exercício da docência superior	Experiência no exercício da docência na EaD*
1	Alice de Carvalho Lino Lecci	Doutora	Graduada em Filosofia (UFOP), Mestra em Estética e Filosofia da Arte (UFOP), Doutora em Filosofia (USP)	DE	ICHS - Curso de História	Não	Sim	Sim
2	Adilson José Francisco	Doutor	Graduado em Filosofia (UCDB) Mestre em Educação (UFMT) Doutorado em História (PUC-SP)	DE	ICHS - Curso de História	Sim	Sim	Sim
3	Adriano Boro Makuda	Mestre	Graduado em Direito (UFMT), Mestre em Antropologia Social (UFMT)	40h	ICHS - Curso de História	Sim	Sim	Sim

4	Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa	Doutora	Graduada em História (UFMT), Mestra em História (UFMT), Doutora em História (UFMT)	DE	ICHS - Curso de História	Sim	Sim	Sim
5	Elenita Malta Pereira	Doutora	Graduada em História (UFRGS) Mestra em História (UFRGS), Doutora em História (UFRGS)	DE	ICHS - Curso de História	Sim	Sim	Sim
6	Flávio Vilas-Bôas Trovão	Doutor	Graduado em História (UFPR), Mestre em História (UFPR), Doutorado em História Social (USP-SP)	DE	ICHS - Curso de História	Sim	Sim	Sim
7	Jocenaide Maria Rossetto Silva	Doutora	Graduada em História (UFMT), Mestra em Educação (UFMT) e Doutora em História (PUC-SP)	DE	ICHS - Curso de História	Sim	Sim	Sim

8	Luciano Carneiro Alves	Doutor	Graduado em História (UFU), Mestre em História (UFU), Doutor em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT)	DE	ICHS - Curso de História	Não	Sim	Sim
9	Ney Iared Reynaldo	Doutor	Graduado em História (UFMT), Mestre em História (UNESP-SP) e Doutor em História (UNISINOS - RS)	DE	ICHS - Curso de História	Não	Sim	Sim
10	Odemar Leotti	Doutor	Graduado em História (UFMT), Mestre em História (UNICAMP-SP) e Doutor em História (UNESP-Assis)	DE	ICHS - Curso de História	Sim	Sim	Sim
11	Paula Faustino Sampaio	Doutora	Graduada em História (UFCG),	DE	ICHS - Curso de História	Sim	Sim	Sim

			Mestra em História (UFPE), Doutora em História (UFGD)					
12	Pedro Alexander Cubas Hernández	Doutor	Graduação em História (UNIVERSIDAD DE LA HABANA), Mestre em Estudos Interdisciplinares América Latina (UNIVERSIDAD DE LA HABANA) e Doutor em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA)	DE	ICHS - Curso de História	Não	Sim	Sim
13	Priscila de Oliveira Xavier Scudder	Doutora	Graduada em História (UNIJUÍ), Mestra em História (UFMT) e Doutora em Educação (UFMT)	DE	ICHS - Curso de História	Sim	Sim	Sim
14	Talitta Tatiane Martins Freitas	Doutora	Graduada em História (UFU), Mestra em	DE	ICHS - Curso de História	Sim	Sim	Sim

			História (UFU) e Doutora em História (UFU)					
15	Valéria Filgueiras Dapper	Doutora	Graduada em História (UFMT), Mestra em História (UFMT) e Doutora em Educação (UNICAMP)	DE	ICHS - Curso de História	Sim	Sim	Sim

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

## 6.2 Quadro descritivo do corpo técnico-administrativo

	Técnico	Área de atuação	Titulação	Regime de trabalho	Unidade acadêmica de origem
1	Renan Souza Santos	Apoio Administrativo	Graduação em Direito	CLT / 40h	ICHS - Curso de História

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

## 6.3 Equipe multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar, estabelecida em consonância com o PPC, é constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, é responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância e possui plano de ação documentado e implementado e processos de trabalho formalizados.

Esta equipe é responsável por elaborar e/ou validar o material didático de cursos EaD e é composta por professores(as) responsáveis por cada conteúdo de cada disciplina, bem como os demais profissionais nas áreas de educação e técnica (webdesigners, desenhistas gráficos, equipe de revisores, equipe de vídeo, etc).

### 6.3.1. Quadro descritivo da equipe multidisciplinar

	Profissional	Área de atuação	Titulação	Regime de trabalho	Vínculo com a UFR
1	Ana Cristina Lobo Souza	Letras - Língua Portuguesa	Doutora	DE	Estatutária
2	Antonio Henrique Coutelo de Moraes	Letras - Língua Inglesa	Doutor	DE	Estatutário
3	Valdeci Silva Mendes	Técnico Administrativo em Educação	Doutor	DE	Estatutário

4	Tiago Gonçalves Goto	Engenharia Mecânica	Doutor	DE	Estatutário
5	Rodrigo Andrade da Silva	Técnico Administrativo em Educação	Mestre	DE	Estatutário

Fonte: Comissão de redação do PPC

## **VII INFRAESTRUTURA**

### **7.1 Sala de trabalho para professores(as) em tempo integral**

O Curso de História conta com quatro (04) salas de permanência no bloco A (Sala 11, 13, 27 e 28), compartilhadas entre três a quatro docentes. Seus horários de funcionamento são definidos pelos(as) próprios(as) docentes em função das necessidades impostas pelas suas pesquisas e atendimento aos(às) discentes (orientação, grupos de pesquisa e auxílio em questões relacionadas aos conteúdos das disciplinas ministradas na graduação).

Todas as salas estão equipadas com um computador, mesas, cadeiras e armário que possibilitam a guarda de material e equipamentos. Todas as salas são climatizadas e possuem boa iluminação, limpeza e conservação dos móveis e equipamentos. Contudo, necessitam de ampliação do tamanho e um sistema de ventilação eficiente.

### **7.2 Sala de trabalho para a coordenação de curso**

O Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) disponibiliza uma sala para a Coordenação de Ensino de Graduação em História (Sala 6, bloco A). Para atendimento coletivo, temos disponíveis duas salas de reuniões compartilhadas com os cursos do ICHS que está equipada com um projetor e estrutura para videoconferências.

Todas as salas contam com acesso a internet, linha telefônica, armários, mesas, cadeiras, computadores e impressoras que atendem as necessidades administrativas. Todas as salas são climatizadas e possuem boa iluminação, limpeza e conservação dos móveis e equipamentos.

### **7.3 Salas de aula**

O curso de Licenciatura em História é parte integrante do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (IHS) da UFR. O curso se utiliza de quatro (04) salas de aulas disponibilizadas pela instituição (PROINFRA) em seu turno de funcionamento e compartilhadas nos demais turnos.

Todas as salas estão equipadas com cadeiras universitárias com assentos e encostos almofadados, possuem quadro de giz e/ou quadro branco, são arejadas e bem iluminadas, são climatizadas, possuem assentos específicos para cadeirantes e pessoas obesas. As salas atendem as normas de acessibilidade, possuem rampas, pisos rebaixados, escadas com corrimão e são bem sinalizadas.

### **7.4 Ambientes de Convivência**

Quanto a estrutura física destinada aos ambientes de convivência estudantil, a UFR oferece uma sala para o Diretório Central dos Estudantes, vinte salas destinadas aos Centros Acadêmicos, todas localizadas no Centro de Vivência, além de espaços para integração como uma concha acústica, banheiros masculino e feminino, com banheiros adaptados para Pessoas com Deficiências – PCD. Além dos espaços supramencionados, a UFR ainda dispõe de dois auditórios (Central e Bloco D), quadra poliesportiva, quadra de vôlei de areia, Restaurante Universitário, Cantina e o Centro de Vivência dos estudantes.

### Centro de Convivência dos Estudantes



Fonte: <https://ufr.edu.br/pt-ingresso-forma/estudantes/>

Os(As) estudantes do curso de Licenciatura em História possuem ambientes de convivência compartilhados com os(as) demais estudantes da UFR, o Centro de Vivência. Nesse espaço, há uma sala para uso dos Centros Acadêmicos do ICBS, na qual o Centro Acadêmico de História – CALHIS desenvolve suas atividades.

Além destas salas, contam ainda com outras dependências destinadas ao apoio e atendimento das suas necessidades de estudo, de pesquisa e demais aprendizagens.

## 7.5 Laboratórios

### Acesso dos(as) estudantes a equipamentos de informática

Os(As) estudantes têm acesso a equipamentos de informática, conectados à rede de internet, no Laboratório de Ensino e Pesquisas em História - LEPHIS. Da mesma forma, é disponibilizado o acesso a equipamentos no Laboratório de Práticas de Ensino do ICBS - LAPRAS. A UFR conta ainda com um Laboratório de Informática nas dependências da Biblioteca, com equipamentos conectados à rede de internet.

Também é disponibilizado o acesso à rede WI-FI que cobre todos os espaços da Universidade.

### **Laboratórios didáticos**

O Laboratório de Ensino e Pesquisas em História – LEPHIS é um espaço de estudos, pesquisa, extensão e guarda de acervo produzido nas disciplinas de estágio supervisionado, na prática como componente curricular, de projetos de extensão, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID e do Programa Residência Pedagógica – PRP. Este é um espaço de formação onde os(as) estudantes e docentes da rede básica exercitam seus saberes docentes: com a produção de materiais didáticos, jogos pedagógicos, minicursos, oficinas e a regência de aulas.

O LEPHIS tem por objetivo fomentar ações que priorizem a indissociabilidade entre a teoria e a prática, a pesquisa voltada para o ensino de História, a produção de recursos didáticos, a inovação metodológica no ensino de História, a utilização e a criação de diferentes tecnologias e linguagens voltadas para o ensino da História.

O Laboratório de Ensino e Pesquisas em História – LEPHIS do Curso de Licenciatura em História atende aos acadêmicos do curso de História e aos(as) professores(as) da educação básica da rede municipal e estadual de Rondonópolis e região sul de Mato Grosso, com atividades de extensão com foco na formação continuada. As atividades ofertadas são: oficinas, minicursos, eventos, grupos de estudos, ciclo de debates, simpósios temáticos, colóquios e pesquisas. As atividades do LEPHIS são reguladas por Regimento próprio, conforme disposto no Apêndice VII.

O curso de Licenciatura em História também conta com o acesso e uso do Laboratório de Práticas de Ensino do ICHS / LAPRAS. Este laboratório é de caráter multidisciplinar e de uso coletivo dos cursos do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS.

O Laboratório de Práticas do ICHS - LAPRAS tem como objetivo geral oportunizar a formação dos(as) professores(as) face às tendências teóricas e didático-pedagógicas da

área de humanidades e ciências sociais. Além disso, deseja proporcionar aos(as) estudantes o desenvolvimento de práticas multi e interdisciplinares, tanto no que se refere ao preparo das atividades a serem realizadas no âmbito das escolas de ensino fundamental e médio, quanto no acolhimento dos(as) professores(as) para a formação continuada. Ao lado disso, o LAPRAS oferece suporte para a discussão, formação e elaboração de Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação. As atividades deste Laboratório são reguladas por Regimento próprio, conforme disposto no Apêndice VIII.

Ainda visa prioritariamente à formação dos acadêmicos das licenciaturas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), no sentido de:

1. Desenvolver projetos que envolvam a área de Ensino de História para os(as) acadêmicos(as) em formação e professores(as) em exercício.
2. Propiciar e incentivar a integração das experiências e reflexões desenvolvidas na área de História no Curso àquelas vivenciadas em outras áreas do conhecimento voltadas para a formação e prática de professores(as).
3. Criar um banco de dados referente aos relatórios de Estágio e Práticas, elaborados pelos acadêmicos do Curso, visando a sua utilização como fonte de pesquisa para área de Ensino de História e como fonte de memória das atividades didático-pedagógicas desenvolvidas ao longo dos semestres.
4. Oferecer aos acadêmicos as melhores condições possíveis para:
  - 4.1. Avaliar os materiais didáticos existentes no mercado
  - 4.2. Produzir materiais didáticos diversificados
  - 4.3. Tratar os novos temas e áreas do conhecimento
  - 4.4. Conceituar e experimentar metodologias de ensino
  - 4.5. Formular mecanismos de avaliação do trabalho docente e do processo de ensino e aprendizagem em História.

## **Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros – NDHOC.**

O Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros – NDHOC é um importante laboratório que possibilita suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão. Para o ensino, este se constitui um espaço que possibilita a leitura e análise de fontes históricas primárias e a produção de materiais didáticos a partir das fontes de seu acervo. Para a pesquisa o acervo documental e bibliográfico constitui-se fonte e referencial de pesquisa. O NDHOC também oferta atividades de extensão para os(as) estudantes do curso e para outras instituições.

A expansão e melhoria do acervo e a aquisição de instrumentais tecnológicos (leitores de microfiches, scanners e computadores com conexão de internet) tem contribuído para o acesso à diversidade de fontes que informam as pesquisas.

São desafios: a ampliação do acervo, aquisição de novas tecnologias e o intercâmbio/interligação com outros núcleos afins. Tais desafios estão cada vez mais simplificados pelas possibilidades oferecidas pela internet e o acesso a bancos de dados diversos.

As atividades do NDHOC são reguladas por Regimento próprio, conforme Apêndice VIII.

### 7.5.1 Quadro de laboratórios

LABORATÓRIO	UTILIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	REGULAMENTO DE USO	CAPACIDADE DE OCUPAÇÃO
Laboratório de Informática da Biblioteca	Compartilhada	Biblioteca da UFR	Apêndice VI	20
Laboratório Didático <b>Laboratório de Ensino e Pesquisas em História – LEPHIS</b>	Exclusiva	Sala 19, Bloco A	Apêndice VII	30
Laboratório Didático <b>Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros – NDHOC</b>	Exclusiva	Biblioteca da UFR	Apêndice VIII	20
Laboratório de ensino multidisciplinar <b>Laboratório de Práticas de Ensino do ICBS – LAPRAS</b>	Compartilhada	Bloco E	Apêndice IX	30

## 7.6 Biblioteca

O acervo físico da Biblioteca está tombado e informatizado. O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da UFR.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na biblioteca, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

### Laboratório de informática da biblioteca



Fonte: Diretoria da Biblioteca (25/08/2022)



**Acervo Físico**



Fonte: Diretoria da Biblioteca (25/08/2022)

## VIII GESTÃO DO CURSO

### 8.1 Núcleo Docente Estruturante

Conforme a Resolução Consepe/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação no art. 29 , “[...] o Núcleo Docente Estruturante é um órgão consultivo e propositivo do curso de graduação, responsável pelo processo de concepção, avaliação e atualização do projeto pedagógico do curso”.

Cabe ao Núcleo Docente Estruturante:

- I- contribuir para a consolidação do perfil profissional do(a) egresso(a) do curso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho;
- II- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV- colaborar com o colegiado de curso e a Comissão Própria de Avaliação para a autoavaliação periódica dos cursos de graduação; e
- V- propor medidas de melhorias a partir dos resultados da autoavaliação dos cursos de graduação.

O Núcleo Docente Estruturante do curso será constituído conforme disposto no art. 31 da Resolução Consepe/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação.

## 8.2 Colegiado de curso

O colegiado do curso de Licenciatura em História é instituído e regulamentado conforme os art. 16 a 28 da Resolução Consepe/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação. Conforme o disposto neste, o colegiado de curso de graduação é caracterizado como órgão planejador e executor das tarefas que lhes são peculiares quanto à gerência do curso de graduação e é a instância deliberativa e consultiva sobre políticas, estratégias e rotinas acadêmico-pedagógicas no âmbito do curso de graduação.

O colegiado de curso de graduação tem as seguintes atribuições:

- I – dar posse a todos os seus membros;
- II – elaborar, modificar e aprovar todas as regulamentações no âmbito do curso, submetendo-as à congregação para homologação;
- III – cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas por instâncias superiores;
- IV – articular-se, com o Núcleo Docente Estruturante, para elaborar o projeto pedagógico do curso e encaminhá-lo à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para análise; e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para aprovação; acompanhando a execução desse projeto com vistas à sua efetividade;
- V – apreciar as alterações propostas pelo Núcleo Docente Estruturante para o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso;
- VI – realizar esforços, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante, para análise e avaliação do projeto pedagógico do curso, das matrizes curriculares, do perfil dos cursos, das atividades acadêmicas realizadas e dos demais projetos desenvolvidos nos cursos, em articulação com os objetivos e critérios de avaliação institucional da Universidade;
- VII – deliberar sobre encaminhamentos realizados pelo Núcleo Docente Estruturante;

- VIII – deliberar e supervisionar, juntamente com os(as) docentes, o planejamento e desenvolvimento didático-pedagógico dos componentes curriculares, mediante as diretrizes do curso e dos programas específicos;
- IX – acompanhar as avaliações externas relacionadas aos processos de regulação do curso;
- X – propor à direção o estabelecimento de convênios de cooperação técnica e científica com instituições afins no intuito de promover desenvolvimento e capacitação aos(às) docentes no âmbito do curso;
- XI – avaliar e emitir parecer sobre os planos de ensino das disciplinas do curso;
- XII – apoiar a realização de eventos acadêmicos do curso;
- XIII – elaborar e acompanhar o desenvolvimento de planos de estudos dos(as) estudantes;
- XIV – deliberar sobre pedidos de aproveitamento de estudos e adaptação, mediante requerimento dos(as) interessados(as);
- XV – aprovar os planejamentos e acompanhar os estágios curriculares supervisionados obrigatórios e não obrigatórios do curso;
- XVI – avaliar, aprovar e acompanhar os programas acadêmicos pertinentes;
- XVII – acompanhar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação, no âmbito de suas competências;
- XVIII – deliberar sobre as solicitações de trancamento de matrícula e transferências;
- XIX – decidir sobre recursos acadêmicos solicitados pelos(as) estudantes, conforme as normas e a legislação em vigor;
- XX – solicitar à direção as providências adequadas para melhor utilização do espaço, bem como do pessoal e do material;

XXI – propor à congregação de instituto ou de faculdade critérios para a atribuição dos encargos didáticos;

XXII – deliberar sobre a restrição de participação parcial ou total de pessoas externas ao colegiado de curso de graduação nas reuniões que tratem de assuntos sigilosos;

XXIII – deliberar sobre o direito à voz de pessoas externas ao colegiado de curso de graduação nas reuniões; e

XXIV – deliberar e decidir sobre matéria omissa, na esfera de sua competência.

O colegiado de curso de graduação, incluindo o(a) presidente(a), terá uma quantidade não inferior a cinco membros nem superior a onze membros, perfazendo um total sempre ímpar, com a seguinte composição:

I- coordenador(a) de curso de graduação, membro nato, presidente(a);

II- docentes efetivos(as) que lecionam no curso:

a) deve-se respeitar a proporção mínima de sessenta por cento de membros docentes na composição do colegiado de curso de graduação;

b) deve-se procurar a representatividade do maior número de disciplinas no colegiado;

III- representante técnico(a) à disposição do curso; e

IV- representante discente matriculado(a) no curso:

a) o número de membros discentes não poderá ser inferior a dez por cento do número total da composição de cada colegiado de curso de graduação.

Os(As) representantes dos colegiados, assim como seus(suas) respectivos(as) suplentes, serão eleitos(as) e/ou definidos(as), a critério de cada colegiado ampliado de curso, da seguinte maneira:

I- por seus pares, com mandato de um ano para os(as) representantes estudantis, e de dois anos para os(as) representantes docentes e técnicos administrativos em educação; e

II- em caso de empate nas eleições para representantes de órgãos colegiados, será considerado(a) eleito(a) o(a) mais antigo(a) na Universidade Federal de Rondonópolis e, entre os de mesma antiguidade, o(a) mais idoso(a).

### **8.3 Comitê de ética em pesquisa**

Tendo em vista a necessidade primordial de regulamentar as pesquisas realizadas na área das ciências da saúde, assim como nas ciências humanas e sociais, com a finalidade de proteger os/as participantes de pesquisa em seus direitos e assegurar que os estudos sejam realizados de forma ética, em 1996, foi criada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

A Conep está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde e apresenta uma composição multi e transdisciplinar, reunindo representantes de diferentes áreas do conhecimento para cumprir sua principal atribuição, que é a avaliação dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil. Em cumprimento à sua missão, a Conep elabora e atualiza as diretrizes e as normas para a proteção dos/as participantes de pesquisa e coordena o Sistema CEP/Conep.

O Sistema CEP/Conep é formado pela Conep (instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos) e pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), instâncias regionais dispostas em todo território brasileiro. Este sistema utiliza mecanismos, ferramentas e instrumentos próprios de inter-relação, em um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos/as participantes de pesquisa no Brasil, de forma coordenada e descentralizada.

Quanto aos marcos legais dos procedimentos éticos em pesquisa, convém ressaltar que, em 2011, foi iniciada uma ampla discussão no Sistema CEP/Conep com o objetivo

de atualizar aspectos relacionados aos procedimentos éticos das pesquisas. Esse processo intenso de debates culminou na elaboração da Resolução CNS nº 466/2012, que revogou a Resolução CNS nº 196/1996 e criou a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

A Resolução CNS nº 466/2012, ainda em vigência, embora se pautasse expressivamente nos procedimentos éticos voltados às pesquisas em ciências biomédicas, foi criada com o propósito de abranger todas as áreas de conhecimento. Entretanto, o fato de haver uma única regulamentação de ética em pesquisa com seres humanos gerou descontentamentos e embates na comunidade científica, que resultaram na implementação da Resolução CNS nº 510/2016, que se volta para as pesquisas em ciências humanas e sociais ou que utilizam metodologias dessa área de conhecimento.

Como uma instância local de apreciação dos protocolos de pesquisa, o CEP é, geralmente, criado pela instituição (universidade ou autarquia) em que são realizadas pesquisas. É no CEP, portanto, que serão feitos os registros das pesquisas, primando-se pelo critério de regionalidade. Já a Conep, vinculada diretamente ao Conselho Nacional de Saúde, é responsável pela homologação dos resultados do CEP e pela avaliação dos protocolos de pesquisa de alto risco.

O CEP institucional, por conseguinte, tem a função de revisar protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Tem como responsabilidade primária decidir sobre os aspectos éticos das pesquisas a serem desenvolvidas na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos/as voluntários/as participantes de pesquisa. Tem também papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) teve sua primeira reunião no dia 08 de junho de 2016, quando ainda era associado à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O CEP/UFR está localizado no Bloco Administrativo da UFR, térreo, sala 1, com endereço na Avenida dos Estudantes, nº

5055, Cidade Universitária, em Rondonópolis/MT, sob o CEP 78736-900. O telefone e o e-mail para contato são, respectivamente: (66) 3410-4153 / cep@ufr.edu.br. O horário de atendimento ao público é de segunda-feira à quinta-feira, das 13 horas às 17 horas. Informações, como datas de reuniões e membros do CEP, além de downloads de documentações diversas, estão disponíveis em: <https://ufr.edu.br/servicos/cep-rondonopolis/>.

O CEP/UFR é orientado pelo Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Rondonópolis, de 13 de março de 2020, que disciplina os critérios de composição, competências e procedimentos do CEP.

O CEP/UFR é constituído por um colegiado composto de, no mínimo, nove membros, dentre profissionais das áreas de ciências da saúde, ciências humanas e sociais, ciências agrárias e ciências exatas, e também por pelo menos dois/duas representantes da comunidade e/ou servidores/as da instituição ou indicado/a pelo Conselho Municipal de Saúde e/ou Conselho Municipal de Educação, além dos/as respectivos/as suplentes.

Aos membros do CEP compete:

- estudar e relatar os projetos que lhes forem atribuídos pelo(a) coordenador(a);
- comparecer às reuniões ordinárias, proferindo deliberação ou pareceres e manifestando-se a respeito de matérias em discussão;
- requerer deliberação de matéria em regime de urgência;
- verificar a instrução de procedimentos estabelecidos, a documentação e os registros dos dados gerados no decorrer do processo, o acervo de dados obtidos, os recursos humanos envolvidos, os relatórios parciais e finais do processo;
- desempenhar atribuições que lhes forem designadas pelo(a) coordenador(a);
- apresentar proposições sobre as questões atinentes ao Comitê.

Retirado de: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS. Guia Orientativo do CEP/UFR. Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Rondonópolis: EdUFR, 2022. Disponível em: <http://book.ufr.edu.br/#/>. Acesso em 06 out. 2022.

## 8.4 Coordenação do curso

A Coordenação de Ensino de Graduação tem à sua frente um(a) Coordenador(a), que é eleito(a) a cada 2 (dois) anos pelo voto direto do corpo docente, discente e técnico ligado ao curso de História.

Os critérios para escolha do(a) docente a exercer a função de Coordenador(a) de Curso foram deliberadas pelo Colegiado do Curso de História, conforme ATA número 37 do dia 25 de agosto de 2023, e são os seguintes: Manifestação de interesse; na ausência desta, será considerado apto(a) aquele(a) professor(a) que não tenha exercido ainda a referida função. Nesse caso, se houver mais de uma pessoa elegível, será usado o critério de maior antiguidade no Curso. Se ocorrer o fato de todos(as) os(as) docentes já terem exercido a função de Coordenador(a), será considerado(a) apto(a) aquele(a) que estiver a mais tempo sem exercê-la.

A Coordenação de Curso é o setor responsável pela gestão e pela qualidade intrínseca do curso, no mais amplo sentido. São definidas as funções, as responsabilidades, as atribuições e os encargos do(a) Coordenador(a) do Curso, distribuindo-os em quatro áreas distintas, a saber:

**Funções políticas:** ser um líder reconhecido na área de conhecimento do Curso; ser reconhecido no exercício de seu mister por sua atitude estimuladora, proativa, congregativa, participativa e articuladora; ser o representante de seu curso; ser um promotor permanente do desenvolvimento e do conhecimento do curso no âmbito da IES e na sociedade; ser responsável pela vinculação do curso com os anseios e desejos do mercado de trabalho e da pesquisa.

**Funções gerenciais:** revelam a competência do(a) coordenador(a) na gestão intrínseca do curso que dirige. São elas: ser o responsável pela supervisão das instalações físicas, laboratórios e equipamentos do curso; ser o responsável pela indicação de aquisição de livros, materiais especiais e assinatura de periódicos necessários ao desenvolvimento do curso; conhecer o movimento da biblioteca quanto aos empréstimos e às consultas, seja por parte dos(as) professores(as),

seja por parte dos funcionários vinculados ao curso, seja, enfim, relativamente aos(às) estudantes; ser responsável pelo estímulo e controle da frequência docente e discente; ser responsável pela indicação da contratação de docentes; ser responsável pelo processo decisório de seu curso. O(A) coordenador(a) deve tomar para si a responsabilidade do despacho célere dos processos que lhe chegarem às mãos, discutindo com seu diretor de centro ou de instituto, se for o caso, ou outro superior existente na instituição de ensino, quanto às dúvidas que os pleitos apresentarem.

**Funções acadêmicas:** sempre estiveram mais próximas das atenções do(a) Coordenador(a) de Curso. Todavia, as atribuições, os encargos e as responsabilidades do(a) coordenador(a) não se limitam a tais funções: ser o responsável pela supervisão da elaboração e execução do PPC; ser responsável pelo desenvolvimento atrativos das atividades escolares; ser responsável pela qualidade e pela regularidade das avaliações desenvolvidas em seu curso; deve ser responsável pela orientação e acompanhamento dos(a) monitores(a); deve ser responsável pelo engajamento de professores(as) e estudantes em programas e projetos de extensão universitária; deve ser responsável pelos estágios obrigatórios e não-obrigatórios. A realização, o acompanhamento e o recrutamento de novas oportunidades de estágio têm de ser objeto de séria preocupação do(a) coordenador(a).

**Funções institucionais:** estão relacionadas algumas das funções: a Coordenação de Curso deve ser responsável pelo sucesso dos(as) estudantes de seu curso no Exame Nacional de Curso; o(a) Coordenador(a) deve ser responsável pelo acompanhamento dos(as) egressos(as) do curso; o(a) Coordenador(a) deve ser responsável pelo reconhecimento de seu curso e pela renovação periódica desse processo por parte do MEC.

## IX – EQUIVALÊNCIA DE MATRIZES CURRICULARES

Fluxo curricular vigente e a ser progressivamente descontinuado		Fluxo curricular proposto e a ser progressivamente ofertado		Aproveitamento		
Componente Curricular	CH	Componente Curricular	CH	Total	Parcial	Sem aproveitamento
Sociologia	78	Sociologia	64	X		
Filosofia	78	Filosofia	64	X		
Introdução aos Estudos Históricos	78	Historiografia	80	X		
História Contemporânea II	78	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Tempo Presente	80			X
A formação histórica das sociedades Antigas e Orientais I	78	Mundos Antigos: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	80	X		
Antropologia	78	Antropologia	64	X		
Economia e Política	78	Política Educacional Brasileira	64	X		
História da África	78	África: Relações de Poder, economia e Territórios	80	X		

A formação histórica das sociedades Antigas e Orientais II	78	Linguagens e TDICS no ensino de história	80			X
Língua Portuguesa	64	Matemática e Estatística para Licenciatura	64			X
Psicologia da Educação	64	Psicologia da Educação	64	X		
A Idade Média Ocidental e os Modelos de Oriente	78	Mundos Medievais: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	80	X		
Teorias da História	64	Teorias da História	80	X		
Estágio Supervisionado I	68	Estágio Supervisionado I	96		X	
História do Brasil Colônia I	78	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Colônia	80	X		
História do Brasil Colônia II	78	História e Culturas dos povos indígenas no Brasil	80			X
Organização e Func. Educação Básica	64	Estado e Legislação Educacional	64	X		
Libras	64	Libras	64	X		
Historiografia e Ensino de História	64	Ensino de História: debates e tendências historiográficas	80	X		
Estágio Supervisionado II	68	Estágio Supervisionado I	96		X	
Estágio Supervisionado III	68	Estágio Supervisionado II	96		X	
História Moderna I	78	Sociedades Modernas: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	80	X		

História da América I	78	América: Relações de Poder, Economia e Território	80	X		
História do Brasil Império I	78	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Império	80	X		
Didática e Ensino de História	64	Didática	64	X		
Estágio Supervisionado IV	68	Estágio Supervisionado II	96		X	
História Moderna II	78	História, Identidades de Gênero e Sexualidades	80			X
Int. prod. Monográfica e Seminários de Pesquisa	64	Prática da pesquisa em História	80	X		
História de Mato Grosso I	78	Mato Grosso: Debates e tendências historiográficas	80	X		
História do Brasil Império II	78	África: Sociedades, Culturas e Diversidades	80			X
História da América II	78	América: Sociedades, Culturas e Diversidade	80	X		
Estágio Supervisionado V	68	Estágio Supervisionado III	104		X	
História Brasil República I	78	Sociedades, Relações de Poder e culturas no Brasil República	80	X		

História Brasil República II	78	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Contemporâneo	80	X		
Trabalho de Curso I	64	História da Arte	80			X
Estágio Supervisionado VI	68	Estágio Supervisionado IV	104		X	
História de Mato Grosso II	78	Mato Grosso: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	80			X
Iniciação à Metodologia Científica	78	Educação das relações étnico-raciais	64			X
História Contemporânea I	78	História Contemporânea: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	80	X		
Trabalho de Curso II	22	Trabalho de Conclusão de Curso	16	X		
***	***	África: Discussões Contemporâneas e Debates Historiográficas	80			X
***	***	Optativa I	64			X
***	***	Optativa II	64			

## **9.1 PLANO DE MIGRAÇÃO DE FLUXO CURRICULAR**

Conforme o art. 195 da Resolução Consepe/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação a migração de fluxo curricular ocorre quando há mudança curricular e a adaptação dos(as) discentes já matriculados(as) deverá ser aprovada pelo colegiado de curso.

Nestes casos é garantida a possibilidade de permanência no currículo anterior aos(às) discentes que tenham integralizado pelo menos cinquenta por cento da carga horária de disciplinas de caráter obrigatório ou optativo no momento da implantação do novo currículo no sistema acadêmico.

Sendo assim, os(as) discentes que ingressaram no ano letivo de 2021/1, ou anterior a esse, permanecerão na estrutura curricular de ingresso aprovada pela Resolução Consepe nº 01 de 10 de agosto de 2021.

Para os(as) demais discentes, a adaptação curricular será definida conforme o ano de ingresso de modo a não acarretar descontinuidade ou prejuízo a sua formação profissional, conforme os planos de equivalência de fluxo curricular apresentados a seguir.

O plano de migração de fluxo curricular tem como objetivo a adaptação dos(as) discentes já matriculados(as) ao novo Projeto Pedagógico de Curso, de modo a não acarretar descontinuidade ou prejuízo à sua formação profissional. À eles(as) é assegurado(a) o direito de integralização curricular com o mínimo de anos letivos previstos no projeto pedagógico do curso do ano de ingresso ou o mínimo de tempo necessário após elaboração de Plano de Estudos.

No momento de implementação deste PPC, os(as) discentes que integralizaram cinquenta por cento (50% - equivalente até o quarto semestre integralizado) ou mais da carga horária das disciplinas permanecerão no fluxo curricular anterior, sendo assegurado à eles(as) a oferta de componentes curriculares para a finalização das suas atividades acadêmicas. Dessa forma, haverá a coexistência de dois PPCs pelo tempo

necessário para que esses(as) estudantes concluam sua grade curricular. É facultado a esses(as) estudantes cursar componentes curriculares da nova grade curricular, havendo o registro em seu Histórico Acadêmico como disciplinas optativas com a finalidade de integralização das horas das Atividades Artístico Científicas Complementares (AACC).

Por sua vez, os(as) estudantes que tiverem menos de cinquenta por cento (50%) de carga horária das disciplinas integralizadas, migrarão de fluxo curricular, aplicando-se nesses casos a tabela de equivalência das matrizes curriculares/plano de migração de fluxo curricular e passando a vigorar as normativas e fluxo curricular do novo PPC. Essas tabelas serão as referências para a coordenação de curso, bem como o Colegiado, elaborarem planos de estudos, quando necessário.

No Histórico do(a) estudante permanecerão os registros dos componentes curriculares realizados com aprovação anterior à implantação da nova estrutura curricular e quando houver disciplinas obrigatórias cursadas na estrutura anterior, sem equivalência com a nova estrutura curricular, serão considerada a carga horária cursada para efeito de integralização curricular. No que diz respeito às disciplinas optativas cursadas, não será necessário realizar equivalência dessas com as optativas do novo projeto pedagógico do curso. Disciplinas obrigatórias cursadas e que não possuam equivalência no novo PPC, serão consideradas disciplinas optativas e terão direito à integralização de sua carga horária.

Para as disciplinas com aproveitamento parcial, será elaborado pelo(a) docente responsável pelo componente curricular parcialmente equivalente um plano de atividades com a finalidade de complementar as atividades didático pedagógicas, considerando o ementário da disciplina já cursada.

Nos casos específicos das disciplinas de Estágio Supervisionado, que possuem aproveitamento parcial, será considerado a seguinte equivalência: a somatória de Estágio Supervisionado I e II (grade antiga) para a integralização de Estágio Supervisionado I (nova grade); a somatória de Estágio Supervisionado III e IV (grade

antiga) para a integralização de Estágio Supervisionado II (nova grade). As disciplinas de Estágio Supervisionado V e VI serão aproveitadas parcialmente, requerendo a elaboração de Plano de Atividades, conforme disposto neste PPC.

Os casos omissos serão encaminhados e apreciados pelo Colegiado de Curso.

### 9.1.1 Plano de Migração de Fluxo Curricular

#### Ano de Ingresso 2023/1

Semestre	Componente Curricular	CH
2º	História e Culturas dos Povos Indígenas no Brasil	80
	África: Relações de Poder, Economia e Territórios	80
	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Contemporâneo	80
	Matemática e Estatística para Licenciatura	64
	Ensino de História: debates e tendências historiográficas	80
3º	Mundos Medievais: sociedades, relações de poder e culturas	80
	Teorias da História	80
	Linguagens e TDICS no ensino de História	64
	Antropologia	64
	Psicologia da Educação	64
4º	Prática da Pesquisa em História	80
	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Colônia	80
	História, Identidade de Gênero e Sexualidade	80
	Estágio Supervisionado I	96
	Libras	64
5º	Sociedades Modernas: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	80
	América: relações de Poder, Economia e Território	80
	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Império	80
	Didática	64
	Estágio Supervisionado II	96

6º	África: sociedades, culturas e diversidades	80
	Sociedades, Relações de Poder e culturas no Brasil República	80
	História da Arte	80
	Mato Grosso: Debates e tendências historiográficas	80
	Estágio Supervisionado III	104
7º	Mato Grosso: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	80
	Estado e Legislação Educacional	64
	América: Sociedades, Culturas e Diversidade	80
	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Tempo Presente	80
	Estágio Supervisionado IV	104
8º	África: Discussões contemporâneas e debates historiográficos	80
	História Contemporânea: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	80
	Educação das relações étnico-raciais	64
	Optativa II	64
	Políticas Educacional Brasileira	64
Atividades Complementares		64

## 9.1.2 Plano de Migração de Fluxo Curricular

### Ano de Ingresso 2022/1

Semestre	Componente Curricular	CH
4º	Prática da Pesquisa em História	80
	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Contemporâneo	80
	História, Identidade de Gênero e Sexualidade	80
	Estágio Supervisionado I (Parcial)	96
	Libras	64
	Matemática e Estatística para Licenciatura	64
5º	Sociedades Modernas: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	80
	América: relações de Poder, Economia e Território	80
	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Império	80
	Didática	64
	Estágio Supervisionado II	96
	Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Tempo Presente	80
6º	África: sociedades, culturas e diversidades	80
	Sociedades, Relações de Poder e culturas no Brasil República	80
	História da Arte	80
	Mato Grosso: Debates e tendências historiográficas	80
	Estágio Supervisionado III	104
7º	Mato Grosso: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	80
	Estado e Legislação Educacional	64
	América: Sociedades, Culturas e Diversidade	80
	Estágio Supervisionado IV	104
	Linguagens e TDICS no ensino de história	64
8º	África: Discussões contemporâneas e debates historiográficos	80
	História Contemporânea: Sociedades, Relações de Poder e Culturas	80
	Educação das relações étnico-raciais	64
	História e Culturas dos Povos Indígenas no Brasil	80
	Ensino de História: debates e tendências historiográficas	80
Atividades complementares		64

## X- REFERÊNCIAS

IBGE. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal em 2021. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963_informativo.pdf). Acesso em: 15 Mar. 2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA PROEG/UFR nº 2, de 06 de dezembro de 2022.

LEI DE CRIAÇÃO DA UFR. Lei nº 13.637, de 20 de março de 2018.

LEI ESTADUAL QUE AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CENTRO PEDAGÓGICO DE RONDONÓPOLIS (CPR). Lei Estadual nº. 3.575, de 02 de dezembro de 1974.

LEI FEDERAL DE Instituição da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Lei Federal nº. 6.674, de 05 de julho de 1979.

LEI N. 9.394/1996 - Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PORTARIA MEC nº 2.122, de 10 de dezembro de 2019 -

PORTARIA MEC nº 2.117/2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

PORTARIA Nº 25, DE 21 DE JANEIRO DE 2021. Aprova o Estatuto da UFR.

PRENSKY, M. Digital Native, digital immigrants. On the horizon, MCB University Press, Vol. 9, N.5, October, 2001.

RESOLUÇÃO CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019 - Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

RESOLUÇÃO CONSEPE/UFR nº 10, de 14 de julho de 2022.

RESOLUÇÃO CONSEPE/UFR nº 15, de 31 de outubro de 2022.

RESOLUÇÃO CONSUNI/UFR nº 41, de 22 de junho de 2021.

RESOLUÇÃO CONSUNI/UFR nº 23, de 08 de fevereiro de 2021.

RESOLUÇÃO CONSUNI/UFR nº 24, de 08 de fevereiro de 2021.

RESOLUÇÃO CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018

RESOLUÇÃO CONSEPE DE Criação do Curso de História/UFMT/CUR.

RESOLUÇÃO nº 67/85, do Conselho Diretor da UFMT, de 24/10/1985.

RESOLUÇÃO nº 67/85, do Conselho Diretor da UFMT, de 24/10/1985 – Ato de criação;

Resolução nº 018/85, do CONSEPE, de 22/11/1985 – Integra o curso ao Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR)

PORTARIA nº 1705, de 17 de novembro de 1992, Ministério da Educação e Desporto – Reconhece o Curso de História.

PORTARIA nº 1577, de 28 de setembro de 2010, Ministério da Educação e Desporto – Renovação do Reconhecimento do Curso de História.

PORTARIA nº 286, de 21 de dezembro de 2012, Ministério da Educação e Desporto – Reconhece o Curso de História.

PORTARIA nº 1097, de 24 de dezembro de 2015, Ministério da Educação e Desporto – Reconhece o Curso de História.

PORTARIA nº 920, de 27 de dezembro de 2018, Ministério da Educação e Desporto – Reconhece o Curso de História.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

RESOLUÇÃO CONSEPE/UFR Nº 10, DE 14 DE JULHO DE 2022. Dispõe sobre o Regimento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondonópolis.

RESOLUÇÃO CONSEPE/UFR Nº 11, DE 14 DE JULHO DE 2022. Dispõe sobre o Regimento de Ensino de Graduação da Universidade Federal de Rondonópolis.

RESOLUÇÃO CONSEPE/UFR Nº 15, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022. Dispõe sobre o Regimento de Ensino de Graduação da Universidade Federal de Rondonópolis.

RESOLUÇÃO CONSEPE/UFR Nº 3, DE 10 DE AGOSTO DE 2021 Regulamenta a Creditação das Atividades Curriculares de Extensão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondonópolis.

RESOLUÇÃO PROEXA/UFR Nº 0078998, DE 04 DE OUTUBRO DE 2022

RESOLUÇÃO CONSUNI/UFR Nº 41, DE 22 DE JUNHO DE 2021 - Aprova o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) da Universidade Federal de Rondonópolis para o quinquênio 2021 – 2025.

RESOLUÇÃO CONSUNI/UFR Nº 40, DE 22 DE JUNHO DE 2021. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Rondonópolis para o quinquênio 2021 – 2025.

RESOLUÇÃO DE Criação do Campus de Rondonópolis. Resolução nº. 01/1976 do Conselho Universitário da então Universidade Estadual de Mato Grosso.

RESOLUÇÃO CONSUNI N.º 19, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005. Aprova a criação e o regimento do Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros - NDHOC.

## APÊNDICE I – EMENTÁRIO

Componente Curricular					
<b>Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Contemporâneo</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>A República nacional-estatista. Trabalhismo, populismo. Nacional desenvolvimentismo e os “anos dourados”. A Ditadura civil militar, o “milagre econômico” e as esquerdas. O golpe e o regime militar. Luta armada e resistências sociais. Manifestações culturais. Globalização, Neoliberalismos e “novos” movimentos sociais. Redemocratização. Movimento negro. Movimento feminista. Políticas Públicas na História recente do Brasil. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>GOMES, Angela Maria de Castro; D’Áraújo, Maria Celina. <b>Getulismo e trabalhismo</b>. São Paulo: Ática, 1989. 88p.</p> <p>HAMBURGUER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, Fernando A; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). <b>História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. V. 4.</p> <p>MOISÉS, José Álvaro; et al. <b>Alternativas Populares da Democracia: Brasil, anos 80</b>. Petrópolis: Vozes; CEDEC. 1982.</p>					

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008. 2 V.

IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil**. São Paulo: EdUNICAMP, 2008.

NASCIMENTO, Flávio Antonio da. **O beabá do racismo contra o negro brasileiro: subsídio didático para estudantes universitários, educadores, professores, formadores de opinião e militantes**. Rondonópolis, mimeo, 2010.

Componente Curricular					
Historiografia					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>Definições de História; Colonização, colonialismo e historiografia; Escolas historiográficas nos séculos XIX e XX. Renovação historiográfica através do marxismo. Historiografia e racismo no Brasil; Historiografia Brasileira na pós-modernidade e a crise dos paradigmas nas ciências sociais e humanas. Desafios da produção da historiografia decolonial no Brasil. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>FERNANDES, Florestan. <b>A integração do negro na sociedade de classes</b>. São Paulo: Globo, 2008.</p> <p>LAPA, José Roberto do Amaral. <b>Os excluídos</b>: contribuição à história da pobreza no Brasil. São Paulo: EdUNICAMP, 2008.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi; et al. <b>O historiador e suas fontes</b>. São Paulo: Contexto, 2009.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

BARROSO, J. M.; SOUZA, E. V. **Estatística para a Educação**. Editora Vozes. 2016.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. Curso de Estatística. Atlas. 2017.

LARSON, R.; Farber, B. **Estatística Aplicada**. Pearson Brasil. 2017.

MAGALHÃES, M. N. **Noções de probabilidade e estatística**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

TRIOLA, M. F. **Estatística**. LTC Editora. 2017

<b>Componente Curricular</b>					
<b>Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Tempo Presente</b>					
<b>Unidade Acadêmica Ofertante</b>					
<b>ICHS</b>					
<b>Carga Horária</b>					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
0	0	0	64	16	0%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
<b>Ementa</b>					
<p>O conceito de História do Tempo Presente. Questões políticas e sociais no final do século XX e início do século XXI. Globalização: dos mercados às lutas de resistências. Cultura, tecnologia e transformações no mundo do trabalho e sociabilidades. Migrações, populações e conflitos no tempo presente. Atividades de extensão voltadas às áreas de educação e cultura, tecnologia e produção e trabalho, através da construção de ações junto à comunidade (acadêmica e externa) com a finalidade de promover o acesso à educação de qualidade (objetivo 4 da ODS), com a elaboração de oficinas, rodas de conversas, palestras, intervenções em espaços socioeducacionais e/ou elaboração de produtos organizados pelos(as) estudantes, sob supervisão docente, que propiciem reflexões sobre a sociedade, relações de poder e culturas no tempo presente. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>					
<p>HOBBSAWM, E. J. O presente como História. In: _____. <b>Sobre história</b>: ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.</p> <p>IANNI, Octávio. <b>Capitalismo, violência e terrorismo</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. <b>Vida para consumo</b>: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>					

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global**: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. de Bolso, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, Luiz Heron. (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Componente Curricular					
Filosofia					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Principais correntes e rupturas filosóficas da história do pensamento ocidental. Epistemologias plurais: concepções de conhecimento, ética e de ciência no processo histórico do pensamento filosófico. Crítica aos paradigmas hegemônicos na perspectiva da emancipação individual e social. Crise da razão na contemporaneidade.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ARISTÓTELES. <b>Ética a Nicômaco</b>. 2 ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. (Coleção Fora de Série)</p> <p>FOUCAULT, Michel. <b>As Palavras e as Coisas</b>: Uma arqueologia das ciências humanas. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos)</p> <p>JAMESON, Fredric. <b>Pós-Modernismo</b>: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2 ed. São Paulo: Ática, 2004.</p> <p>KANT, Immanuel. <b>Fundamentação da metafísica dos Costumes</b>. Lisboa: Grupo Almedina, 2014. E-book.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**: A ciência, a sociedade e a cultura emergente. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2009.

EPICURO; LUCRÉCIO CARO, T.; SENECA, Lucius Annaeus; MARCUS AURELIUS. **Antologia de textos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MATTOS, Fernando C. **Nietzsche, perspectivismo e democracia**: um espírito livre em guerra contra o dogmatismo. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 2 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/EdPUC-Rio, 2006.

PAVIANI, Jayme. **Platão & a Educação**. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2008. E-book.

Componente Curricular					
<b>Matemática e Estatística para Licenciatura</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICEN					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Revisão de Conceitos Matemáticos Básicos, Introdução à Estatística Educacional, Análise e Interpretação de Gráficos Educacionais, Coleta e Interpretação de Dados Educacionais, Índices Educacionais, Uso de Ferramentas Computacionais para Análise de Dados, Aplicações Práticas na Educação.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BUSSAB, W. O; MORETTIN, P. A. <b>Estatística Básica</b>. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>MOORE, D. <b>A Estatística Básica e sua Prática</b>. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.</p> <p>LEVINE, D. M; BERENSON, M. L; STEPHAN, D. <b>Estatística: teoria e aplicações</b>. Rio de Janeiro: LTC, 2000.</p> <p>RODRIGUES, Adriana; RIBEIRO, Anderson Osvaldo; DIAS, Emerson Reis; SILVA, Leandro Martins da; JÚNIOR, Valdir Barbosa da Silva; FREITAS, Wilton Rezende de. <b>Matemática Básica e funções elementares</b>. São Paulo: Pearson, 2010.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>ANDERSON, Benedict Richard O’Gorman. <b>Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. <b>História econômica da América Latina: sistemas agrários e história colonial, economias de exportação e desenvolvimento capitalista</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.</p> <p>DONGHI, Túlio Halperin. <b>História da América Latina</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.</p> <p>FANON, Frantz. <b>Os Condenados da terra</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.</p>					

FERREIRA, Jorge Luiz. **Incas e Astecas**: culturas pré-colombianas. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

Componente Curricular					
História e Culturas dos Povos Indígenas no Brasil					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
0	0	8	56	16	0%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>Atividades de extensão voltadas às áreas de meio ambiente, direitos humanos e cultura, com destaque para as sociedades e culturas indígenas brasileiras na contemporaneidade, através da construção de ações junto à comunidade (acadêmica e externa) com a finalidade de promover o acesso à educação de qualidade (objetivo 4 da ODS), com a elaboração de oficinas, rodas de conversas, palestras, intervenções em espaços socioeducacionais e/ou elaboração de produtos organizados pelos(as) estudantes, sob supervisão docente, que propiciem reflexões sobre modelos sócio-culturais indígenas e suas relações com o ambiente, a terra e o contexto interétnico. As Políticas Públicas de Estado no âmbito da saúde, educação e terra. Presença indígena na região Centro-Oeste e Amazônia brasileira. Protagonismo indígena por meio da consolidação no movimento indígena organizado e suas bandeiras de luta para assegurar direitos assegurados pelo arcabouço jurídico brasileiro. A aula de campo no aprimoramento do conhecimento teórico por meio de atividades fora dos limites do campus de origem. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura de S. <b>O sistema e o antissistema: três ensaios, três mundos no mesmo mundo.</b> São Paulo: Grupo Autêntica, 2021.</p> <p>MONTEIRO, John Manuel. <b>Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.</b> São Paulo: Cia. das Letras, 1994.</p> <p>PESOVENTO, Adriane; SÁ, Nicanor Palhares de; SILVA, Sandra Jorge da. <b>História da educação indígena e colonialidade.</b> Cuiabá: EdUFMT, 2012.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

ADUGOENAU, Félix Rondon. **Saberes e fazeres autóctones do povo bororo**: contribuições para a educação escolar intercultural indígena. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2015.

BARROS, Edir Pina de. **Os filhos do sol**: história e cosmologia na organização social de um povo Karib: Os Kura-Bakairi. São Paulo: EDUSP, 2003.

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. **Além do artefato**: cultura material e imaterial Nambiquara. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

FERNANDES, Joana. **Índio – Esse nosso desconhecido**. Cuiabá: SIF, 1993.

WITTMANN, Luisa T. **Ensino (d)e História Indígena**. São Paulo: Grupo Autêntica, 2015. E-book.

Componente Curricular					
<b>África: Relações de Poder, Economia e Territórios</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>História da África em período anterior aos contatos com os europeus (no século VIII). Teorias sobre as origens do Homem (“Criacionismos” e “evolucionismos”). As migrações e construções de fronteiras étnicas. As comunidades e grandes reinos africanos. As religiões africanas (cultos aos ancestrais, cristianismo e islamismo) e a escravidão na África. A diversidade sociocultural presente na formação da África antiga, entendida sempre como “Áfricas”. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. <b>A África na sala de aula: visita à história contemporânea</b> São Paulo: Selo Negro, 2005.</p> <p>SILVA, Alberto da Costa. <b>A enxada e a lança: a África antes dos portugueses.</b> São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1996.</p> <p>APPIAH, Kwame. <b>Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura.</b> Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África negra**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LOPES, Nei. **Dicionário da antiguidade africana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

OLIVA, Anderson R.; CHAVES, Marjorie N.; FILICE, Renísia Cristina G.; NASCIMENTO, Wan. **Tecendo redes antirracistas**. São Paulo: Grupo Autêntica, 2019. E-book.

SILVA, Alberto da Costa. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOUSA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2007.

Componente Curricular					
<b>Mundos Antigos: Sociedades, Relações de Poder e Culturas</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>Fontes e historiografia da antiguidade clássica. Formação do pensamento Ocidental. Sociedades europeias da antiguidade clássica e tardia. Relações político-culturais no Mediterrâneo antigo. Ensino de História Antiga. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ANDERSON, Perry. <b>Passagens da antiguidade ao feudalismo</b>. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo Abreu. (Org.). <b>As religiões que o mundo esqueceu</b>: como egípcios, gregos, celtas, astecas e outros povos cultuavam seus deuses. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>PINSKY, Jaime. <b>100 textos de história antiga</b>: textos e documentos. 4 ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Contexto, 1988.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion S. <b>A Cidade-estado antiga</b>. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>FORENZANO, Maria Beatriz Borba. <b>Nascer, viver e morrer na Grécia antiga</b>. 2 ed. São Paulo: Atual, 1996. (Discutindo a história)</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo Abreu. <b>Cultura popular na antiguidade clássica</b>. São Paulo: Contexto, 1989.</p>					

FUSTEL DE COULANGES. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. 12 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hemus, 1975.

VEYNE, Paul. (Org.). **História da vida privada**: do império romano ao ano mil. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

Componente Curricular					
Sociologia					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Conceitos fundamentais na Sociologia. Teorias clássicas da Sociologia. Teorias sociológicas não hegemônicas a partir do Sul Global. Formações sociais: desigualdade sociorraciais, de gênero e de classe, diversidade e a colonialidade do poder, do saber e do ser. Os efeitos da Globalização nas relações políticas, econômicas e sociais. Conhecimento sociológico: perspectivas interdisciplinares.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>FOUCAULT, Michel. <b>Vigiar e Punir</b>: Nascimento da prisão. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. <b>A Ideologia Alemã</b>. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Novas Direções)</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. <b>Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social</b>. São Paulo: Boitempo, 2007.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>BAUMAN, Zygmunt. <b>Para que serve a Sociologia?</b> Rio de Janeiro: J. Zahar, 2015</p> <p>CHINOY, Ely. <b>Sociedade</b>: uma introdução a sociologia. 4 ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Cultrix, 1975.</p> <p>COMTE, Auguste. <b>Curso de filosofia positiva</b>: discurso sobre o espírito positivo: catecismo positivista; Regras do método sociológico e outros textos (As). 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.</p>					

COSTA, Joaze Bernardino; GROSFOGUEL, Ramon. Decolonialidade e Perspectiva Negra. **Revista Sociedade e Estado**, V. 31, N. 1, Jan./Abr. 2016.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução a sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. São Paulo Brasiliense, 1994.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 13 ed. São Paulo: Pioneira, 1999. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Sociologia)

Componente Curricular					
Ensino de História: debates e tendências historiográficas					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>Ensino de História: epistemologia e investigação. Os debates e tendências historiográficas e o ensino de História. O saber histórico escolar: conceitos, metodologias e temáticas. Os livros e materiais didáticos de História. Produção, avaliação, circulação e usos. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>FONSECA, Thais Nivia de Lima E. <b>História &amp; Ensino de História</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2007. E-book.</p> <p>PINSKY, Jaime. (Org.). <b>O ensino de história e a criação do fato</b>. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>ZAMBONI, E.; LUCINI, M.; MIRANDA, S. R. O saber histórico escolar e a tarefa educativa na contemporaneidade. In: SILVA, M. <b>História: que ensino é esse?</b> Campinas: Papyrus, 2013.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

ABREU, Martha; SOIHET, Raquel. CONTIGO, Rebeca (Orgs.) **Cultura política e leitura do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. (Org.). **Ensinar e aprender história**: formação, saberes e práticas educativas. Campinas: Alínea, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizados. 6 ed. Campinas: Papyrus, 2007.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo. (Orgs.). **Ensino de história**: sujeitos, saberes e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Orgs.). **A história na escola**: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: FGV, FAPERJ, 2009.

Componente Curricular					
<b>Mundos Medievais: Sociedades, Relações de Poder e Culturas</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>Estereótipos e novas interpretações sobre a Idade Média Ocidental. Consolidação dos reinos romano-bárbaros. Mundo bizantino, muçulmano e europeu, interações político-culturais no período. Desagregação e crises dos mundos medievais. Heranças medievais na formação do Brasil Colonial. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BLOCH, Marc. <b>A sociedade Feudal</b>. Lisboa: Ed. 70 / Brasiliense, 1989.</p> <p>FRANCO JR., Hilário. <b>A Idade Média: nascimento do Ocidente</b>. São Paulo: Brasiliense. 1994.</p> <p>LE GOFF, Jacques. <b>A Civilização do Ocidente Medieval</b>. Bauru: EDUSC, 2005.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>BAKHTIN, Mikhail. <b>A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais</b>. Brasília: Hucitec, 1996.</p> <p>DUBY, Georges. <b>A Europa na idade média</b>. São Paulo: Martins Fontes, 1988.</p> <p>FRANCO JR., Hilário. <b>O Império Bizantino</b>. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.</p> <p>LE GOFF, Jacques. <b>Uma longa idade média</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.</p>					

MACEDO, José Rivair. Repensando a Idade Média no Ensino de História. In: KARNAL, Leandro. (Org.). **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

Componente Curricular					
Teorias da História					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>História, erudição e narrativa. Escolas metódicas, a filosofia da história e a história como ciência. A concepção materialista da história. Escola de Annales. <i>A New Left Review</i>. Aportes historiográficos e a geopolítica do saber. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BARROS, José D'Assunção. <b>O campo da história</b>: especialidades e abordagens. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>BURKE, Peter. <b>A escola dos Annales (1929-1989)</b>: a revolução francesa da historiografia. 2 ed. São Paulo: EdUNESP, 2010.</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. <b>Domínios da História</b>: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.

GARDINER, Patrick Lancaster. **Teorias da história**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

REIS, José Carlos. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Componente Curricular					
Linguagens e TDICs no ensino de História					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
0	0	0	32	32	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Processo de ensino, aprendizagem e reflexão teórico-prática. O uso de Documentos e Linguagens Artísticas no ensino de História. A utilização das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação no cotidiano escolar. Ferramentas pedagógicas no ensino de História. Atividades de extensão voltadas às áreas de comunicação, cultura, educação, tecnologias e trabalho, através da construção de ações junto à comunidade (acadêmica e externa) com a finalidade de promover o acesso à educação de qualidade (objetivo 4 da ODS), com a elaboração de oficinas, rodas de conversas, palestras, intervenções em espaços socioeducacionais e/ou elaboração de produtos organizados pelos(as) estudantes, sob supervisão docente, que propiciem reflexões voltadas à área dos estudos sobre Linguagens e TDICs, sobre a sociedade, relações de poder e culturas no tempo presente. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Possibilitar aos(às) estudantes conhecimentos e situações da prática de ensino de história, em atendimento a normatização do ensino de história vigente, bem como aos estudos sobre ensino de história e correlatos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ARRUDA, Eucídio; SIMON, Lana. Jogos digitais, juventude e as operações da cognição histórica. In: FONSECA, Selva Guimarães. (Org.). <b>Ensinar e aprender história: formação, saberes e práticas educativas</b>. Campinas: Alínea, 2009.</p> <p>BARRETO, Raquel. Reflexões acerca de informação, conhecimento, história e ensino. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo. (Orgs.). <b>Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.</p>					

FONSECA, Selva Guimarães. Diferentes fontes e linguagens no processo de ensino e aprendizagem. In: \_\_\_\_\_. **Didática e prática de ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MOISÉS, Massaud. A criação literária: prosa, formas em prosa, o conto, a novela, o romance, o ensaio, a crônica, o teatro, outras expressões híbridas, a crítica literária. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar a televisão na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lúcia Oliver; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. (Orgs.). **Conhecimento local e conhecimento universal**: pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. 2. ed. São Paulo: CosacNaify, 2011.

Componente Curricular					
<b>Antropologia</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
48	0	16	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Principais vertentes da Antropologia. Concepção de cultura e representação social. O contraponto entre a Identidade e a Estereotipagem. Crítica ao etnocentrismo a partir da diversidade cultural. História, Antropologia e os grupos étnicos fundadores da sociedade brasileira. Diversidade étnico-racial e cultural em Mato Grosso. A aula de campo no aprimoramento do conhecimento teórico mediante atividades fora dos limites do campus de origem.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>LAPLANTINE, François. <b>Aprender Antropologia</b>. São Paulo: Brasiliense, 1999.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. <b>Tristes Trópicos</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.</p> <p>SCHADEN, Egon. (Org.). <b>Homem, cultura e sociedade no Brasil</b>: seleções da revista de antropologia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>ARDUINI, Juvenal. <b>Antropologia</b>: ousar para reinventar. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2002.</p> <p>AUZIAS, Jean-marie. <b>A Antropologia contemporânea</b>. São Paulo: Cultrix, 1978.</p> <p>HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett Lloyd. <b>Antropologia cultural e social</b>. São Paulo: Cultrix, 1981.</p> <p>JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de Assis. (Orgs.). <b>Antropologia e indigenismo na América Latina</b>. São Paulo: Cortez, 1981.</p>					

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural**: iniciação, teoria e temas. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

Componente Curricular					
Psicologia da Educação					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Introdução à Psicologia da Educação: a constituição histórica da Psicologia enquanto área de conhecimento e campo de estudo dos fenômenos educativos. O estudo dos processos de desenvolvimento e aprendizagem: principais abordagens e implicações para as teorias e práticas educacionais. Necessidades educativas atuais e a contribuição da diversidade teórica da Psicologia: educação inclusiva, relações de gênero, étnico-raciais e sexualidade, relação entre professor e estudante, violência, entre outras. Importância do conhecimento psicológico e da aproximação multidisciplinar para a formação docente.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ADORNO, T. W. <b>Educação e emancipação</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.</p> <p>BRASIL. <b>Secretaria de Educação Especial</b>. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: &lt;<a href="http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&amp;Itemid=30192">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&amp;Itemid=30192</a>&gt;. Acesso em: set. 2022.</p> <p>CARRARA, K. (Org.). <b>Introdução à psicologia da educação</b>: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>KUPFER, M. C. M. Quem serão os autistas de amanhã? <b>Estilos da Clínica</b>, 2019, V. 24, no 3, p. 384-392.</p> <p>LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. <b>Piaget, Vygotsky e Wallon</b>: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.</p>					

MARTINEZ, A. M.(Org.). **Psicologia escolar e compromisso social**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

PATTO, M. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: TA Queiroz, 1996.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. (Org.). **Psicologia escolar e educacional, saúde e qualidade de vida: explorando fronteiras**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2003.

DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREUD, S. **Obras Completas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

GUZZO, R. S. L. **Psicologia Escolar - LDB e Educação hoje**. Campinas: Alínea, 2002.

LAROCCA, P. **A psicologia na formação docente**. Campinas: Alínea, 1999.

MARINHO-ARAÚJO, C. M.; TEIXEIRA, A. M. B. **Práticas exitosas em psicologia escolar crítica**. Campinas: Alínea, 2020. V. 1.

OLIVEIRA, M. K. **Vigotsky - aprendizado e desenvolvimento - um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1994.

PATTO, Maria Helena Souza. (Org.). **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

PATTO, Maria Helena Souza. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo / Rio de Janeiro: T. A. Queiroz, 1984.

PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança**. São Paulo: Cortez, 1989.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

PRESTES, Z.; TUNES, E. A trajetória de obras de Vigotski: um longo percurso até os originais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 29, n. 3, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, H. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.

Componente Curricular					
Prática da Pesquisa em História					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
32	32	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>As pesquisas na contemporaneidade e os problemas de investigação no campo da História. Métodos e abordagens de pesquisa em História. Projeto de pesquisa e as múltiplas escritas historiográficas. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BARROS, José D'Assunção. <b>O campo da história</b>: especialidades e abordagens 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>PINSKY, Carla Bossanezi; et. al. <b>O historiador e suas fontes</b>. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. <b>A pesquisa em história</b>. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. <b>Domínios da História</b>: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997.</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion S.; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. <b>Os métodos da história</b>: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.</p> <p>CERTEAU, Michel de. <b>A escrita da história</b>. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.</p>					

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador – conversações com Jean Lebrun.** São Paulo: EdUNESP, 1999.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Belo Horizonte: EdUFMG; Porto Alegre: Artmed, 1999.

<b>Componente Curricular</b>					
<b>Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Colônia</b>					
<b>Unidade Acadêmica Ofertante</b>					
ICHS					
<b>Carga Horária</b>					
<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Aula campo/ Visita Técnica</b>	<b>Extensão</b>	<b>PCC</b>	<b>Educação a distância</b>
56	0	8	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
<b>Ementa</b>					
<p>Formação do imaginário sociocultural sobre o Brasil, séculos XV ao XIX. Moral, família e cotidiano no âmbito da História das Mulheres na Colônia. Formação da sociedade colonial, universos socioculturais, diferentes estratégias, negociações e alianças nas políticas coloniais. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História, com o uso de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros. A aula de campo no aprimoramento do conhecimento teórico por meio de atividades fora dos limites do campus de origem.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>					
<p>FLORENTINO, Manolo. <b>Em costas negras</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.</p> <p>NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello. (Orgs.). <b>História da vida privada no Brasil</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. V. 1.</p> <p>SOUZA, Laura de Mello e. <b>Inferno Atlântico: demonologia e colonização séculos XVI-XVIII</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>					
<p>ANDREONI, João Antônio (Antonil). <b>Cultura e Opulência do Brasil</b>. São Paulo: Nacional, 1967.</p> <p>FENELON, Dea Ribeiro. <b>50 textos de história do Brasil</b>. São Paulo: Hucitec, 1990.</p> <p>PINSKY, J. <b>A escravidão no Brasil</b>. São Paulo: Contexto, 1995.</p> <p>FURTADO, C. <b>Formação Econômica do Brasil</b>. São Paulo: Nacional, 1989.</p> <p>ALENCASTRO, Luiz Felipe de. <b>O trato dos viventes</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.</p>					

MONTEIRO, John. **Negros da terra**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

Componente Curricular					
<b>História, Identidades de Gênero e Sexualidades</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
0	0	0	64	16	0%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>História dos Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil. As Identidades de Gênero e as Sexualidades enquanto constructos históricos, sociais, culturais, políticos e discursivos. Gênero, conceituações e historicidades. Movimentos políticos e equidade de gênero. Intersecção de raça, gênero e classe. Atividades de extensão voltadas às áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, através da construção de ações junto à comunidade (acadêmica e externa) com a finalidade de promover o acesso à educação de qualidade e igualdade de gênero (objetivos 4 e 5 da ODS), com a elaboração de oficinas, rodas de conversas, palestras, intervenções em espaços socioeducacionais e/ou elaboração de produtos organizados pelos(as) estudantes, sob supervisão docente, que propiciem reflexões voltadas à área dos estudos à área dos estudos sobre História, Identidades de Gênero e Sexualidades. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BATISTA, Cláudia Aparecida. <b>Educação e sexualidade</b>: um diálogo com educadores. São Paulo: Ícone, 2008.</p> <p>FOUCAULT, Michel. <b>História da sexualidade</b>. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010. V. 1.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. (Org.). <b>O corpo educado</b>: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par:** gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). **Sexualidade e saberes:** convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ROSATO, Tatine Penariol de; OLIVEIRA, Ozerina Victor de. **Política de currículo, identidades sexuais e performances de gênero.** Cuiabá: EdUFMT, 2011.

Componente Curricular					
Estágio Supervisionado I					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
0	96	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>96</b>	
Ementa					
<p>Campos de atuação do(a) historiador(a): escolas, museus, secretarias, arquivos, consultorias, editoras. A atuação do(a) docente de História em Instituições Escolares e não escolares. Gestão da educação e funções administrativas. A profissão de professor(a). Produção de oficinas e minicursos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (Org) et al. <b>O saber histórico na sala de aula</b>. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>PINSKY, Jaime (Org.). <b>O ensino de história e a criação do fato</b>. 14. ed., rev. e atual. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>TARDIF, Maurice. <b>Saberes docentes e formação profissional</b>. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>ABUD, Katia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. <b>Ensino de história</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p> <p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; et al. (Orgs.). <b>O saber histórico na sala de aula</b>. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>FREIRE, Paulo. <b>A importância do ato de ler: em três artigos que se completam</b>. São Paulo: Cortez, 2022. E-book.</p>					

HERMETO, Miriam. **Canção Popular Brasileira e Ensino de História**: Palavras, sons e tantos sentidos. São Paulo: Grupo Autêntica, 2012. E-book.

SILVA, M. **História**: que ensino é esse? Campinas: Papyrus, 2013.

Componente Curricular					
Libras					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
32	32	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais: aspectos histórico-sociais, educacionais, linguísticos e culturais. Aplicação dos conteúdos ao ensino.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L.P. <b>Ideias para ensinar português para alunos surdos</b>. Brasília: MEC/SIISP, 2006.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. <b>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</b>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>CARVALHO, Sandra Pavoeiro Tavares. <b>Educação inclusiva</b>. 4.ed. Cuiabá: EdUFMT, 2013.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo; SILVA, Alessandra da Silva. <b>Atendimento educacional especializado: com surdez</b>. Brasília: SEESP, 2007. SEED, MEC.</p> <p>FELIPE, Tanya A.; MONTEIRO, Myrna S. <b>Libras em contexto: curso básico - Livro do professor/instrutor- Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos</b>. Brasília: MEC, 2001.</p> <p>SÁ, Nidia Regina Limeira de. <b>Cultura, poder e educação de surdos</b>. Manaus: UFAM/COMPED/INEP, 2002. 388 p.</p> <p>SKLIAR, Carlos (Org.). <b>A surdez: um olhar sobre as diferenças</b>. 8, ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.</p>					

OLIVEIRA, Shirley Lopes Maidana de. **Memórias de Escola**: Olhares dos Surdos Sobre a Educação Inclusiva. Rondonópolis, 2020. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Rondonópolis.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 7. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

Componente Curricular					
<b>Sociedades Modernas: sociedades, relações de poder e culturas</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>Processo de transição entre o medievo e o moderno. O processo de formação do pensamento político moderno. Revolução Inglesa. Revolução Industrial. Revolução Francesa e o Império Napoleônico. Reforma e Contrarreforma religiosa. A formação da ordem moderna: ciência, capitalismo, Estado e culturas. Renascimentos. Hegemonia burguesa e a construção de novos padrões culturais. Pensar o moderno e as noções de modernidade no ensino de História. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ANDERSON, Perry. <b>Linhagens do estado absolutista</b>. São Paulo / Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.</p> <p>HOBBSAWM, Eric J. <b>A era das revoluções: Europa 1789-1848</b>. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.</p> <p>SOBOUL, Albert. <b>História da revolução francesa</b>. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BURNS, Edward Mcnall. **História da civilização ocidental**. 24 ed. Porto Alegre: Globo, 1981. v. 1.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. de Bolso, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Componente Curricular					
América: Relações de Poder, Economia e Território					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>Os imperialismos em suas diferentes temporalidades no passado e no presente. Movimentos e conflitos na ocupação territorial e processos de colonização e recolonização nas Américas. Revoluções, independentismos e formas de resistência. Processos de servidão, escravidão e abolição. Debates sobre economia atual: estratégias de desenvolvimento, dívida externa, migrações e pobreza. Desafios políticos dos Estados nacionais: críticas aos nacionalismos históricos desde os movimentos sociais. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ANDERSON, Benedict Richard O’Gorman. <b>Comunidades imaginadas</b>: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. (Org.). <b>Domínios da história</b>: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.</p> <p>TODOROV, Tzvetan. <b>A conquista da América</b>: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre 'o poder institucional'. São Paulo: Globo, 2005.

LEON-PORTILLA, Miguel. **Conquista da América Latina vista pelos índios**: relatos astecas, maias e incas. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente**: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

POZO, José del. **História da América Latina e do Caribe**: dos processos de independência aos dias atuais. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Janice Theodoro da. **Descobrimento e colonização**. São Paulo: Ática, 1987.

Componente Curricular					
<b>Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil Império</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>Os processos da história política, econômica, social e cultural do Brasil Imperial, com ênfase nas diferentes abordagens historiográficas. Experiências políticas e as lutas sociais desenvolvidas no Brasil durante o séc. XIX. A pesquisa sobre História do Brasil com fontes primárias e secundárias. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARVALHO, José Murilo de. <b>A construção da ordem</b>: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>COSTA, Emília Viotti da. <b>Da Monarquia à República</b>: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999.</p> <p>CHALHOUB, Sidney. <b>Machado de Assis, historiador</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. V. 2.

CARVALHO, José Murilo de. **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro da sombra: a política imperial**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1988.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.) **Dicionário do Brasil Império: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Componente Curricular					
Didática					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Campo de investigação da Pedagogia e disciplina curricular da formação de professores, a Didática, em diálogo com outras ciências, é responsável por oferecer meios, instrumentos e estratégias para a organização de processos de ensinar e aprender em ambientes escolares e não escolares. Destina-se a estudar o papel da Didática na formação do educador. Formação docente. O cotidiano escolar, a ação docente e o projeto político-pedagógico. Tendências pedagógicas da prática escolar. Currículo e conhecimento. A pesquisa como princípio educativo e formativo. O planejamento e a organização do processo educativo, a avaliação do ensino e da aprendizagem na perspectiva da análise crítica da construção da docência no atual contexto social, político e econômico brasileiro</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CANDAU, V. M. (Org.). <b>A Didática em Questão</b>. Petrópolis: Vozes, 1993.</p> <p>TARDIF, Maurice. <b>Saberes docentes e formação profissional</b>. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</p> <p>ZABALA. Antoni. <b>A prática educativa: como ensinar</b>. Porto Alegre: ArtMed, 1998.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

COMENIUS, J. Amós. **Didática Magna**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de Freitas. **Ciclos, seriação e a avaliação**: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização da gestão escolar**: teoria e prática. 5. ed. Revista ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MIZUKAMI, Maria das Graças N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 2003.

<b>Componente Curricular</b>					
<b>Estágio Supervisionado II</b>					
<b>Unidade Acadêmica Ofertante</b>					
<b>ICHS</b>					
<b>Carga Horária</b>					
<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Aula campo/ Visita Técnica</b>	<b>Extensão</b>	<b>PCC</b>	<b>Educação a distância</b>
<b>0</b>	<b>96</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>				<b>96</b>	
<b>Ementa</b>					
<p>Análise da escola como instituição e do lugar da disciplina História em seu funcionamento. Identificação e compreensão dos parâmetros legais que regem o funcionamento da escola. Pesquisa de campo e funcionamento de escolas. Produção de relatórios. Estudos e levantamentos de dados para pesquisa comparada de escolas em diferentes lugares.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>					
<p>ABUD, Katia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. <b>Ensino de história</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p> <p>BITTENCOURT, Circe. (Org.). <b>O saber histórico na sala de aula</b>. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. <b>Didática e Prática de Ensino de História</b>. 4 ed. Campinas: Papyrus, 2003.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>					
<p>DEMO, Pedro. Educação Hoje - "<b>Novas</b>" <b>Tecnologias, Pressões e Oportunidades</b>. São Paulo: Grupo GEN, 2009. E-book.</p> <p>DEMO, Pedro. <b>Praticar ciência</b>: Metodologias do conhecimento científico. São Paulo: Saraiva, 2011. E-book.</p> <p>GAUTHIER, Clemon; TARDIF, Maurice. <b>A pedagogia</b>: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias. Petrópolis: Vozes, 2010.</p> <p>KARNAL, Leandro. (Org.). <b>História na Sala de aula</b>: conceitos, práticas e propostas. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2008.</p>					

SILVA, Marcos A. da. **História**: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo / Rio de Janeiro: Brasiliense, 2003.

Componente Curricular					
<b>África: Sociedades, Culturas e Diversidades</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>Discutir a África e sua população envolvendo economia e religião. Problematizar as formas de ocupações territoriais e organizações políticas não centralizadas. Apontar as grandes sociedades existentes no Continente. Analisar a África subsaariana e a expansão do Islã. Apontar os conceitos de escravidão existentes no Continente e questionar a diáspora africana mediante a escravidão no Comércio trans/intercontinental: homens, crianças e mercadorias. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>OGOT, Bethewell Allan. (Ed.). <b>História Geral da África</b>. Brasília: UNESCO, 2010. Domínio Público. V. 5</p> <p>ADE AJAYI, J. F. (Ed.). <b>História Geral da África</b>. Brasília: UNESCO, 2010. Domínio Público. V. 6.</p> <p>BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). <b>História Geral da África</b>. Brasília: UNESCO, 2010. Domínio Público. V. 7.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

APPIAH, Kwame A. **A Casa de Meu Pai.** A África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** São Paulo: Grupo Autêntica, 2018. E-book.

MACEDO, Rivai José. (Org.). **Desvendando a História da África.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizador precedido pelo retrato do colonizado.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1967.

SILVA, Alberto da Costa E. **A enxada e a lança: A África antes dos portugueses.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

Componente Curricular					
<b>Sociedades, Relações de Poder e Culturas no Brasil República</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>Narrativas de Progresso e a Consolidação do Regime Republicano no Brasil; Historiografia sobre a questão racial no Pós Abolição; Formação do Brasil Contemporâneo; As Repúblicas e o poder autoritário; Repúblicas em fase de democratização; A redemocratização e o Brasil atual; Historiografia sobre a questão indígena na República Brasileira; Mundos do trabalho no Brasil republicano e suas tendências historiográficas. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>DELGADO, Lucilia A. N.; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). <b>O Brasil Republicano</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 1.</p> <p>MARTINS, Ana Luzia Martins. <b>O Despertar da República</b>. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>NOVAIS, Fernando A. (Coord.). <b>História da vida privada no Brasil</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. V. 3.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

DELGADO, Lucilia A. N.; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. II, III e IV.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16 ed. São Paulo: Record, 2012.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Componente Curricular					
História da Arte					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>Concepções de arte e da criação artística. As distintas expressões artísticas. As transformações da arte ao longo da história da humanidade. História da arte no Brasil. As expressões da arte em Mato Grosso. Noções básicas sobre Estética e crítica de arte. Premissas para uma Estética Decolonial. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BENJAMIM, Walter. <b>Magia e técnica, arte e política</b>: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>GOMBRICH, E. H. <b>A história da arte</b>. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, [1999?].</p> <p>OSBORNE, Harold. <b>Estética e teoria da arte</b>: uma introdução histórica. 3 ed. Sao Paulo: Cultrix, 1968.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

BENOIST, Luc. **História da pintura**. Europa: Europa-América, 1970.

JANSON, H. W. **Iniciação à história da arte**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

READ, Herbert Edward. **Arte de agora agora**: uma introdução à teoria da pintura e escultura modernas. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.

SANTOS, Maria da Gracas Vieira Proenca dos. **História da arte**. São Paulo: Ática, 2005.

ZANINI, Walter. (Org.). **História geral da arte no Brasil**. São Paulo / Rio de Janeiro: Inst. Walther Moreira Salles, 1983.

Componente Curricular					
<b>Mato Grosso: Debates e tendências historiográficas</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>A formação histórica do Mato Grosso, em termos territoriais, étnicos e culturais. As transformações políticas e sociais, os mecanismos de resistência das populações tradicionais nos períodos da colônia, império e república. História de Mato Grosso e História do Brasil. Relações entre História, Terra e Trabalho e escravidão por dívidas em Mato Grosso. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BARROZO, João Carlos. <b>Em busca da Pedra que Brilha como Estrela:</b> garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai Diamantino. Cuiabá: Carline &amp; Caniato, 2007.</p> <p>MACHADO, Maria de Fátima Roberto. <b>Mato Grosso Português:</b> ensaios de Antropologia Histórica. Cuiabá: EdUFMT, 2002.</p> <p>SIQUEIRA, E. M. <b>História de Mato Grosso:</b> da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

BRANDÃO, Ludmila de Lima. **A Catedral e a Cidade:** uma abordagem da educação como prática social. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

FREIRE, Júlio De Lamonica. **Por uma poética popular da Arquitetura.** Cuiabá: EdUFMT, 1991.

GUIMARÃES NETO, R. B. **Cidades da mineração:** memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.

HARRES, M. M.; JOANONI NETO, V. (Orgs.). **História, terra e trabalho em Mato Grosso:** ensaios teóricos e resultados de pesquisas. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso:** política e mecanismos de Burla 1892-1992. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

Componente Curricular					
Estágio supervisionado III					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
0	104	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>104</b>	
Ementa					
<p>Produção de material didático. Reflexão teórica e metodológica sobre os suportes diversos. Produção de atividades com os recursos selecionados, aplicando a metodologia da investigação. Reflexão sobre as formas e os procedimentos de avaliação. Planejamento de aula. Regência no Ensino Fundamental.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; et al. (Orgs.) <b>O saber histórico na sala de aula</b>. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. <b>Didática e Prática de Ensino de História</b>. 4 ed. Campinas: Pairus, 2003.</p> <p>KARNAL, Leandro. (Org.). <b>História na Sala de aula: conceitos, práticas e propostas</b>. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2008.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>BRASIL, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Educação Fundamental. <b>Parâmetros Curriculares Nacionais: História</b>. Brasília: MEC/SEF, 1997.</p> <p>MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. <b>Escola Ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar – aprender a sentir, ser e fazer</b>. Cuiabá: SEDUC, 2001.</p> <p>MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. <b>Por que Planejar? Como Planejar? Currículo, área e aula</b>. 20 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.</p> <p>REIS, José C. <b>História da “Consciência Histórica” Ocidental Contemporânea - Hegel, Nietzsche, Ricoeur</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2011. E-book.</p>					

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<b>Componente Curricular</b>					
<b>Mato Grosso: Sociedades, Relações de Poder e Culturas</b>					
<b>Unidade Acadêmica Ofertante</b>					
<b>ICHS</b>					
<b>Carga Horária</b>					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
0	0	8	56	16	0%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
<b>Ementa</b>					
<p>Atividades de extensão voltada para conhecimento das relações sociais e culturais da História de Mato Grosso, como a elaboração de oficinas, mini cursos, colóquios, entre outras possibilidades de troca com a comunidade externa, enfatizando a meta da ONU 04-ODS, educação de qualidade e as áreas temáticas de educação e cultura. Desterritorialização e esbulho territorial dos indígenas de Mato Grosso. Discursos e políticas de Governo para expansão da cultura do capital em território indígena. Pesquisa histórica, História de Mato Grosso e Território. Território e Município de Rondonópolis. Iniciativas de reocupação do interior do Brasil entre fins do século XIX, séculos XX e XXI. Aula de Campo/Visita Técnica com vistas a explorar e conhecer a cultura e sociedade de Mato Grosso. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>					
<p>ALVES, Laci Maria Araújo. <b>Movimentos Sociais em Mato Grosso: desafios e conquistas.</b> Cuiabá: EdUFMT, 2008.</p> <p>BARROS, Edir Pina de. <b>Os filhos do sol – história e cosmologia na organização social de um povo Karib: os Kurã Bakairi.</b> São Paulo: EdUSP, 2003.</p> <p>LEITE, José Carlos. <b>Quilombolas do Vale do Guaporé: modos de conhecimento e territorialidades.</b> Cuiabá: EdUFMT, 2014.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>					

BARROZO, João Carlos. (Org.). **Mato Grosso: Do sonho a utopia da terra.** Cuiabá: EdUFMT/Carlini Caniato, 2008.

CRUZ, Paulo Divino Ribeiro da. **As Negras raízes da cultura popular mato-grossense.** São Paulo: Plêiade, 2012.

JOANONI NETO, Vitale (Coord.). **Da esperança do El Dorado à degradação do humano: mapeamento das redes de resistência e convivência em pólos irradiadores de trabalho escravo no estado de Mato Grosso.** Cuiabá: EdUFMT, 2008.

FANAIA, João Eudson de Arruda. **Elites e Práticas Políticas em Mato Grosso na Primeira República.** Cuiabá: EdUFMT, 2010.

SILVA, Jovam Vilela da. **A Divisão do Estado de Mato Grosso: Uma Visão Histórica - 1892-1977.** Cuiabá: EdUFMT, 1996.

Componente Curricular					
Estado e Legislação Educacional					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Estado, política e educação: as teorias liberal, neoliberal e marxista. O Estado brasileiro, as legislações e políticas públicas educacionais, educação escolar: peculiaridades nacionais e a influência dos organismos internacionais.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BIANCHETTI, Roberto G. <b>Modelo neoliberal e políticas educacionais</b>. São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (Org.). <b>Políticas públicas e educação básica</b>. São Paulo: Xamã, 2001.</p> <p>POULANTZAS, Nicos. <b>O Estado, o Poder, o Socialismo</b>. São Paulo: Paz e Terra, 2000.</p> <p>SAVIANI, D. <b>Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional</b>. Campinas: Autores Associados, 2007.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>AZEVEDO, Janete M. L. <b>A Educação como Política Pública</b>. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. <b>Políticas educacionais: questões e dilemas</b>. São Paulo, 2011.</p>					

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, Educação e Democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, Set. 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/es0101-73302019224639>.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**. Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil**: Estado da arte. Brasília: Unesco, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

Componente Curricular					
América: Sociedades, Culturas e Diversidade					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>As experiências culturais dos povos nativos americanos: passado e presente. Relações de gênero, sexualidade, raça e etnia nas Américas: as lutas contra as desigualdades. A cultura artística e literária como expressão dos processos sociais e as ideologias. Alcances e nuances da historiografia e dos pensamentos sociológico, político, pedagógico, antropológico e filosófico. Discussões culturais sobre identidades e alteridades nas sociedades atuais. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.). <b>Raça como questão</b>: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.</p> <p>FERNANDES, Florestan. <b>A integração do negro na sociedade de classes</b>. São Paulo: Globo, 2008. 2 v.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. <b>Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social</b>. São Paulo: Boitempo, 2007.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

ANDERSON, Benedict Richard O’Gorman. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv Rebecca. (Orgs.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**: as irmandades de pardos na América portuguesa. São Paulo: EdUNICAMP, 2007.

Componente Curricular					
Estágio Supervisionado IV					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
0	104	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>104</b>	
Ementa					
<p>Produção de material didático. Reflexão teórica e metodológica sobre os suportes diversos. Produção de atividades com os recursos selecionados, aplicando a metodologia da investigação. Reflexão sobre as formas e os procedimentos de avaliação. Planejamento de aula. Regência no Ensino Médio.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; et al. (Orgs.) <b>O saber histórico na sala de aula</b>. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>MONTEIRO, Ana Maria. <b>Professores de História</b>: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. <b>Didática e Prática de Ensino de História</b>. 4 ed. Campinas: Pairus, 2003.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>KARNAL, Leandro. (Org.). <b>História na Sala de aula</b>: conceitos, práticas e propostas. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>LIMA, Venício A. D. <b>Paulo Freire</b>: A prática da liberdade, para além da alfabetização. São Paulo: Grupo Autêntica, 2021. E-book.</p> <p>MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. <b>Por que Planejar?</b> Como Planejar? Currículo, área e aula. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Orgs.). <b>A história na escola</b>: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: FGV, FAPERJ, 2009.</p>					

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Componente Curricular					
África: Discussões contemporâneas e debates historiográficos					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>Discursos sobre a África nas épocas moderna e contemporânea. Análise de documentos e revisão crítica da historiografia africana. As sociedades Africanas e as políticas Europeias de invasões territoriais. Resistências, “agências” e alianças dos africanos na colonização. Olhar dos africanos sobre o processo de descolonização. Historiografia africana relativa à formação e consolidação dos Estados Nacionais e dos Movimentos Sociais contemporâneos. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BOAHEN, Albert Adu. (Ed). <b>História Geral da África</b>. Brasília: UNESCO, 2010. Domínio Público. V. 7.</p> <p>COSTA E SILVA, Alberto da. <b>A enxada e a lança</b>. A África antes dos portugueses. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.</p> <p>MEMMI, Albert. <b>Retrato do colonizador precedido pelo retrato do colonizado</b>. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1967.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. São Paulo: Grupo Autêntica, 2018. E-book.

GOMES, Nilma L. **Sem perder a raiz** - Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. São Paulo: Grupo Autêntica, 2007. E-book.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv Rebecca. (Orgs.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. E-book.

OLIVA, Anderson R.; CHAVES, Marjorie N.; FILICE, Renísia Cristina G.; NASCIMENTO, Wan. **Tecendo redes antirracistas**. São Paulo: Grupo Autêntica, 2019. E-book.

Componente Curricular					
História Contemporânea: Sociedades, Relações de Poder e Culturas					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	16	20%
<b>Total</b>				<b>80</b>	
Ementa					
<p>As revoluções burguesas contemporâneas e o avanço da sociedade capitalista: aspectos econômicos e políticos; Movimentos sociais e resistências nos séculos XIX e XX: operários, mulheres, jovens e novos sujeitos; Imperialismos e neocolonizações nos séculos XIX e XX; Revoluções socialistas e comunistas: o dissenso ao capitalismo no século XX; Guerras e genocídios no século XX; Cultura e sociedade na segunda metade do século XX. PCC: Historiografia e Ensino de História a partir da análise e/ou produção de materiais didáticos, paradidáticos, infoprodutos, propostas de metodologias, dentre outros. Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao ofício do(a) professor(a) de História. Utilização de ferramentas do AVA como chat, livro, fórum, entre outros.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>HOBSBAWM, E. J. <b>A era das revoluções</b>: da revolução industrial inglesa ao imperialismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.</p> <p>FRIEDEN, Jeffry A. <b>Capitalismo global</b>: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.</p> <p>NAPOLITANO, Marcos. História contemporânea: pensando a estranha história sem fim. In: KARNAL, Leandro. (Org.). <b>História na sala de aula</b>: conceitos, práticas e propostas. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2008.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_. **Magia e Técnica, arte e política**. Ensaios sobre Literatura e História da cultura. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, v. 1)

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-199. 2 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

VESENTINI, Carlos Alberto. História e ensino: o tema do sistema de fábricas visto através de filmes. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2017.

Componente Curricular					
Educação das relações étnico-raciais					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>O Papel do racismo na constituição do capitalismo e da colonização dos territórios de África e América. Diferentes aspectos da história da África e dos africanos na história e formação cultural do Brasil e do continente americano. História, epistemologias, tecnologias e a cultura das etnias negras e indígenas. As múltiplas identidades étnico-raciais e culturais conformadas no Brasil. Aspectos sociorraciais, históricos e culturais da sociedade brasileira relativos à ancestralidade indígena e afrodescendente. Tipos de resistências ao racismo, a partir da compreensão sobre colonização/decolonização, multiculturalismo, interculturalidade, patrimônio cultural, políticas afirmativas, racismo institucional, racismo recreativo e identidade étnico-racial e democracia.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ADUGOENAU, Félix Rondon. <b>Saberes e fazeres autóctones do povo Bororo</b>: contribuições para a educação escolar intercultural indígena. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015. Disponível em: <a href="https://ri.ufmt.br/handle/1/1952">https://ri.ufmt.br/handle/1/1952</a></p> <p>HALL, Stuart; SOVIK, Liv Rebecca. (Orgs.). <b>Da diáspora</b>: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.</p> <p>MUNANGA, Kabengele. <b>Negritude</b>: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. E-book.</p> <p>PRANDI, Reginaldo. <b>Sociologia das religiões afro-brasileiras</b>. São Paulo, HUCITEC, 1996</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília:Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: [s.n.], 2004.

MATTOS, R. A. de. **História e Cultura Afro-Brasileira**. São Paulo: Contexto, 2021. E-book.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

SILVA, G. J. da; COSTA, A. M. R. F. M. da. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica**. São Paulo: Autêntica, 2018. E-book.

STRAUSS, Claude Lévi. **Tristes trópicos**. São Paulo / Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1999.

SIMAS, Luiz Antônio. **Fogo no Mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Universalismo Europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Componente Curricular					
Política Educacional Brasileira					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Estudo das Políticas públicas de educação no Brasil na contemporaneidade. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9394/96. Planejamento e gestão da educação brasileira. Política de Financiamento da educação pública brasileira. Política de Formação de Professores. Política Curricular. Política de Avaliação. Política de valorização do magistério: carreira profissional e o piso salarial nacional</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BRZEZINSKI, Iria. (Org.). <b>LDB Dez anos Depois</b>: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>BRZEZINSKI, Iria. (Org.). <b>LDB/1996 Contemporânea</b>: contradições, tensões, compromissos. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <b>Educação escolar</b>: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SAVIANI, D. <b>Da nova LDB ao FUNDEB</b>: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2007.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (Orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas Docentes no Brasil**: estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Políticas Públicas e Gestão da Educação**: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Líber Livro, 2006.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A Avaliação da Educação Básica no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1085-1114, 2014. Disponível em: [www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?format=pdf](http://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?format=pdf). Acesso em: Mar. 2015.

MARTINS, A. M. T; et al. (Orgs.). **Políticas e Gestão da Educação**: desafios em tempos de mudanças. Campinas: Autores Associados, 2013.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Momento**: diálogos em educação. v. 27, n. 2, p. 88-106, Maio/Ago. 2018. Disponível em: [www.periodicos.furg.br/momento/article/view/8093/5344](http://www.periodicos.furg.br/momento/article/view/8093/5344).

PINTO, J. M. de R. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 877-897, out. 2007.

POCHMANN, Marcio; FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no brasil: embates do início do século XXI. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1241-1267, Dez. 2016. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01241.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01241.pdf). Acesso em: 11 Mar. 2019

Componente Curricular					
Cultura Latino-Americana e Caribenha					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Iconografia: a História Latino-Americana e Caribenha vista desde a pintura e a fotografia. Iconologia: os símbolos nacionais americanos e caribenhos na escultura e na arquitetura. A dramaturgia como representação nacionalista: o teatro e o <i>performance</i>. A literatura como alma nacional. A dança como reflexo do sentir nacional. Os sons e ritmos nacionais: música erudita, música popular, alternativa e folclórica, música popular dançante. Latino-América e Caribe a 24 quadros por segundo: o cinema que enuncia a nação. As outras linguagens na História: humorismo gráfico e história em quadrinhos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>GALEANO, Eduardo. <b>As veias abertas da América Latina</b>. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.</p> <p>GARCÍA CANCLINI, Néstor. <b>Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade</b>. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.</p> <p>TODOROV, Tzvetan. <b>A Conquista da América: A questão do outro</b>. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 5 ex. 94(7/8) T639c 3. ed.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DORATIOTO, Francisco. **Espaços nacionais na América Latina**: da utopia bolivariana a fragmentação. São Paulo: Brasiliense, 1994.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

POZO, José del. **História da América Latina e do Caribe**: dos processos de independência aos dias atuais. Petrópolis: Vozes, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sócio-cultural. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

Componente Curricular					
Ensino de História e a questão das temporalidades					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Tempo histórico como elemento estruturante da produção do conhecimento histórico. Conceito de tempo histórico em diferentes matrizes teóricas. O tempo histórico: duração, ritmo, sucessão, simultaneidade, permanências e continuidades. Ensino de história e regimes de historicidade. Desafios pedagógicos na recontextualização didática do tempo histórico. Conceitos históricos. Tempo histórico e história ensinada.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BURKE, P. (Org.). <b>A Escrita da história</b>: novas perspectivas. São Paulo: EdUNESP, 1992.</p> <p>FONSECA, Thais Nivia de Lima E. <b>História &amp; Ensino de História</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2007. E-book.</p> <p>TADEU, Tomaz. <b>Documentos de identidade</b> - Uma Introdução às teorias do currículo. São Paulo: Grupo Autêntica, 2007. E-book.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. <b>Cidades da mineração</b>: memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: EdUFMT, Carlini&amp;Caniato, 2006.</p> <p>KOSELLECK, Reinhart. <b>Futuro passado</b>: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.</p> <p>LE GOFF, Jacques. <b>História e memória</b>. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de; et. al. <b>O historiador e suas fontes</b>. São Paulo: Contexto, 2009.</p>					

SAMARA, Eni de M.; TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. São Paulo: Grupo Autêntica, 2007. E-book.

Componente Curricular					
Fontes Documentais e Pesquisa Histórica					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>A pesquisa em História e o campo das fontes documentais. Contexto histórico da produção do documento. Análise de fontes históricas. Conexões das instituições de memórias com a pesquisa em História. Documentos textuais, orais e visuais em diferentes suportes e linguagens.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BLOCH, M. <b>Apologia da história ou ofício do historiador</b>. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.</p> <p>CARDOSO, C. F. S. (Org.). <b>Domínios da história</b>: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.</p> <p>KOSELLECK, R. <b>Futuro passado</b>: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-Rio / Contraponto, 2006.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>BURKE, P. (Org.). <b>A Escrita da história</b>: novas perspectivas. São Paulo: EdUNESP, 1992.</p> <p>KOSSOY, B. <b>Fotografia e história</b>. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Ateliê Editorial, 2001.</p> <p>LE GOFF, J. <b>História e memória</b>. 4 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi; et al. <b>O historiador e suas fontes</b>. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>RODEGHERO, C. S.; et al. <b>História cultural</b>: experiências de pesquisa. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.</p>					

<b>Componente Curricular</b>					
<b>História das religiões, religiosidades e intolerâncias</b>					
<b>Unidade Acadêmica Ofertante</b>					
<b>ICHS</b>					
<b>Carga Horária</b>					
<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Aula campo/ Visita Técnica</b>	<b>Extensão</b>	<b>PCC</b>	<b>Educação a distância</b>
<b>64</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>				<b>64</b>	
<b>Ementa</b>					
<p>Fundamentalismos e Intolerâncias: os papéis não religiosos das religiões no mundo contemporâneo. As religiões nas ciências sociais e o debate epistemológico contemporâneo. Aportes teórico metodológicos da História das religiões. Culturas, religiosidades e ciência. As religiões orientais milenares. Monoteísmos que moldaram o Ocidente. Os protestantismos. Religiões ancestrais indígenas no Brasil. As religiões de matriz afro-brasileira. Novos movimentos religiosos no Brasil.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>					
<p>CAPONE, Stefania. <b>A busca da África no candomblé: tradição e poder no Brasil</b>. Rio de Janeiro: Pallas, 2009</p> <p>FRANCISCO, Adilson J. <b>Trânsitos religiosos, cultura e mídia: A expansão neopentecostal</b>. São Paulo: Paulus, 2014.</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo. (Org.). <b>As religiões que o mundo esqueceu: como egípcios, gregos, celtas, astecas, e outros povos cultuavam seus deuses</b>. São Paulo: Contexto, 2009.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>					
<p>BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOQUEL, Ramón. <b>Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2018. E-book.</p> <p>HERMAM, Jacqueline. História das Religiões e Religiosidades In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. <b>Domínios da História</b>. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997.</p> <p>MELLO, Luiz Gonzaga de. <b>Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas</b>. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.</p> <p>TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Orgs.). <b>As religiões no Brasil: continuidades e rupturas</b>. Petrópolis: Vozes, 2006.</p>					

TRINDADE, Liana Salvia. **Conflitos sociais e magia.** São Paulo: Hucitec: Terceira Margem, 2000. 171 p. (Ciências sociais )

<b>Componente Curricular</b>					
<b>Educação em Direitos Humanos</b>					
<b>Unidade Acadêmica Ofertante</b>					
<b>ICHS</b>					
<b>Carga Horária</b>					
<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Aula campo/ Visita Técnica</b>	<b>Extensão</b>	<b>PCC</b>	<b>Educação a distância</b>
<b>64</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>				<b>64</b>	
<b>Ementa</b>					
<p>Os Direitos Humanos na história ocidental. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Desigualdade social, diversidade cultural e relações de poder. Liberdade, igualdade, democracia, cidadania e Direitos Humanos. Os movimentos sociais e as lutas pelos Direitos Humanos na contemporaneidade.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>					
<p>BOBBIO, Norberto. <b>A Era dos Direitos</b>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p> <p>BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. <b>Declaração universal dos direitos humanos</b>: 1948-1998. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.</p> <p>DIMENSTEIN, Gilberto. <b>O cidadão de papel</b>: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 21. ed. São Paulo: Ática, 2007.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>					
<p>BOÉTIE, Etienne de la. <b>Discurso da Servidão Voluntária</b>. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Elogio da Filosofia)</p> <p>MARSHALL, Teodor H. <b>Cidadania, Classe Social e Status</b>. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1967.</p> <p>PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). <b>História da Cidadania</b>. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>STECANELA, Nilda; FERREIRA, Pedro Moura. <b>Mulheres e direitos humanos</b>: desfazendo imagens, (re)construindo identidades. Caxias do Sul: São Miguel, 2009.</p> <p>TODOROV, Tzvetan. <b>A Conquista da América</b>: A questão do outro. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.</p>					

Componente Curricular					
História e Imagens					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Imagens, linguagem e prática social. Imagens, relações cotidianas e sociedade contemporânea. Cultura visual, imagéticas e noção de texto. Imagens, significados sociais e temporalidade.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BENJAMIM, Walter. <b>Magia e técnica, arte e política</b>: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>BURKE, Peter. <b>Testemunha ocular</b>: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.</p> <p>CARDOSO, C.; MAUAD, A. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. (Org.). <b>Domínios da história</b>: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>DEBORD, Guy. <b>A sociedade do espetáculo</b>: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Las meninas. In: _____. <b>As palavras e as coisas</b>: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1988.</p> <p>FRANCASTEL, Pierre. <b>A realidade figurativa</b>. São Paulo: Perspectiva, 2011.</p>					

NAPOLITANO, Marcos. **A história depois do papel.** In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

SALIBA, Elias. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e consumo de imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; et. al. (Orgs.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2005.

Componente Curricular					
História e Linguagens					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>História, significado, repercussão das artísticas, culturais, multimidiáticas; História Cultural e Linguagens; História Social e Linguagem. As fontes históricas e o trabalho do(a) historiador(a). Linguagens e interdisciplinaridade.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BENJAMIM, Walter. <b>Magia e técnica, arte e política</b>: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>BERTHOLD, Margot. <b>História mundial do teatro</b>. São Paulo: Perspectiva, 2011.</p> <p>WILLIAMS, Raymond. <b>Tragédia moderna</b>. São Paulo: CosacNaify, 2011.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>DEBORD, Guy. <b>A sociedade do espetáculo</b>: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Las meninas. In: _____. <b>As palavras e as coisas</b>: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1988.</p> <p>FRANCASTEL, Pierre. <b>A realidade figurativa</b>. São Paulo: Perspectiva, 2011.</p> <p>MENDES, Miriam Garcia. <b>A personagem negra no teatro brasileiro</b>: (entre 1838 e 1888). São Paulo: Ática, 1982.</p> <p>MONTANARI, Valdir. <b>História da música da idade da pedra à idade do rock</b>. São Paulo / Rio de Janeiro: Ática, 1993.</p>					

Componente Curricular					
História e Literatura					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>História e Literatura: aproximações e distanciamentos. As diferentes tradições no estudo das relações entre História e Literatura, narrativa e conhecimento. História e ficção.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BENJAMIM, Walter. <b>Magia e técnica, arte e política</b>: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>CÂNDIDO, Antônio. <b>Literatura e sociedade</b>: estudos de teoria e história literária. 7 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.</p> <p>VELLOSO, Monica P. <b>História &amp; Modernismo</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2010. E-book.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>AUERBACH, Erich. <b>Mimesis</b>: a representação da realidade na literatura ocidental. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.</p> <p>BELO, André. <b>História &amp; Livro e Leitura</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2007. E-book.</p> <p>CÂNDIDO, Antônio. <b>Na sala de aula</b>: caderno de análise literária. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986. 95 p</p> <p>CHARTIER, Roger. <b>Práticas de leitura</b>. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.</p> <p>_____. <b>A aventura do livro</b>: do leitor navegador. São Paulo: UNESP, 1998.</p>					

Componente Curricular					
História Oral e Memória					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Pressupostos teórico metodológicos sobre Memória e História Oral em suas diferentes perspectivas. A pesquisa com fontes orais. Metodologia, temas, problemas e possibilidades. Preparação, realização de entrevistas, tratamento e difusão de fontes orais. Tecnologias e oralidades.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla M. (Org.). <b>Fontes Históricas</b>. São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p>BOSI, Ecléa. <b>Memória e sociedade: Lembranças de velhos</b>. 3 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.</p> <p>FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. (Orgs.). <b>Usos e abusos da História Oral</b>. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. <b>História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história</b>. Bauru: EDUSC, 2007.</p> <p>DELGADO, Lucilia de Almeida N. <b>História oral - Memória, tempo, identidades</b>. [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2007. E-book.</p> <p>LE GOFF, Jacques. <b>História e memória</b>. 4. ed. Campinas: EdUNICAMP, 1996.</p> <p>MAGALHÃES, Valéria Barbosa D.; SANTHIAGO, Ricardo. <b>História oral na sala de aula</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2015. E-book.</p>					

MONTENEGRO, A. T. **História Oral e Memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

Componente Curricular					
História e Patrimônio					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>A trajetória histórica das ações de preservação de bens culturais. Concepções de patrimônio cultural. Legislação e mecanismos de proteção do patrimônio cultural. Educação patrimonial e difusão cultural das instituições de preservação e de custódia de acervos. O universo dos arquivos e coleções: bibliotecas, museus, arquivos institucionais e centros de documentação. O profissional de História frente ao patrimônio cultural em situações de ensino.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BELLOTTO, Heloísa Liberalli. <b>Arquivos permanentes</b>: tratamento documental. 2 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.</p> <p>CHOAY, Françoise. <b>A alegoria do patrimônio</b>. São Paulo: Ed. da UNESP / Estação Liberdade, 2001.</p> <p>BRANDÃO, Ludmilla de Lima. <b>A catedral e a cidade</b>: uma abordagem da educação como prática social. Cuiabá: EdUFMT, 1997.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>BORGES, Maria Eliza L. <b>Inovações, coleções, museus</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2011. E-book.</p> <p>DA SILVA, Giovani José; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. <b>Histórias e culturas indígenas na Educação Básica</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2018. E-book.</p> <p>MENESES, José Newton C. <b>História &amp; Turismo Cultural</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2007. E-book.</p>					

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. São Paulo: Grupo Autêntica, 2007. E-book.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. São Paulo: Grupo Autêntica, 2013. E-book.

Componente Curricular					
<b>História Social da Criança e da Juventude</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Trajetória histórica dos papéis da criança e jovens nas estruturas familiares. A criança, família e burguesia. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas. Jesuítas, pedagogia e crianças no Brasil quinhentista. Crianças e jovens negros e indígenas escravizados no Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Infâncias, juventudes, cotidiano e representações nos séculos XX e XXI.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ARIÉS, Philippe. <b>História social da família e da criança</b>. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.          DEL PRIORI, Mary. (Org.). <b>História das crianças no Brasil</b>. 2 ed. São Paulo, Contexto, 2000.          FREITAS, Marcos César. (Org.). <b>História social da infância no Brasil</b>. São Paulo, Artez, 1997.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>ARANTES, Antonio Augusto. O papel branco, a infância e os jesuítas na Colônia. In: FREITAS, Marcos César. (Org.). <b>História social da infância no Brasil</b>. São Paulo, Artez, 1997.          GÉLIS, Jacques. A individualidade da criança. In: Aries Philippe; CHARIER, Roger. (Orgs.). <b>História da vida privada</b>. Da Renascença ao século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. V. 2.          MARCÍLIO, Maria Luiza. <b>História social da criança abandonada</b>. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.          SAMARA, Eni de Mesquita. <b>A família brasileira</b>. São Paulo, Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos)</p>					

NOVAIS, Fernando A; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil:** Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. V. 4.

Componente Curricular					
<b>História Social das Mulheres</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Historiografia das mulheres e estudos de gênero. História das mulheres, colonialismo e racismo. Representações sobre as mulheres em diferentes tempos, espaços e realidades socioculturais. Mulheres, famílias e maternidades no Brasil. Trabalhos, diversidades e sexualidades. Movimento Feminista e pensamentos feministas. Violência contra mulheres.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ARIÉS, Philippe. <b>História social da família e da criança</b>. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. (Org.). <b>O corpo educado: pedagogias da sexualidade</b>. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>PRIORE, Mary Del. (Org.). <b>História das mulheres no Brasil</b>. São Paulo: Contexto, 2001.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>HAHNER, June. <b>A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas</b>. 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.</p> <p>HEILBORN, Maria Luiza. <b>Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário</b>. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. <b>Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista</b>. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.</p> <p>MOTT, Maria Lucia de Barros. <b>Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão</b>. São Paulo: Contexto, 1988.</p> <p>PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. (Orgs.). <b>Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras</b>. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.</p>					

Componente Curricular					
Introdução à Arqueologia					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>A história da Arqueologia: os enfoques teóricos metodológicos e as principais técnicas utilizadas. As relações entre História e Arqueologia. Técnicas arqueológicas interdisciplinares para o conhecimento e entendimento da História. As pesquisas e sítios arqueológicos na região de Rondonópolis. Preservação do Patrimônio Arqueológico.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>FUNARI, Pedro Paulo Abreu. <b>Arqueologia</b>. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>COSTA, Angyone. <b>Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história</b>. 4 ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Nacional, 1980. (Brasiliense; 34)</p> <p>VILHENA VIALOU, A.; VIALOU. <b>Pré-História de Mato Grosso</b>. São Paulo: EdUSP, 2006.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>BRAIDWOOD, Robert J. <b>Homens pré-históricos</b>. 2 ed. Brasília: EdUnB, 1985.</p> <p>CUNHA, Tereza Ramalho de Azevedo. <b>Veado perdido, percursos rupestres: semiótica e arqueologia em Mato Grosso</b>. Cuiabá: EdUFMT / Entrelinhas, 2009.</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo Abreu; NOELLI, Francisco Silva. <b>Pré-história do Brasil</b>. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009. (Repensando a história)</p> <p>OLIVEIRA, Jorge Eremites de. <b>Arqueologia pantaneira: história e historiografia (1875-2000)</b>. Dourados: EdUFGD, 2008.</p>					

Componente Curricular					
Leitura e produção de textos acadêmicos					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Produção de leitura ativa, analítica e crítica de textos acadêmicos. Planejamento e produção de textos acadêmicos dissertativos-argumentativos. Otimização e eficácia nos estudos a partir de técnicas de anotações. Normatização de textos acadêmicos. Iniciação metodológica ao estudo científico. Análise de aspectos básicos da produção do conhecimento histórico.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ANDRADE, Maria Margarida de. <b>Introdução à metodologia do trabalho científico:</b> elaboração de trabalhos na graduação. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>GONÇALVES, Hortência de Abreu. <b>Manual de monografia, dissertação e tese.</b> 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Avercamp, 2008.</p> <p>TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. <b>Comunicação científica:</b> normas técnicas para redação científica. São Paulo: Atlas, 2008.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion S.; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. <b>Os métodos da história:</b> introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.</p> <p>CERTEAU, Michel de. <b>A escrita da história.</b> 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <b>Metodologia do trabalho científico:</b> procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.</p>					

MORAES, Irary Novah; AMATO, Alexandre Campos Moraes. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Roca, 2006.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. **A pesquisa em história**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

<b>Componente Curricular</b>					
<b>Os Mundos do Trabalho na Contemporaneidade</b>					
<b>Unidade Acadêmica Ofertante</b>					
<b>ICHS</b>					
<b>Carga Horária</b>					
<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Aula campo/ Visita Técnica</b>	<b>Extensão</b>	<b>PCC</b>	<b>Educação a distância</b>
<b>64</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>				<b>64</b>	
<b>Ementa</b>					
<p>Mundo do Trabalho e a produção teórica do final do século XIX. Contribuições teóricas sobre modernização, desenvolvimento, progresso e alterações vividas pela sociedade e na vida do trabalhador, final do século XIX, séculos XX e XXI. Contribuições historiográficas sobre trabalho, sociedade e condição humana.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>					
<p>ARENDDT, Hannah. <b>A Condição Humana</b>. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.</p> <p>ANTUNES, Ricardo L. C. <b>Adeus ao Trabalho?</b> Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez / Papyrus; Campinas: Papyrus, 1999.</p> <p>THOMPSON, Edward Palmer. <b>A formação da classe operária inglesa</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>					
<p>ARENDDT, Hannah. <b>Origens do totalitarismo</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.</p> <p>CALVINO, Ítalo. <b>As Cidades Invisíveis</b>. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Biblioteca da Folha, S/D.</p> <p>HARRES, M. M.; JOANONI NETO, V. (Orgs.). <b>História, terra e trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas</b>. Cuiabá: EdUFMT, 2009.</p> <p>KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura de S. <b>O sistema e o antissistema: três ensaios, três mundos no mesmo mundo</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2021. E-book.</p> <p>RAGO, Margareth. <b>O que é taylorismo</b>. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p>					

Componente Curricular					
Pensamento Afro/Latino-Americano e Caribenho					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Expressões literárias dos sujeitos coloniais. História e filosofia na produção escrita dos intelectuais <i>criollos</i>. Pensamento econômico em interface com a política: desde os <i>criollos</i> até os nacionalistas. Positivismo e reação antipositivista. Discursos de modernidade e de dominação estrangeira: panamericanismo <i>versus</i> panhispanismo. Papel da intelectualidade na sociedade: organicidade, consciência crítica contribuinte-criativo e/ou servidores do poder. Influências do marxismo na intelectualidade. Eixos fundamentais de discussão ideológica contemporânea: entre a raça/eugenia e a cultura.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>FANON, Frantz. <b>Os condenados da terra</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.</p> <p>GALEANO, Eduardo. <b>As veias abertas da América Latina</b>. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.</p> <p>PONCE, Anibal. <b>Educação e luta de classes</b>. 21. ed. São Paulo: Cortez, 1996.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>DEWEY, John. <b>Democracia e educação</b>: introdução à filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1959.</p> <p>HALL, Stuart; SOVIK, Liv Rebecca. (Orgs.). <b>Da diáspora</b>: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.</p> <p>MARIÁTEGUI, José Carlos; BELLOTTO, Manoel Lelo; CORREA, Anna Maria Marinez (Orgs.). <b>Jose Carlos Mariategui</b>: política. São Paulo: Ática, 1982.</p>					

MUNANGA, Kabenguele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.  
E-book.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **D. F. Sarmiento**: política. São Paulo: Ática, 1983.

Componente Curricular					
Produção de Material Didático e o Universo Virtual					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Estudo de suportes tecnológicos aplicados ao ensino de História. Construção de ambientes virtuais para realização de atividades de pesquisa e ensino de História na Educação Básica.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>LÉVY, Pierre. <b>Cibercultura</b>. São Paulo: Ed. 34, 1999.</p> <p>LÉVY, Pierre. <b>As tecnologias da inteligência</b> – o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.</p> <p>MORIN, Edgar. (Org.) <b>A religião dos saberes: o desafio do século XXI</b>. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CORRÊA, Laura G. <b>Vozes Negras em Comunicação Mídia, racismo, resistências</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2019. E-book.</p> <p>FERREIRA, Rodrigo de A. <b>Luz, câmera e história</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2018. E-book.</p> <p>GUARESCHI, Pedrinho A. <b>O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia</b>. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2013.</p> <p>HAGEMEYER, Rafael R. <b>História &amp; Audiovisual</b>. São Paulo: Grupo Autêntica, 2012. E-book.</p> <p>LÉVY, Pierre. <b>A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço</b>. São Paulo: Loyola, 1998.</p>					

Componente Curricular					
<b>Sistema Político Republicano</b>					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Contexto econômico, político e cultural no tempo da criação dos sistemas políticos republicanos no Ocidente. Princípios e instituições constitutivas da estrutura política republicana. Relação entre liberalismo e República. Mudanças político-institucionais na história da República brasileira. Conexões entre República, Estado, democracia, cidadania, cultura política e igualdade social.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. (Orgs.). <b>Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos</b>. Rio de Janeiro: Campus, 2000.</p> <p>FAORO, Raymundo. <b>Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro</b>. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979.</p> <p>WEFFORT, Francisco C. (Org.). <b>Os clássicos da política</b>. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990. V. 1.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>ALTHUSSER, Louis. <b>Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado</b>. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.</p> <p>ARENDT, Hannah. <b>Origens do Totalitarismo</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.</p> <p>BOBBIO, Norberto. <b>Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. <b>Formação das almas: o imaginário da república no Brasil</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.</p>					

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Componente Curricular					
Língua Inglesa					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
32	32	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Estudo das estruturas linguísticas e desenvolvimento da competência comunicativa na língua inglesa em nível básico, com ênfase na leitura. Desenvolvimento de técnicas de leitura e compreensão de textos de diferentes áreas do saber. Leitura crítica de textos em inglês através de práticas sociointeracionais, mediadas pela linguagem. Letramento acadêmico em língua estrangeira.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p><b>COLLINS dictionary English-Portuguese.</b> 2. ed. São Paulo: Disal, 2006.</p> <p>DREY, Rafaela Fetzner; SELISTRE, Isabel Cristina; AIUB, Tânia. <b>Inglês:</b> práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015.</p> <p>MUNHOZ, Rosângela. <b>Inglês instrumental:</b> estratégias de leitura: módulo I. São Paulo: Textonovo, 2000.</p> <p>MURPHY, Raymond. <b>Essential grammar in use:</b> a Self-study Reference and Practice Book for Elementary Students of English. 3th ed. Edinburgh: Cambridge University, 2007.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

ABRANTES, Elisa Lima; et al. **Oficina de tradução, versão e interpretação em inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

CARTER, Ronald; MCCARTHY, Michael. **Cambridge grammar of English**: a Comprehensive Guide: Spoken and Written English Grammar and Usage. Cambridge: Cambridge University, 2006.

DIXSON, Robert James. **Graded exercises in English**. 2. ed. Barueri: Disal, 2007.

<b>Componente Curricular</b>					
<b>Educação Ambiental</b>					
<b>Unidade Acadêmica Ofertante</b>					
<b>ICEN</b>					
<b>Carga Horária</b>					
<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Aula campo/ Visita Técnica</b>	<b>Extensão</b>	<b>PCC</b>	<b>Educação a distância</b>
<b>48</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>				<b>64</b>	
<b>Ementa</b>					
<p>Contexto histórico das conferências intergovernamentais e movimento ambientalista; Demandas da questão ambiental atual; Bases legais; Perspectivas ou macro-tendências da Educação ambiental: Conservacionista, Pragmática, Crítica; Ética ambiental: educação ambiental para a cidadania e sustentabilidade, ciência, tecnologia, sociedade e ambiente (CTSA); metodologias didáticas para projetos de construção individual e coletiva do saber ambiental; elaboração de projetos pedagógicos e sua aplicação prática.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>					
<p>IBRAHIM, Francini Imene D. <b>Educação Ambiental: Estudo dos Problemas, Ações e Instrumentos para o Desenvolvimento da Sociedade.</b> São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>LUZZI, Daniel. <b>Educação e Meio Ambiente: uma Relação Intrínseca.</b> Barueri: Manole, 2012.</p> <p>MULATO, Iuri P. <b>Educação ambiental e o enfoque ciência, tecnologia, sociedade e ambiente (CTSA).</b> São Paulo: Saraiva, 2021.</p> <p>PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. <b>Educação Ambiental e Sustentabilidade.</b> 2 ed. Barueri: Manole, 2014.</p>					
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>					

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992.

MANSOLDO, Ana. **Educação ambiental na perspectiva da ecologia integral** - Como educar neste mundo em desequilíbrio?. São Paulo: Grupo Autêntica, 2012.

PINOTTI, Rafael. **Educação ambiental para o século XXI**: No Brasil e no Mundo. 2 Ed. São Paulo Blucher, 2016.

RUSCHEINSKY, Aloisio. **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. 2 Ed. São Paulo: Grupo A, 2009.

SATO, Michéle; CARVALHO, Isabel. **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. São Paulo: Grupo A, 2005.

Componente Curricular					
Historiografia Americana					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
64	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Concepções da história em Mesoamérica e na região andina. Interface Historiografia – Literatura – Colonização. Surgimento e consolidação de histórias oficiais nos Estados Nacionais da América: as influências romancistas, historicistas, positivistas, marxistas, revisionistas. Historiografia, economia e desenvolvimento: a experiência da CEPAL. As contribuições da Nova História da América Latina, dos historiadores caribenhos e da Historiografia norte-americana. Historiografia ante a crise dos paradigmas: desafios dos estudos pós-coloniais/subalternos e decoloniais. Historiografia e os livros didáticos na educação básica.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>DORATIOTO, Francisco. <b>Espaços nacionais na América Latina</b>: da utopia bolivariana à fragmentação. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>PONCE, Anibal. <b>Educação e luta de classes</b>. 21. ed. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>TODOROV, Tzvetan. <b>A conquista da América</b>: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>ANDERSON, Benedict Richard O’Gorman. <b>Comunidades imaginadas</b>: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. <b>História econômica da América Latina</b>: sistemas agrários e história colonial, economias de exportação e desenvolvimento capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.</p> <p>DONGHI, Túlio Halperin. <b>História da América Latina</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.</p> <p>FANON, Frantz. <b>Os Condenados da terra</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.</p>					

FERREIRA, Jorge Luiz. **Incas e Astecas**: culturas pré-colombianas. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

Componente Curricular					
Língua Portuguesa					
Unidade Acadêmica Ofertante					
ICHS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	PCC	Educação a distância
32	32	0	0	0	0%
<b>Total</b>				<b>64</b>	
Ementa					
<p>Norma-padrão e variação linguística. Aspectos gramaticais para o desenvolvimento da produção textual. Intertextualidade e ABNT. Articuladores textuais e Progressão textual em gêneros acadêmicos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BAGNO, Marcos (Org.). <b>Linguística da norma</b>. São Paulo: Loyola, 2002.</p> <p>CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. <b>Nova gramática do português contemporâneo</b>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. <b>Intertextualidade: diálogos possíveis</b>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. <b>Ler e compreender os sentidos do texto</b>. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>KOCK, Ingedore Villaça; ELIAS, Wanda Maria. <b>Ler e escrever: estratégias de produção textual</b>. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. <b>Planejar gêneros acadêmicos</b>. São Paulo: Parábola, 2005. 116 p. (Coleção Leitura e produção de textos técnicos a acadêmicos).</p> <p>SILVA, Alexandre; PESSOA, Ana C.; LIMA, Ana. <b>Ensino de gramática - Reflexões sobre a língua portuguesa na escola</b>: Grupo Autêntica, 2012. E-book. ISBN 9788582172414. Disponível em:</p>					

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582172414/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SANTAELLA, Lúcia. **Redação e Leitura**: Guia para o ensino: Cengage Learning Brasil, 2014. E-book. ISBN 9788522112999. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112999/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005. 116 p. (Coleção Leitura e produção de textos técnicos a acadêmicos).

## APÊNDICE II – REGULAMENTO DA EXTENSÃO

### REGULAMENTO DA INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO

O Colegiado do Curso de Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação e pela PORTARIA Nº 116/PROEG/2020, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

**CONSIDERANDO** a Resolução CONSEPE/UFR N. 10, de 14 de julho de 2022, especialmente a Seção X – Inserção Curricular da Extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos;

**CONSIDERANDO** a RESOLUÇÃO PROEXA/UFR Nº 0078998, DE 04 DE OUTUBRO DE 2022, Institui a política de extensão da Universidade Federal de Rondonópolis e dá outras providências.

#### REGULAMENTA

Art. 1º Estabelecer os critérios para a inserção curricular da Extensão no curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal de Rondonópolis;

Art. 2º As ações de Extensão universitária, integrada à matriz curricular, consistem em um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros espaços da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 3º As ações de extensão do curso de Licenciatura Plena em História deverão manter a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancoradas em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico de modo a estabelecer um diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade, mediante o intercâmbio de conhecimentos, a participação e o contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social, conforme regulamentos da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR);

Art. 4º Por meio das Ações de Extensão, a Licenciatura em História visa a formação cidadã, crítica e responsável de seus(as) estudantes a ser constituída pela vivência dos seus conhecimentos, de modo interprofissional e interdisciplinar.

Art. 5º A inserção curricular da extensão no projeto pedagógico do curso de Licenciatura em História consiste em uma política de promoção da melhoria da formação profissional e cidadã de todos(as) os(as) envolvidos(as) no processo educativo, com base nos princípios:

- I - impacto e transformação social;
- II - interação dialógica entre a Universidade e a sociedade;
- III - interdisciplinaridade;
- IV - interprofissionalidade;
- V - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; e
- VI - repercussão na vida do(a) estudante.

Art. 6º O curso de Licenciatura Plena em História adotará o formato misto de inserção de atividades de extensão no seu Projeto Político Pedagógico, com carga horária total de 320h assim distribuídas:

- I – 272 h de curricularização da extensão;
- II – 48 h de creditação da extensão;

Art. 7º A curricularização da extensão no curso de Licenciatura em História consiste na oferta de carga horária de extensão em disciplinas obrigatórias conforme projeto pedagógico do curso, bem como de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.

Parágrafo único - as atividades extensionistas acontecerão de maneira presencial, mesmo que a disciplina preveja carga horária EAD.

Art. 8º A creditação da extensão no curso de Licenciatura Plena em História consiste no registro das ações de extensão pelos(as) estudantes por meio da comprovação de seu cumprimento através de solicitação protocolada pelo(a) estudante via Sistema Unificado de Administração Pública, ou outro sistema que a UFR venha a adotar, com a apresentação de certificação emitida a partir da participação nas seguintes atividades extensionistas:

- I – programas;
- II – projetos;
- III – cursos e oficinas;
- IV – eventos;
- V – prestação de serviços;
- VI – ações comunitárias; ou

VI – demais programas de natureza institucional ou de natureza governamental, que atendam a políticas municipal, estadual, distrital e nacional.

§ 1 – A creditação da extensão pode ser cumprida em atividades

extensionistas propostas pelo curso de origem do(a) estudante ou em outros cursos, desde que as ações estejam relacionadas com a formação proposta pelo curso de origem;

§ 2 – A creditação da extensão pode ser cumprida em outras IES;

§ 3 – As atividades de extensão, para fins de creditação, poderão ocorrer nas modalidades presencial, remota e/ou híbrida.

Art. 9º A participação ativa do(s) estudante(s) em Ações de Extensão será considerada na totalidade de horas atribuídas no Certificado de Participação, devidamente registrado e emitido pela IES, desde que elas tenham sido realizadas após o ingresso no curso de Licenciatura em História;

Art. 10. Caberá ao Colegiado de Curso a análise da documentação/certificação protocolada pelo(a) estudante via Sistema Unificado de Administração Pública, ou outro sistema que a UFR venha a adotar, com a finalidade de registro das horas de extensão a serem creditadas;

Art. 11. O(A) estudante poderá solicitar a análise documental para fins creditação da extensão e do seu registro no Histórico Acadêmico após ter integralizado o mínimo necessário de atividades de extensão especificado neste Regulamento;

Art. 12. As Ações de Extensão do curso de Licenciatura em História se voltarão para a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos, educação indígena e populações em condição de vulnerabilidade social.

Art. 13. Acerca das modalidades de Projetos e Programas de Atividades Extensionistas, terão direito a créditos de horas:

I - Eventos de Extensão Universitária, com participação ativa dos(as) estudantes.

II - Programa de Extensão e Projetos vinculados à Licenciatura Plena em História:

i. Entende-se como Projeto de Extensão o conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural e/ou tecnológico, integrado às atividades de pesquisa e de ensino, com objetivo específico e prazo determinado, aprovadas e registradas por órgão competente no âmbito das IES;

ii. Entende-se como Programa de Extensão o conjunto articulado de projetos de extensão, de caráter multidisciplinar e integrado às atividades de pesquisa e de ensino. Programas têm caráter orgânico-institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executados, a médio (até um

ano) e longo prazo (mais de um ano).

**iii.** O(A) Professor(a) Coordenador(a) do Programa de Extensão da Licenciatura Plena em História deverá divulgar as Ações Extensionistas constantes no referido Programa, considerando a participação ativa dos estudantes no mesmo.

**iv.** É permitido ao(s) estudante(s) realizar mais de uma Ação Extensionista por semestre, desde que compatível com as horas de dedicação ao Curso e demais atividades a que estiver vinculado naquele período.

Art. 14. É garantido ao(à) estudante o direito de realizar as atividades de extensão que estão previstas no projeto pedagógico do curso, no turno em que estejam matriculados(as), por meio de ações extensionistas planejadas e aprovadas pelo Colegiado de Curso;

Art. 15. As Atividades de extensão curricularizadas ou que serão aceitas como creditação, estarão sujeitas à contínua avaliação e autoavaliação voltada para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do(a) estudante, a qualificação do(a) docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais

Art. 16. A autoavaliação da extensão inclui:

- I - a identificação da pertinência da inserção curricular da extensão;
- II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Programa de Ações de Extensão da Licenciatura Plena em História;
- III – o relato dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Art. 17. A autoavaliação acontecerá tanto no âmbito da curricularização como da creditação das atividades extensionistas.

I - nos componentes curriculares com carga horária de extensão, a autoavaliação ocorrerá através da aplicação de formulários e/ou outros mecanismos avaliativos, sendo os resultados registrados nos diários acadêmicos;

II - nas ações extensionistas planejadas e aprovadas pelo Colegiado de Curso, a autoavaliação ocorrerá bienalmente, ou sempre que for necessária, e será gerida pelo Núcleo Docente Estruturante e posteriormente apresentada ao Colegiado de Curso de Licenciatura em História.

Art. 18. Casos omissos serão analisados pelo Colegiado da Licenciatura Plena em História.

SALA DO LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM HISTÓRIA - LEPHIS - DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS, em

Rondonópolis, 14 de dezembro de 2022.

Flávio Vilas-Bôas Trovão  
Presidente do Colegiado do Curso de  
de Licenciatura em História

## APÊNDICE III – REGULAMENTO DO ESTÁGIO

### REGULAMENTO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O Colegiado do Curso de História, licenciatura, do ICHS, da Universidade Federal de Rondonópolis, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO:

A Resolução CONSEPE n.º 10, de 14 de julho de 2022, que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondonópolis, em especial em sua seção V;

A Lei Federal N.11.788, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta o Estágio de estudantes em âmbito nacional; A Diretriz Curricular Nacional Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores para Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica – Resolução CNE/CP Nº 02/2019;

A necessidade da realização de exercício prático no campo de atuação profissional do(a) professor(a) de história;

O Colegiado do Curso de História Regulamenta:

Art. 1º Aprovar o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado e de Estágio não obrigatório remunerado do Curso de graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFR

#### CAPÍTULO I

##### Da Definição

Art. 2º Entende-se por Estágio Curricular Supervisionado:

- ATIVIDADE DE PRÁTICA CURRICULAR - o Estágio constituindo componente curricular constante da estrutura curricular aprovada no Projeto Pedagógico do Curso, com carga horária estabelecida de acordo com o disposto na Diretriz Curricular Nacional para o curso de Licenciatura em História, desenvolvido no decorrer do curso;

- COMPONENTE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL - o Estágio é compreendido enquanto vivência de situações que venham possibilitar a “integração” de conhecimentos teórico-metodológicos que fundamentam as ações didático-pedagógicas, os saberes e posturas crítico-reflexivas esperadas no processo de formação profissional;

- AMBIENTE REAL DE TRABALHO - o campo profissional onde ocorrem situações reais de vida e de trabalho, com a presença das múltiplas variáveis específicas da área da profissão;

- ASPECTOS HUMANOS E TÉCNICO-PROFISSIONAIS - os aspectos humanos referentes ao relacionamento interpessoal, intergrupar de ambiente profissional bem como a possibilidade de construção da identidade profissional do(a) estagiário(a). Os aspectos técnico-profissionais compreendem a vivência de níveis diferenciados de complexidade da ação profissional, desde a compreensão de situações específicas até a aplicação e síntese em situações mais complexas, exigindo do estudante a criação de soluções por meio de propostas de trabalho mais amplas;

- COMPROMETIMENTO SOCIAL - a expressão da atitude política do(a) estagiário(a) diante das questões sociais postas no âmbito profissional da docência, da gestão educacional e das ações educativas em espaços formais ou não formais, fundamentalmente no momento da busca de alternativas para situações que se configuram na prática. Este comprometimento, expressando-se através da inserção prática do indivíduo na sociedade, mediada pelo trabalho, deverá ocorrer, também no caso do Estágio, quer a atividade prática se realize por meio de proposta individual ou coletiva de trabalho, quer por meio de programas de interesse social criados e/ou assumidos pela Universidade como respostas sociais;

- ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS - A orientação do Estágio na fase de planejamento, de estudos de conhecimento do espaço e da organização da gestão escolar, de elaboração de projetos de intervenção e formação junto aos(as) professores(as) e a escola, de estudos de casos e da regência-docência se dará sob a orientação dos(as) docentes da universidade em parcerias com as Unidades Concedentes de Estágio Curricular Supervisionado. O Estágio, se efetivará com acompanhamento do orientador nos espaços selecionados para este fim. Tais atividades se darão a partir do contato prévio com a escola para a exposição do projeto e possíveis alterações, tendo a escola como co-partícipe da proposta;

§ 1º Considerando-se que em Mato Grosso-município de Rondonópolis, onde se desenvolve o Curso de História/UFR, as vagas para a docência oferecidas pela rede pública não atendem anualmente a 10% dos(as) licenciados(as), sendo estes assumidos pela rede particular, o Estágio Supervisionado deverá contar preferencialmente com observações e estudo de caso em rede pública e não havendo absorção, o Estágio Curricular Supervisionado poderá ocorrer na rede particular, a fim de vivenciar outras experiências.

§ 2º O Estágio Supervisionado Obrigatório no Curso de História poderá ser realizado em território nacional ou no exterior, conforme artigo 74 da Resolução CONSEPE-UFR N. 10 de 14 de julho de 2022.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado é caracterizado como sendo momento/espaço de aprendizagem e comprometimento social, profissional e cultural, realizadas em um ambiente de trabalho, buscando aprimorar os aspectos humanos e técnico-profissionais dos(as) acadêmicos(as) do Curso de História – proporcionadas ao(às) estudante para participar em situações práticas, reais de vida e trabalho em seu contexto social, sob a orientação e coordenação da Instituição – e acompanhadas por

um(a) professor(a) da escola onde o(a) licenciando(a) realizará o estágio;

§1º O Estágio Curricular Supervisionado obrigatório aos estudantes regulares do curso de História e possui carga horária total de 400h e será organizado em turmas de no máximo 24 estudantes, conforme Resolução CONSEPE no. 10 de 14 de julho de 2022.

§ 2º O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser reduzido, quando o(a) licenciando(a), amparado no parecer CNE/CP 02/2019, estiver atuando na Educação Infantil e Anos Iniciais da Educação Básica e, portanto, tem direito à redução de, no máximo, 100 horas. Para gozar dos benefícios da legislação, o(a) licenciando deverá montar um processo requerendo a redução da CH e encaminhar ao Colegiado de Curso antes do período do Estágio Curricular Supervisionado, anexando documento comprobatório da escola em que está atuando como docente;

§ 3º Aos(Às) estudantes participantes do Programa PIBID estando em situação adimplente no que se refere às ações e documentos necessários para sua comprovação, poderão pleitear o aproveitamento dessas horas para a integralização de disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório;

§ 4º Aos(Às) estudantes participantes do Programa Residência Pedagógica estando em situação adimplente no que se refere às ações e documentos necessários para sua comprovação, poderão pleitear o aproveitamento dessas horas para a integralização de disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório;

§ 5º O aproveitamento das horas desenvolvidas em programas PIBID e PRP para integralização de disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório será regulamentado por legislação da Instituição vigente no momento da solicitação.

§ 6º As atividades de monitoria, extensão, iniciação científica, formação de professores, inovação, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo podem ser equiparadas ao estágio supervisionado, no limite máximo de 100 horas, nos seguintes termos:

a) As atividades de extensão, pesquisa, inovação, desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo e formação de professores(as) são aquelas realizadas por estudantes da Universidade Federal de Rondonópolis, como bolsistas ou voluntários(as), vinculados(as) a programas ou projetos institucionais e interinstitucionais e que possuam plano de atividades e termo de aceite, em História e/ou Ciências Humanas e Sociais.

b) A solicitação do aproveitamento dessas atividades deverá ser encaminhada, via sistema acadêmico, à coordenação de curso, contendo os seguintes documentos:

I - plano de trabalho ou de atividades concernentes às práticas de estágio que se pede aproveitamento;

II - termo de aceite, contendo a assinatura do(a) estudante e do(a) orientador(a); e

III - certificado ou relatório das atividades, no qual deverá constar a carga horária.

§ 7º O Estágio Curricular Supervisionado se organiza em componentes curriculares independentes que integram a estrutura curricular do curso, a partir do 4º semestre;

§ 8º Os Estágios Curriculares Supervisionados possuem enfoques e carga horária específicas que buscam atender a formação para atuação em espaços educativos formais e não formais, à docência do Ensino Fundamental e Ensino Médio de sistemas públicos, filantrópicos e/ou privados de Educação;

§ 9º O Estágio Curricular Supervisionado deverá desenvolver-se com propostas de intervenção-ação-formação no acompanhamento a programas de formação continuada, quando de sua fase inicial e no seu desenvolvimento na propositura de projetos que envolvam inclusão, atendimento educacional especializado (AEE), processos diferenciados de ensino de história que tenham a finalidade de promover os estudantes a melhores níveis de aprendizagem envolvendo ações e propostas voltados às especificidades e à diversidade da escola-campo.

Art. 4º O Estágio não obrigatório remunerado é compreendido como espaço de vivências e aprendizagens da docência em ensino de história e/ou nas demais licenciaturas das ciências humanas e sociais, a ser realizado pelo estudante em diferentes instituições de ensino formais e não formais, configurar-se em estreita relação com a formação pretendida pelo estudante, sendo exigida toda documentação na forma da lei, desde que aprovado pelo colegiado do curso de história.

Parágrafo Único - O/A estudante do Curso de História poderá realizar atividades de estágio curricular no Exterior, desde que aprovada a Mobilidade Acadêmica Internacional, conforme critérios estabelecidos pelo Colegiado de Curso em consonância com as legislações da Instituição, sobremaneira, àquelas publicadas e normatizadas pela Secretaria de Relações Internacionais (SECRI).

## **CAPÍTULO II**

### **Dos Objetivos**

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado terá como objetivo oportunizar ao(à) estudante a realização de atividades teórico-práticas em situações reais de trabalho, enquanto componente da formação profissional que envolve o desenvolvimento tanto da competência técnico- científica, quanto do compromisso político-social.

Parágrafo Único: Para a consecução do objetivo previsto neste artigo, o Estágio

#### Curricular Supervisionado deve:

- Oportunizar ao(à) acadêmico(a) a vivência de experiência do campo profissional da que lhe viabilizem a integração dos conhecimentos teórico-práticos, as experiências pessoais e iniciais vivenciadas nas disciplinas do curso, envolvendo um contínuo processo de ação-reflexão-ação, observando que a interdisciplinaridade seja uma postura presente nas intervenções realizadas na regência;
- Proporcionar aos(às) acadêmicos(as), oportunidade para integrar e confrontar teoria e prática, através de discussões e produção acadêmica, reflexões, pesquisa(s) e produção de conhecimento sobre a profissão e as funções profissionais presentes no contexto educacional, em uma atividade de relações mútuas e parceria com o(a) professor(a) titular da sala em que o estágio está ocorrendo;
- Desenvolver, junto às escolas, preferencialmente da rede pública e/ou instituições educativas, (ONGS, associações, entre outras) atividades que possibilitem interações entre conhecimentos teórico-práticos do curso que configuram o fazer profissional de professor(a) de história;
- Propiciar aos(às) licenciandos(as), na condição de estagiários(as), instrumentos de pesquisa que favoreçam o conhecimento e a reflexão sobre as situações vivenciadas, visando promover mudanças e/ou transformações da realidade educacional e/ou social, e possibilidades de intervir nela e contribuir para melhores resultados da realidade educacional e social;
- Desenvolver o compromisso com o trabalho profissional em história organizado com planejamento, pesquisa e registro de acordo com as normas científicas estabelecidas para o trabalho acadêmico, atendendo às exigências de planejamento e registro das atividades docentes nos diferentes contextos em que se situam;
- Propiciar, por meio do planejamento de atividades que atendam à demanda da unidade educativa e de seus profissionais, a necessária articulação entre a Universidade, a comunidade e as instituições conveniadas, objetivando a troca de experiências práticas e teóricas do professor de história;
- Avaliar o desempenho do(a) acadêmico(a), orientando-o(a) para mudanças, reflexões e posturas que se fazem necessárias à futura profissão;
- Conscientizar o(a) estagiário(a) quanto ao zelo na utilização do patrimônio disponível, quanto a responsabilidade e a pontualidade, quanto a conduta ético-moral, observando as normas vigentes dos locais de realização de

Estágio;

- Conscientizar o(a) acadêmico(a) sobre que o estágio se dá em um processo de múltiplas aprendizagens, seja nas parcerias com os(as) docentes nos planejamentos e nos processos de avaliação do desempenho do(a) estudante, seja nas discussões teórico-práticas sobre a profissão docente, assim como nos estudos de casos sobre as dificuldades no ensino e aprendizagem em história em que a experiência do(a) professor(a) muito pode contribuir e também formação continuada e na produção de conhecimento que possa ser socializada em encontros, seminários e eventos, tendo o(a) professor(a) e a escola como parceiros(as).

### **CAPÍTULO III**

#### **Da tipologia**

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História da Universidade Federal de Rondonópolis configura-se como atividade curricular obrigatória.

§1º O Estágio Curricular Supervisionado integra o currículo institucionalizado da formação profissional, e constitui-se de componente curricular com carga horária teórico-prática totalizando 400 horas, que visa atender aos campos da Educação Básica, da Educação não-formal, da Gestão, e das modalidades educacionais previstas pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96)

§2º O(A) estudante poderá realizar o Estágio Não Obrigatório remunerado, desde que seja no contra turno de sua matrícula.

### **SEÇÃO I**

#### **Do campo de Estágio**

Art. 7º Os campos de Estágio Curricular Supervisionado são estabelecidos mediante acordos, firmados entre o Curso de História/UFR e/ou entre a Universidade Federal de Rondonópolis e as escolas, sistemas ou redes de ensino, ou também outros espaços educativos assegurados pela Resolução em vigor e conforme previstos na legislação que regulamenta o Estágio de estudantes em âmbito nacional. Portanto, devem ser instituições que ofereçam oportunidades para desenvolver atividades de:

Planejamento e desenvolvimento conjunto das atividades de Estágio relativas a docência, a gestão escolar e de projetos educativos;

Aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos relacionados à docência e a gestão do Ensino Fundamental, Ensino Médio e as modalidades de educação

previstas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 e espaços educativos não formais da respectiva área profissional; vivência de situações reais de vida e de trabalho próprias da profissão de professor de história;

Parágrafo Único. É considerado como campo de Estágio Curricular Supervisionado, capaz de absorver estagiários da UFR/Curso de História, preferencialmente as instituições de educação que ofertem as etapas Ensino Fundamental e Ensino Médio regulares ou nas modalidades EJA, Educação Especial, Educação do Campo, Quilombola, Indígenas, de responsabilidade do poder público, bem como espaços de educação não formais que se apresentem potenciais à atuação profissional de história.

Art. 8º O Estágio Curricular Supervisionado é ofertado no quarto semestre do curso, cumprindo 96 horas; no quinto semestre do curso, cumprindo 96 horas; no sexto semestre, cumprindo 104 horas e no oitavo semestre cumprindo 104 horas, totalizando 400 horas, de acordo com as ementas do Estágio Curricular Supervisionado em História.

§ 1º O Estágio Curricular Supervisionado será realizado no período de aula em que o(a) acadêmico(a) está matriculado(a) e constante da proposta curricular do curso;

§ 2º A comprovação do cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado deverá ser feita mediante registro de carga horária trabalhada pelo(a) discente em cada semestre deverá ser feita por meio de planilha de frequência elaborada pelo(a) professor(a) orientador(a) do Estágio e pelo(a) professor(a) da escola-campo onde se realiza o estágio, de acordo com os formulários orientados pelo Estágio Supervisionado na UFR; e deve conter os seguintes itens, atividades desenvolvidas, assinatura do(a) docente orientador(a) da instituição concedente, do(a) professor(a) de sala, e do(a) orientador(a) de estágio da universidade;

§ 3º O(A) licenciando(a) deverá cumprir rigorosamente a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado, desenvolvendo as atividades de investigação na escola, acompanhando a formação e o planejamento dos(as) professores(as), desenvolvendo as fases de observação e regência, devendo participar das reuniões de orientação e seminários de Estágio, bem como das avaliações individuais e coletivas propostas pela escola, respeitando integralmente o Termo de Compromisso firmado entre a universidade e a escola-campo com ética e responsabilidade;

§ 4º O documento a ser organizado pelo Supervisionado, para fins de registro das atividades desenvolvidas pelos(as) acadêmicos(as) em campo Estágio, deverá orientar-se pelos formulários próprios do Estágio Supervisionado na UFR;

Art. 9º Os planos, projetos e programas dos Estágios Curriculares Supervisionados deverão ser organizados pelos(as) professores(as) responsáveis pelo Estágio,

apresentados à Coordenação do Curso, e aprovados pelo Colegiado do Curso de Graduação em História em data anterior ao início da proposta.

Parágrafo único: os casos omissos relativos ao desempenho e frequência dos(as) licenciandos(as) no Estágio Curricular Supervisionado deverão ser encaminhados ao Colegiado de Curso História, considerado como instância competente para o julgamento e encaminhamento de decisões, quando consultado.

## SEÇÃO II

### Dos instrumentos legais

Art. 10. A realização do Estágio Curricular Supervisionado por parte do(a) acadêmico(a), não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza, mesmo que receba bolsas ou outra forma de contraprestação, paga pela empresa ou instituição concedente de Estágio (Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudante).

Art. 11. Os acordos e termos de compromisso devem explicitar os aspectos legais, específicos relativos à realidade social e a identidade do Curso de História/UFR.

## SEÇÃO III

### Das Atribuições do(a) Professor(a) Orientador(a)

Art. 13. O(A) professor(a) orientador(a) será um(a) docente efetivo(a) do Curso de Graduação em História designado(a) para trabalhar com a orientação de Estágio Curricular Supervisionado.

Parágrafo Único: cada professor(a) orientador(a) deverá orientar no máximo dez (10) estudantes por turma.

Art. 14. A orientação dos estágios obrigatório e não obrigatório será considerada como atividade de ensino e computada ao(à) orientador(a) de estágio, considerando sua tipologia orientação direta, entendida como acompanhamento e orientação do estágio por meio de observação contínua e direta das atividades ao longo de todo o processo pelo(a) orientador(a) no âmbito das unidades concedentes e conforme as normas de atribuições de encargos docentes da Universidade Federal de Rondonópolis.

Art. 15. São atribuições do(a) professor(a) orientador(a) de Estágio Curricular Supervisionado:

I - orientar e acompanhar o(a) estagiário(a) sobre as normas, documentação e critérios de avaliação do estágio curricular, de acordo com os objetivos expressos

no projeto pedagógico do curso e com as especificidades da instituição concedente;

II - comparecer às reuniões e demais promoções de interesse do estágio;

III - receber e analisar o controle de frequência, relatórios de atividades e outros documentos dos(as) estagiários(as);

IV - proceder ao desligamento do(a) estudante do campo de estágio quando se fizer necessário;

V - proceder à avaliação do(a) estagiário(a) e do estágio como um todo;

VI - solicitar reuniões com o(a) coordenador(a) de Ensino da Graduação, quando se fizerem necessárias;

VII - proceder ao encaminhamento formal de estudantes ao local de estágio, orientando sobre os mecanismos, as etapas e as atividades correspondentes;

VIII - fazer cumprir as disposições da legislação vigente, de modo a evitar que o(a) estagiário(a) preste serviços em desacordo com o plano de atividades de estágio, ou em local insalubre que coloque em risco sua integridade; e

IX - informar à coordenação do curso de graduação situações ocorridas no decorrer do desenvolvimento das atividades que necessitem de sua interferência.

## SEÇÃO V

### Das Atribuições do Colegiado de Curso

Art. 16. Referente ao estágio curricular, são atribuições e competências do Colegiado de Curso,

I - elaborar, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante, o regulamento de estágio com a definição e condições para a realização do estágio obrigatório e não obrigatório no curso;

II - propor alterações que se façam necessárias no regulamento de estágio;

III - apoiar e subsidiar o(a) coordenador(a) de curso no que diz respeito ao pleno desenvolvimento das atividades de estágio;

IV - designar o(a) orientador(a) de estágio para acompanhamento do(a) estudante, nos cursos de bacharelado e de tecnologia, exceto para os cursos de bacharelado da área de saúde e as licenciaturas; e

V - apreciar e homologar plano de atividade de estágio curricular antes de sua formalização na unidade concedente.

## SEÇÃO VI

### Do Estudante Estagiário

Art. 17. São atribuições e competências do(a) estagiário(a):

- I - informar-se e cumprir as normas e regulamentos do estágio;
- II - definir, com o(a) orientador(a) de estágio, o período, o campo e as condições para o cumprimento do seu estágio;
- III - participar da elaboração do plano de atividades do estágio curricular, cumprindo o que foi estabelecido em conjunto com o(a) orientador(a) de estágio e com o(a) supervisor(a);
- IV - firmar o termo de compromisso de estágio com a instituição concedente e com a coordenação de curso e o(a) orientador(a), antes do início do estágio;
- V - demonstrar responsabilidade, urbanidade e organização no desenvolvimento do estágio curricular respeitando o acordo estabelecido com a instituição concedente;
- VI - manter-se com matrícula ativa em curso de graduação da Universidade Federal de Rondonópolis durante a vigência do estágio;
- VII - informar, ao(à) orientador(a) e ao(à) coordenador(a) de curso, situações que possam ocorrer durante o desenvolvimento das atividades que necessitem de interferência da instituição de ensino;
- VIII - participar das avaliações de desempenho individual e coletivo;
- IX - apresentar relatório de atividades, nos prazos estabelecidos pelo(a) coordenador(a) de curso e/ou orientador(a) de estágio; e
- X - socializar, conforme orientação do curso em conjunto com a Secretaria de Relações Internacionais, a experiência acadêmica internacional de estágio curricular.

## SEÇÃO VI

### Do Acompanhamento e Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado

Art. 18. A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado deverá estar de acordo com o sistema de avaliação adotado pela Instituição e em comum acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de História e concretizar-se-á através de:

- I - contatos periódicos com o orientador de Estágio Curricular Supervisionado do curso;
- II - orientações sobre o processo de Estágio Curricular Supervisionado durante o período de seu desenvolvimento;
- III - fichas de controle, frequência, relatórios e outros instrumentos específicos;
- IV- acompanhamento do(a) professor(a) da escola-campo

Art. 19. Os(As) estagiários(as) serão avaliados(as) por meio de diferentes atividades, assim descritas:

- I - discussões provenientes das leituras e trocas de experiências no componente Estágio Curricular Supervisionado;
- II - relatórios parciais e finais que serão apresentados ao professor orientador de Estágio da universidade;
- III- envolvimento com as atividades do(a) professor(a) e da escola;
- IV - cumprimento integral à carga horária estabelecida para o Estágio Curricular Supervisionado.

Parágrafo Único: A avaliação do(a) estagiário(a) é obtida mediante o acompanhamento realizado pelo(a) professor(a), que constará dos seguintes critérios:

- a) Rendimento no Estágio;
- b) Conhecimento teórico;
- c) Desempenho em campo
- d) Observância aos posicionamentos críticos sobre o Estágio, respeitando a ética em relação aos(às) colegas, professores, universidade, escola e comunidade
- e) Assiduidade;
- f) Pontualidade;

g) Apresentação dos resultados parciais, conforme Plano de Ensino do componente curricular Estágio Supervisionado.

h) Apresentação de Relatório Final.

## CAPÍTULO IV

### Do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório remunerado

Art. 20. O estágio não obrigatório, realizado por estudantes do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Rondonópolis, em território nacional ou no exterior, poderá ser iniciado a qualquer momento após o ingresso do estudante na instituição, desde que aprovado pelas coordenações de estágio e de curso.

§ 1º O aproveitamento das horas de estágio não obrigatório para as disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório serão regulamentadas conforme Resolução CONSEPE-UFR N. 10 de 14 de julho de 2022, seção V, observando-se, em especial, o artigo 72, inciso 5, onde se lê: “As atividades de estágio não obrigatório deverão configurar-se em estreita relação com a formação pretendida pelo(a) estudante, sendo exigida toda documentação na forma da lei”.

§ 2º O Estágio Curricular não obrigatório remunerado deve ser realizado no contra turno do curso no qual o Estagiário esteja matriculado.

Art. 21. Para a realização do Estágio **não obrigatório remunerado** o(a) licenciando(a) deverá montar um processo e protocolizar, encaminhando-o para a aprovação do colegiado do Curso de História. O Estágio só deverá iniciar após a aprovação das partes envolvidas, quais sejam, a Instituição Concedente e a UFR e no deferimento do processo após análise do Colegiado do Curso de História.

Art. 22. Na organização do processo o(a) licenciando(a) deverá:

§ 1º O Estágio não obrigatório remunerado pode ser realizado em instituição conveniada com a UFR;

§ 2º O(A) licenciando(a) deverá anexar ao processo um plano de Estágio contendo as ações propostas e as assinaturas do estagiário, do(a) orientador(a) de campo da Instituição Concedente e do orientador do Estágio da UFR;

§ 3º O(A) licenciando(a) deverá acrescentar ao processo um termo de compromisso de cumprimento do Estágio não obrigatório remunerado em três vias e entregar à Coordenação de Curso de História contendo a assinatura da instituição concedente, da UFR e do(a) licenciando(a) e a cópia da apólice do seguro para a realização do Estágio fornecido pela UFR. O termo é disponibilizado pela PROEG.

Art. 23. O controle e acompanhamento da realização do Estágio curricular não obrigatório remunerado será feito mediante a apresentação de ficha de avaliação de desenvolvimento de Estágio, a ser entregue semestralmente à Coordenação de Curso pela instituição concedente.

Parágrafo Único: A carga horária desse Estágio será registrada no Histórico Acadêmico como Estágio não obrigatório após solicitação pelo(a) interessado(a) à coordenação de Curso, que dará os devidos encaminhamentos.

Art. 24. A ficha de avaliação de desenvolvimento de Estágio deverá vir assinada pelo(a) professor(a) da sala onde se desenvolve o estágio e pelo(a) gestor(a) da escola ou instituição/campo.

Art. 25. As atividades do Estágio curricular obrigatório remunerado poderão constar das edições de mostras do Estágio Curricular Supervisionado do Curso em História e/ou eventos correlatos para socialização das atividades desenvolvidas.

## **CAPÍTULO V**

### **Das Disposições Gerais**

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso de História, observando as normas do Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, assim como as disposições legais vigentes.

Art. 27. O presente Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado entra em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de História, revogadas as disposições em contrário.

SALA DO LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM HISTÓRIA - LEPHIS - DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS, em Rondonópolis, 14 de dezembro de 2022.

Flávio Vilas-Bôas Trovão  
Presidente do Colegiado do Curso de  
de Licenciatura em História

## **APÊNDICE IV – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

### **REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

#### **CAPÍTULO I Do Conceito**

Art. 1º Entende-se por Trabalho de Conclusão de Curso – TCC a modalidade de atividade obrigatória do Curso de Graduação em História que consiste na elaboração de um trabalho sob a orientação docente, na forma de pesquisa monográfica, artigo científico, inventário e guia de fontes históricas, documentário/filme audiovisual; elaboração e apresentação de material ou manual didático; elaboração de projeto de pesquisa para pós-graduação em nível de Mestrado nas áreas de História e afins, que possibilitem uma reflexão sobre o processo formativo e sua atuação profissional.

#### **CAPÍTULO II Dos Objetivos e Definições**

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivos: Possibilitar ao estudante em formação problematizar uma realidade própria do campo da História, em suas mais diversas compreensões, de forma a demonstrar sua capacidade de:

I - possibilitar ao(a) estudante demonstrar grau de conhecimento compatível com a habilitação adquirida, aprofundamento temático, conhecimento da bibliografia especializada, capacidade de interpretação, visão crítica e aptidões para fazer interlocução com outras áreas afins;

II - familiarizar o(a) estudante com as opções metodológicas para a elaboração de um trabalho;

III - aprimorar a formação profissional do(a) estudante, contribuindo para melhor visão dos problemas, o que possibilitará a utilização de procedimentos científicos no encaminhamento das soluções e estudos de problemas relevantes para a sua futura prática profissional;

IV - estimular a iniciação científica e a formação de grupos de pesquisa na Universidade; e

V - aprofundar os conteúdos, as habilidades e as competências desenvolvidas pelo(a) estudante durante a integralização do curso, demonstrando maturidade

intelectual, senso crítico e criatividade para estabelecer relações teóricas e práticas relativas aos objetos de estudo.

Art. 3º Para efeito de elaboração e apresentação, as modalidades de TCC são assim definidas:

- a) pesquisa monográfica – consiste na redação e apresentação de um trabalho monográfico, como etapa final do desenvolvimento do projeto de pesquisa.
- b) artigo científico- redação e apresentação do processo da pesquisa em formato de artigo acadêmico.
- c) inventário e guia de fontes históricas - apresentação de um processo de pesquisa de levantamento, catalogação, trato e análise de fontes históricas, podendo estar depositadas em alguma instituição, grupo ou movimento social, com a finalidade da publicação do referido inventário para fins de registro, produção ou pesquisa das fontes.
- d) Documentário/filme audiovisual - apresentação de um trabalho de pesquisa sistematizado em formato audiovisual. Esta apresentação demonstrará o processo de produção em cada uma de suas etapas – planejamento, roteirização, captações, edição, arte e produção final em suporte apropriado.
- e) Material ou manual didático – redação e apresentação de texto sob a forma de capítulo de livro didático; manuais de orientação didática; elaboração e apresentação de jogos analógicos e/ou digitais, e/ou outros produtos de natureza didática.
- f) Projeto de pesquisa para pós-graduação em nível de Mestrado nas áreas de História e afins - apresentação em formato de texto contendo todos os itens e etapas de um projeto de pesquisa, inclusive discussão e revisão bibliográfica.

Parágrafo Único: Todas estas modalidades deverão ser apresentadas em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT), vigentes no período de sua realização.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Organização do TCC**

Art. 4º O trabalho de organização do TCC estará sob a incumbência dos(as) professores(as) orientadores(as) da pesquisa que deverá ser formalizada, a partir do 4º semestre, via sistema em vigência enviado à Coordenação do curso de História, com anuência do(a) estudante e orientador(a);

Art. 5º A elaboração, apresentação e aprovação final do TCC, atribuirá ao(à) estudante a integralização de 16 horas ou 4 créditos.

Art. 6º O aprendizado do exercício da pesquisa pelo(a) orientando(a), em todas as suas etapas, estará sob a responsabilidade do(a) professor(a) orientador(a) e do(a) coorientador(a), quando houver.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Da Orientação e Plano de Trabalho**

Art. 7º A função de orientador(a) do TCC deve ser exercida por professores(as) do quadro do Curso de História, podendo haver a figura do(a) professor(a) coorientador(a), com a anuência do(a) orientador(a).

Art. 8º O vínculo entre orientador(a) e orientando(a), deverá ocorrer preferencialmente a partir do quarto semestre do curso e dar-se-á mediante termo de aceite (anexo I), expedido pelo(a) professor(a) orientador(a) a pedido do(a) orientando(a) e encaminhado conforme Artigo 4º.

Art. 9º Todos(as) os(as) docentes do Curso de História poderão assumir orientações de TCC, distribuídas, preferencialmente, entre os(as) mesmos(as) de maneira equitativa, respeitando o teto máximo de 05 (cinco) orientações simultâneas, conforme Resolução em vigência, ou outra que a substitua.

Art. 10. Os(As) docentes orientadores(as) poderão cadastrar os projetos de seus(suas) orientandos(as) nos Grupos de Pesquisas aos quais estão vinculados(as).

Art. 11. Caberá ao(à) professor(a) orientador(a), em diálogo com o orientando(a), a elaboração do Plano de Trabalho, definindo com clareza as etapas do processo de pesquisa, suas metas, ações e o cronograma semestral de trabalho.

#### **CAPÍTULO V**

##### **Etapas de Elaboração e Depósito do TCC**

Art. 12. A modalidade TCC comportará as seguintes etapas avaliativas:

- 1) elaboração e escrita ou produção do TCC;
- 2) Defesa pública do TCC.

Art. 13. O(A) discente deverá encaminhar a versão final de seu trabalho, com anuência de seu(sua) professor(a) orientador(a), conforme regulamento vigentes da Universidade Federal de Rondonópolis.

Parágrafo Único: A data limite para entrega da versão final do TCC será de 15 (quinze) dias após a defesa pública e de igual tempo antes da conclusão do curso.

#### **CAPÍTULO VI**

### **Das Bancas Examinadoras e da Avaliação**

Art. 14. As Bancas de Defesa do TCC serão compostas por 02 (dois) ou até 03 (três) docentes, incluído o(a) orientador(a), seu membro nato. A organização administrativa dessa atividade compete ao(à) Coordenador(a) de Ensino de Graduação, que receberá do(a) orientador(a) a(s) carta(s) de aceite de convocação de banca do TCC no prazo de 30 (trinta) dias antes da data de defesa.

Art. 15. São aptos(as) a compor as bancas de defesa como membros, professores(as) com, no mínimo, título de graduado(a).

Art. 16. A avaliação da banca de defesa consiste na apresentação pública da modalidade de TCC desenvolvida. Os critérios de avaliação do TCC serão estabelecidos pelos membros da banca examinadora.

Art. 17. A defesa pública do TCC deve ocorrer a partir do quarto semestre. Para fins de registro será considerado o oitavo semestre, com a anuência do(a) orientador(a).

Art. 18. A nota final será obtida por meio do cálculo da média simples das duas ou três notas atribuídas pelos membros da banca. Será considerado aprovado o trabalho que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis).

Art. 19. Será considerado automaticamente reprovado o TCC no qual a banca examinadora verificar cópia, plágio (direto e/ou indireto) ou quaisquer outras infrações ou violações previstas nas legislações brasileiras. No caso de reprovação, o(a) discente deverá reiniciar o processo de orientação.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 20. Casos omissos a este Regulamento serão apreciados e definidos pelo Colegiado de Curso de História.

Art. 21. Este regulamento entrará em vigor na data da aprovação do Projeto de Curso pelas instâncias superiores da Universidade Federal de Rondonópolis.

SALA DO LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM HISTÓRIA - LEPHIS - DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS, em Rondonópolis, 14 de dezembro de 2022.

Flávio Vilas-Bôas Trovão

Presidente do Colegiado do Curso de de Licenciatura em História

## APÊNDICE V – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

### REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Art. 1º No Curso de Graduação de Licenciatura em História, entende-se por ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ACs) aquelas ações que possibilitam o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e competências do(a) discente vivenciadas dentro e fora do ambiente acadêmico, que estimulem a prática de estudos e experiências formativas independentes e opcionais.

Art. 2º As Atividades Complementares devem ser escolhidas e cumpridas pelo(a) discente ao longo da integralização do Curso com um total de 64 (sessenta e quatro horas) ou 4 créditos.

§1º Nas atividades comprovadas com horas, será considerado a correspondência de 1 crédito para cada 16 horas;

§2º Aconselha-se ao(à) licenciando(a) em História que esta carga horária seja cumprida desde o primeiro ano letivo.

§3º No curso de Licenciatura em História, serão consideradas ACs as seguintes modalidades: ensino; pesquisa; extensão; inovação; empreendedorismo; artes; esporte; lazer; cultura.

I. Fica vedada a contagem de horas em duplicidade de qualquer modalidade.

II. É vedado o aproveitamento fracionado da carga horária do mesmo certificado para duas ou mais atividades.

III. Para a integralização das Atividades Complementares, é obrigatória a comprovação de participação de pelo menos duas modalidades distintas.

§4º As atividades desenvolvidas em congressos, conferências, palestras, seminários e debates serão consideradas, desde que oferecidas por instituições e entidades legalmente constituídas e reconhecidas oficialmente, com carga horária devidamente comprovada e por meio de atestado ou certificado.

§5º Os estudantes deverão solicitar até 60 dias antes da conclusão do curso o aproveitamento da carga horária exigida pelas Atividades Complementares

através de processo via SEI, ou outro sistema regulamentado na instituição, de solicitação de aproveitamento, que deverá ser apreciado e aprovado pelo Colegiado de Curso.

Art. 3º São atividades de ensino todas aquelas que envolvam o processo de ensino e aprendizagem desempenhadas pelos(as) estudantes, a saber:

- I - disciplinas ofertadas por outros cursos superiores de graduação, cursadas nesta ou em outras Instituições de Ensino Superior, em nível de graduação, sem aproveitamento de estudos em outros componentes curriculares;
- II - participação em programa de ensino institucional e interinstitucional;
- III - participação em programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional;
- IV - participação, com frequência e aprovação, em cursos de idiomas, comunicação e de informática, realizados durante o curso de graduação, dentro ou fora da Instituição;
- V - atividade de monitoria em disciplinas da graduação;

Art. 4º As atividades de pesquisa são caracterizadas pelo conjunto de ações que visam à construção de novos conhecimentos em uma determinada área, contribuindo para o avanço da ciência e o desenvolvimento social. Estão incluídas nessas atividades:

- I - participação em projetos de pesquisa aprovados pela Pró-Reitoria de Ensino de Pós-graduação e Pesquisa;
- II - participação em congressos, seminários e outros eventos científicos e tecnológicos;
- III - trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados em eventos científicos específicos ou seminários e publicados em anais, mencionando o nome da instituição de ensino superior ou instituição de incentivo à pesquisa acadêmica;
- IV - trabalhos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais;
- V - apresentação de comunicação oral em eventos científicos;
- VI - participação em grupos de pesquisa registrados no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- VII - relatórios de projeto de pesquisa; e
- VIII - produção técnica.

Art. 5º São consideradas atividades curriculares de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à Universidade e que estejam vinculadas à formação do(a) estudante, conforme normas institucionais próprias, e que sua carga horária não tenha sido utilizada para a curricularização da extensão, a qual prevê 320h obrigatórias.

Art. 6º Para cada atividade complementar, que devido seu caráter específico não possibilite a comprovação de carga horária, será utilizada a seguinte tabela de conversão:

TABELA DE CARGA HORÁRIA – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades	Crédito	Limite máximo crédito
Artigo publicado em Periódico indexado	2 por artigo	8
Livro	8 por livro	8
Capítulo de Livro	3 por capítulo	9
Texto Completo Publicado em Anais de Evento Científico	1 por texto	5
Resumo expandido publicado em Anais de Evento Científico	0,5 por resumo	3
Textos publicados em Jornal ou Revistas (magazines)	0,25 por texto	5
Participação em eventos culturais, científicos, artísticos, desportivos, recreativos, entre outros que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares, com apresentação de relatório, e que não conste no certificado a carga horária.	1 por participação	5
Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de minicurso em evento científico, e que não conste no certificado a carga horária.	2 por participação	6
Apresentação oral ou de pôster em evento de pesquisa, extensão, ensino e inovação, e que não conste no certificado a carga horária.	2 por trabalho apresentado	6

Prêmios concedidos por instituições acadêmicas, científicas, desportivas ou artísticas.	2 por prêmio	4
Participação em restauração de obras (de arquitetura, desenho, fotografia, escultura, gravura, pintura, acervos bibliográficos, trajes ou figurinos e arquivísticos históricos) e similares.	1 por restauração	4
Participação na elaboração de Mapa, Carta ou similar.	1 por produto	4
Participação estudantil, como titular, nos Colegiados de curso e congregação dos Institutos e Faculdades.	2 por semestre	8
Participação estudantil, como titular, nos Conselhos Superiores da UFR.	2 por semestre	8
Participação estudantil, como titular, em Comissões Permanentes da UFR.	2 por semestre	8
Participação estudantil, como membro de comissões e grupos de trabalho da UFR.	1 por portaria	4
Participação em cargo diretivo: - no Diretório Acadêmico, apresentando cópia da ata de posse/eleição e validada pela atual gestão; - no Centro Acadêmico, apresentando cópia da ata de posse/eleição e validada pela atual gestão; - nas Ligas Acadêmicas, apresentando cópia da ata de posse/eleição e validada pela atual gestão.	2 por semestre	4
Participação como mesário em processo eleitoral organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral ou pela UFR (considerando-se apenas o primeiro turno)	1 por participação	2

Art 7º Casos omissos serão analisados pelo Colegiado de Curso.

SALA DO LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM HISTÓRIA - LEPHIS - DO CURSO DE

LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS, em Rondonópolis, 06 setembro de 2023.

Flávio Vilas-Bôas Trovão  
Presidente do Colegiado do Curso de  
de Licenciatura em História

## APÊNDICE VI – REGULAMENTO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Os computadores dos laboratórios de informática gerenciados pela PROTIC são destinados, prioritariamente, ao apoio dos cursos de graduação e pós-graduação como ferramentas pedagógicas na condução de suas disciplinas.

Visando atender toda a comunidade acadêmica, os laboratórios constituem-se de uso geral atendendo diferentes disciplinas em diferentes cursos. De tal modo, considerando a necessidade comunitária e visando a organização das tarefas prestadas pela PROTIC para manter os computadores funcionais, exige-se que os laboratórios sejam antecipadamente reservados.

A reserva deve ser realizada no sistema SUAP por um servidor ativo da Universidade Federal de Rondonópolis, respeitando o prazo mínimo de 120 horas de antecedência ao uso.

A partir do sistema SUAP, o servidor requisitante encontrará informações a respeito dos laboratórios de responsabilidade da PROTIC, dias e horários disponíveis para reserva, a quantidade de equipamentos disponível e os softwares instalados nos computadores de cada laboratório. Atualmente a PROTIC gerencia os seguintes laboratórios:

Sala	Capacidade da Sala	Softwares Disponíveis
Laboratório de Informática – 1A [093] – Bloco A	25 computadores	Anaconda3-5.3.1; Arduino 1.8.18; brModelo 3.2; CodeBlocks-20.03mingw; Dev-Cpp 5.11 TDM-GCC 4.9.2; Dominio Contábil; GanttProject 3.2.3240; GNU Octave 7.2.0; JabRef 5.7; Lazarus-2.2.2-fpc-3.2.2; LibreOffice 7.3.5; LTspice 17.0.35; Notepad 8.4.4; Oracle Database 10g Express Edition; Pascalzim 6.0.3.1; QGIS-OSGeo4W 3.26.2-1; Scilab 6.1.1; Sisvar 5.6; SumatraPDF 3.4.6-64; SWI Prolog 8.4.3-1; TurboDelphi; VisuAlg 3.0.7; VSCodeUser 1.70.2; XAMPP 8.1.6-0-VS16.

Laboratório de Informática – 1E (Antigo SI III) [392] – Bloco E	21 computadores	Anaconda3-5.3.1; Arduino 1.8.18; CodeBlocks-20.03mingw; Dev-Cpp 5.11 TDM-GCC 4.9.2; GanttProject 3.2.3240; GNU Octave 7.2.0; JabRef 5.7; Lazarus-2.2.2-fpc-3.2.2; LibreOffice 7.3.5; LTspice 17.0.35; Notepad 8.4.4; Oracle Database 10g Express Edition; Pascalzim 6.0.3.1; QGIS-OSGeo4W 3.26.2-1; Scilab 6.1.1; Sisvar 5.6; SumatraPDF 3.4.6; SWI Prolog 8.4.3-1; TurboDelphi; VisuAlg 3.0.7; VSCodeUser 1.70.2; XAMPP 8.1.6-0-VS16.
Laboratório de Informática – 2A [096] – Bloco A	20 computadores	Anaconda3-5.3.1; Arduino 1.8.18; CodeBlocks-20.03mingw; Dev-Cpp 5.11 TDM-GCC 4.9.2; GanttProject 3.2.3240; GNU Octave 7.2.0; JabRef 5.7; Lazarus-2.2.2-fpc-3.2.2; LibreOffice 7.3.5; LTspice 17.0.35; Notepad 8.4.4; Oracle Database 10g Express Edition; Pascalzim 6.0.3.1; QGIS-OSGeo4W 3.26.2-1; Scilab 6.1.1; Sisvar 5.6; SumatraPDF 3.4.6; SWI Prolog 8.4.3-1; TurboDelphi; VisuAlg 3.0.7; VSCodeUser 1.70.2; XAMPP 8.1.6-0-VS16.
Laboratório de Informática – 2E (Antigo SI IV) [393] – Bloco E	22 computadores	Pascalzin Versão 6.0.3.1; Visualg Versão 2.0; QGIS Google Eart; SISVAR 5.6; Notepad++; MikTex; LatexStudio; Ghost; GSView; Jabref; Anaconda; Python InkScape; SumatraPDF; Octave; LTSpice XVII (x64), 17.0.25.0; R; Rstudio; brModelo; GanttProject; Sisvar Banco de dados Oracle; Xampp; Turbo Delphi; Lazarus
Laboratório de Informática – 3E (Antigo Biblioteconomia) [408] – Bloco E	42 computadores	Anaconda3-5.3.1; Arduino 1.8.18; CodeBlocks-20.03mingw; Dev-Cpp 5.11 TDM-GCC 4.9.2; GanttProject 3.2.3240; GNU Octave 7.2.0; JabRef 5.7; Lazarus-2.2.2-fpc-3.2.2; LibreOffice 7.3.5; LTspice 17.0.35; Notepad 8.4.4; Oracle Database 10g Express Edition; Pascalzim 6.0.3.1; QGIS-OSGeo4W 3.26.2-1; Scilab 6.1.1; Sisvar 5.6; SumatraPDF 3.4.6; SWI Prolog 8.4.3-1; TurboDelphi; VisuAlg 3.0.7; VSCodeUser 1.70.2; XAMPP 8.1.6-0-VS16.
Laboratório de Informática – 4E (Antigo Contábeis) [417] – Bloco E	30 computadores	Anaconda3-5.3.1; Arduino 1.8.18; CodeBlocks-20.03mingw; Dev-Cpp 5.11 TDM-GCC 4.9.2; Dominio Contábil; GanttProject 3.2.3240; Lazarus-2.2.2-fpc-3.2.2; LibreOffice 7.3.5; Notepad 8.4.4; Oracle Database 10g Express Edition; Sisvar 5.6; SWI Prolog 8.4.3-1; VSCodeUser 1.70.2; XAMPP 8.1.6-0-VS16.

A PROTIC receberá a solicitação pelo sistema SUAP e deferirá ou não o pedido. Os critérios de agendamento considerarão como prioridade os horário das aulas das turmas no SUAP e a disciplinas da estrutura curricular dos cursos.

Não serão aceitas solicitações em feriados, domingos e horários após as 23h.

Compete aos(às) usuários(as) do laboratório:

I – manter a ordem e o silêncio necessários para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;

II – informar à Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – PROTIC através de abertura de chamado no sistema SUAP acerca de mau funcionamento de equipamento ou software, quando detectado;

III – gravar seus trabalhos em mídias próprias ou nuvem;

IV – assinar o termo de responsabilidade dos equipamentos durante o período de reserva.

A PROTIC não se responsabilizará pela integridade dos arquivos deixados nos equipamentos de uso coletivo, todos os dados serão excluídos automaticamente após o desligamento dos computadores.

É proibida a alteração de qualquer tipo de configuração dos equipamentos no laboratório, tais como: cabo de rede, cabo de vídeo, mudança do local dos computadores, instalação e remoção de softwares etc., bem como instalar e/ou executar jogos nos computadores do laboratório, acessar sites que contenham conteúdo pornográfico, redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas e utilizar programas que venham a prejudicar o funcionamento dos computadores e redes.

A violação de algum dos itens acima poderá resultar em suspensão de uso do laboratório e/ou pena disciplinar prevista em normas pertinentes.

(Fonte: <https://ufr.edu.br/protic/laboratorios-de-informatica/>)

## **APÊNDICE VII – REGIMENTO LEPHIS**

### **REGIMENTO INTERNO DO LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISAS EM HISTÓRIA – LEPHIS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **PRINCÍPIOS E OBJETIVOS**

Art. 1º O Laboratório de Ensino e Pesquisas em História – LEPHIS é um espaço de estudos, pesquisa, extensão e guarda de acervo produzido nas disciplinas de estágio supervisionado, na prática como componente curricular, de projetos de extensão, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID e do Programa Residência Pedagógica. Este é um espaço de formação onde os(as) estudantes e docentes da rede básica exercitam seus saberes docentes: com a produção de materiais didáticos, jogos pedagógicos, minicursos, oficinas e a regência de aulas.

Art. 2º O LEPHIS tem por objetivo fomentar ações que priorizem a indissociabilidade entre a teoria e a prática, a pesquisa voltada para o ensino de História, a produção de recursos didáticos, a inovação metodológica no ensino de História, a utilização e a criação de diferentes tecnologias e linguagens voltadas para o ensino da História.

Art. 3º O Laboratório de Ensino e Pesquisas em História – LEPHIS do Curso de Licenciatura em História atende aos acadêmicos do curso de História e aos(as) professores(as) da educação básica da rede municipal e estadual de Rondonópolis e região sul de Mato Grosso, com atividades de extensão com foco na formação continuada. As atividades ofertadas são: oficinas, minicursos, eventos, grupos de estudos, ciclo de debates, simpósios temáticos, colóquios e pesquisas.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DO PATRIMÔNIO E DO FINANCIAMENTO DO LABORATÓRIO**

Art. 4º O laboratório contém: 06 computadores, 01 Tv de 49', um equipamento de reprodução de DVD e VHS, jogos pedagógicos elaborados pelos(as) discentes do curso de história, livros didáticos de História, filmes, mapas, revistas de educação e história.

Art. 5º Os equipamentos, registrados e identificados com número patrimonial, alocados no laboratório, não poderão ser removidos ou transportados para outro local, sem autorização prévia das coordenações pertinentes.

Art. 6º Os recursos financeiros destinados ao laboratório são provenientes de:

I. Participação da dotação orçamentária da Instituição, prevista anualmente em

seu orçamento geral;

II. Receitas eventuais provenientes de convênios com entidades financiadoras;

III. Receitas eventuais vinculadas à participação em programas de pós-graduação, em projetos de pesquisa ou de extensão.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA COORDENAÇÃO E DOS DIREITOS E DEVERES DO(A) COORDENADOR(A) DO LABORATÓRIO**

Art. 7º O laboratório será coordenado por um(a) professor(a) do curso de História eleito pelo colegiado de Curso.

Art. 8º Compete ao(à) coordenador(a) do laboratório:

I. Propor anualmente Programa de Extensão a ser desenvolvido no Laboratório;

II. Coordenar a organização do planejamento e calendário das atividades do laboratório;

III. Manter atualizado o site do laboratório e divulgar as ações do mesmo;

IV. Coordenar o Programa de Extensão do Laboratório e as atividades dos monitores;

V. Orientar os monitores e usuários para a utilização dos materiais e das ações a serem desenvolvidas;

VI. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO FUNCIONAMENTO**

Art. 9º O laboratório permanecerá aberto de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h.

§ 1º O laboratório receberá estudantes e professores(as) da educação básica para atividades monitoradas com prévio agendamento realizado por telefone e/ou e-mail diretamente com a coordenação do Laboratório e ou monitor(a) responsável. O atendimento para as escolas será feito exclusivamente no período vespertino.

§ 2º O laboratório atenderá prioritariamente as atividades de ensino realizadas em grupo/turmas dos(as) professores(as) e estudantes do curso de História com

agendamento prévio. O atendimento para a atividade de ensino será realizado preferencialmente no período matutino e noturno sob a supervisão de um(a) professor(a).

§ 3º É vetado o uso individual do laboratório quando houver agendamento de atividades coletivas. O uso individual do laboratório será prioritariamente para os(as) estudantes do curso de História para atividades de estudos, pesquisa, produção de material didático e utilização dos jogos.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS DIREITOS E DEVERES DOS(AS) USUÁRIOS(AS)**

Art. 10. São direitos dos(as) usuários(as):

- I. Utilizar o laboratório para estudos e preparo de aulas práticas.
- II. Emprestar os materiais para uso em projetos pedagógicos, aulas práticas e estágios, desde que não ultrapasse 48h fora do laboratório.
- III. Ter acesso atualizado semanalmente a agenda do laboratório, para fins de organização das atividades em grupo e individuais.
- IV. Solicitar aos(às) professores(as) e coordenadores(as) de projetos os materiais necessários para as atividades.

Art. 11. São deveres dos(as) usuários(as):

- I. Organizar os materiais utilizados em seus devidos lugares e manter o ambiente limpo.
- II. Zelar pela ordem e utilização dos jogos, brinquedos e demais equipamentos e materiais didáticos pedagógicos.
- II. Não comer ou beber no recinto.
- IV. Não expor materiais em paredes sem a devida autorização.
- V. Substituir o jogo/material que por ventura seja extraviado estando em sua responsabilidade por outro do mesmo valor.
- VI. Não guardar materiais pessoais junto aos materiais do Laboratório.
- VII. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

## **CAPÍTULO VI**

### **DOS DEVERES DOS(AS) PROFESSORES(AS)**

Art. 12. Os(As) docentes deverão fornecer orientações aos(às) discentes para que possam utilizar adequadamente os materiais em aulas práticas ou em projetos que estejam em sua responsabilidade.

- I. Agendar previamente o uso do laboratório para as atividades de ensino;
- II. Solicitar com antecedência os materiais que serão necessários para as atividades que irá desenvolver no laboratório;
- III. Conferir com antecedência se todos os equipamentos a serem utilizados estão funcionando;
- IV. Organizar e desligar todos os equipamentos após o uso;
- V. Cumprir e fazer cumprir este regulamento

## **CAPÍTULO VII**

### **DOS DEVERES DOS(AS) BOLSISTAS**

Art. 13. O(A) coordenador(a) do laboratório é responsável pelos(as) bolsistas e todas as suas atividades no laboratório.

Art. 14. Compete ainda aos(às) bolsistas:

- I. Divulgar horários do laboratório e o agendamento semanalmente;
- II. Acompanhar os(as) docentes e discentes em aulas práticas;
- III. Zelar pela ordem e manutenção do laboratório;
- IV. Selecionar os materiais a serem utilizados nas atividades individuais e coletivas;
- V. Recepcionar e divulgar as ações do laboratório e do curso de História nas visitas das escolas;
- VI. Catalogar e digitalizar o acervo do laboratório para o banco de dados do site;
- V. Manter atualizado o site e divulgar os eventos do laboratório;
- VI. Realizar os empréstimos dos materiais do laboratório;
- VII. Conferir os jogos antes e após o empréstimo;
- VIII. Relatar imediatamente ao(à) coordenador(a) do laboratório toda e qualquer

irregularidade com o espaço físico, equipamentos e acervo;

IV. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

## CAPÍTULO VIII

### DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAIS

Art. 15. A Instituição disponibilizará materiais didáticos para que os estudantes possam enriquecer sua prática pedagógica e aulas, durante os estágios nas escolas de Educação Básica e em projetos pedagógicos; entretanto, o empréstimo deve ser requerido mediante apresentação de comprovação de matrícula e com antecedência de 24h para recebimento e com devolução de no máximo 48h.

I. Para o empréstimo do material o estudante deverá preencher um Termo de Compromisso onde constará: tipo e quantidade do material emprestado, o check list de todos os itens quando se tratar de jogos que será conferido pelo bolsista e estudante no ato da entrega e a data da devolução;

II. A entrega do material será feita na data marcada e todo o material deverá ser conferido pelo usuário e bolsista no ato da entrega. A falta de um material deverá ser ressarcida pelo usuário com o mesmo item e/ou valor em dinheiro do item extraviado.

III. Os jogos deverão ser entregues com todas as peças e componentes constantes no checklist. Na falta de um componente o usuário deverá adquirir um novo jogo para ressarcimento e/ou efetuar o pagamento em dinheiro do jogo completo.

Art. 16. O empréstimo de jogos e materiais didáticos a outras entidades será autorizado pelo(a) Coordenador(a) do Laboratório.

I. Para o empréstimo do material o responsável deverá preencher um Termo de Compromisso onde constará: tipo e quantidade do material emprestado, o check list de todos os itens quando se tratar de jogos que será conferido pelo(a) bolsista e estudante no ato da entrega e a data da devolução;

II. A entrega do material será feita na data marcada e todo o material deverá ser conferido pelo usuário e bolsista no ato da entrega. A falta de um material deverá ser ressarcida pelo usuário com o mesmo item e/ou valor em dinheiro do item extraviado.

III. Os jogos deverão ser entregues com todas as peças e componentes constantes no checklist. Na falta de um componente o(a) usuário(a) deverá adquirir um novo jogo para ressarcimento e/ou efetuar o pagamento em dinheiro do jogo completo.

Art. 17. É vedado o empréstimo de materiais e equipamentos do Laboratório que estejam com registro e número de patrimônio. Tais como: projetores, computadores, caixas de som, entre outros.

Art. 18. Incorrerá em sanções decorrentes do não cumprimento dos deveres dos usuários aplicáveis pela Instituição:

- I. O usuário que retirar material do laboratório de forma irregular;
- II. Cometer faltas consideradas graves.

Art. 19. Não será permitido que crianças sem acompanhamento de professor(a), bolsista, voluntário(a) responsável use os recursos do laboratório que são exclusivos para enriquecimento das práticas pedagógicas, sejam dos estudantes em formação inicial ou de professores(as) em formação continuada.

## **CAPÍTULO IX**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 20. Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pelo(a) coordenador(a) do Laboratório juntamente com o(a) Coordenador(a) de Curso de História. Em caso de discordância será ouvido o Colegiado do Curso e as demais partes envolvidas.

Art. 21. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso de História.

SALA DO LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM HISTÓRIA - LEPHIS - DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS, em Rondonópolis, 14 de dezembro de 2022.

Flávio Vilas-Bôas Trovão  
Presidente do Colegiado do Curso de  
de Licenciatura em História

## APÊNDICE VIII – REGIMENTO NDHOC

RESOLUÇÃO CONSUNI N.º 19, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

*Aprova a criação e o regimento do Núcleo de  
Documentação Histórica Otávio Canavarros - NDHOC.*

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo n.º 23108.008835/05-2, 21/05 – CONSUNI;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário em reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2005;

**R E S O L V E :**

Artigo 1º. Aprovar a criação do Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros - NDHOC, e seu respectivo regimento composto de 23 artigos, distribuídos em IV Capítulos, que com esta Resolução é publicado.

Artigo 2º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, em Cuiabá, 15 de dezembro de 2005.

PAULO SPELLER

PRESIDENTE

### **REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA OTÁVIO CANAVARROS – NUDHOC**

Regimento do Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros – NDHOC do Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Campus Universitário de Rondonópolis – Curso de História

Capítulo I

Da finalidade

Art. 1º. O Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros – NDHOC é o levantamento, a preservação e guarda de documentação histórica, em especial de história regional (mato Grosso) para fins de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como, o desenvolvimento de intercâmbio com organismos nacionais e internacionais congêneres.

## Capítulo II

### Da organização

Art. 2º. O Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros – NDHOC rege-se pela Resolução CONSUNI n.º 03, de 13 de janeiro de 1999 e, internamente, funcionará pelo presente Regimento.

Art. 3º. A organização administrativa do NDHOC é composta por:

1. Coordenação
2. Secretaria.

Parágrafo único. A Coordenação do NDHOC será eleita pelo Colegiado de Curso de História e nomeada pelo Reitor. A Secretaria do NDHOC será assumida por um servidor técnico administrativo, designado pelo Instituto de Ciências humanas e Sociais/UFR para o exercício da função.

Art. 4º. As condições para utilização dos acervos do Núcleo serão condicionadas ao espaço físico, pessoal e equipamentos disponibilizados ao mesmo.

Art. 5º. Todos os acervos do NDHOC serão estritamente de uso interno, não podendo haver empréstimos dos mesmos.

Art. 6º. O NDHOC, dispondo de um técnico (a) administrativo (a), funcionará no mesmo período de oferecimento do curso de História (matutino e noturno).

Art. 7º. A reprodução de documento que esteja disponível para tal, será acompanhada do técnico responsável pelo NDHOC.

Art. 8º. A utilização dos equipamentos será agendada previamente e acompanhada pelo técnico responsável pelo NDHOC.

Art. 9º. Será proibido o ingresso e permanência de usuários no NDHOC com bolsas, alimentos e bebidas.

## Capítulo III

### Das Competências

#### Seção I

## Do Núcleo

Art. 10. Disponibilizar documentos e informações sobre História Regional (Mato Grosso) aos pesquisadores.

Art. 11. Realizar levantamentos, catalogações, indexações, microfílmagens da documentação histórica.

Art. 12. Coletar documentos e testemunhos de importância para a preservação da memória histórica, sempre que tal procedimento for necessário.

## Seção II

### Da Coordenação

Art. 13. Compete a Coordenação do NDHOC administrar e zelar por seus acervos.

Art. 14. Elaborar proposta de trabalho para o período de dois anos e apresentar ao Curso de História anualmente, relatório das atividades desenvolvidas no período.

Art. 15. Participar das reuniões de Colegiado do Curso de História e informar periodicamente as atividades em desenvolvimento no NDHOC.

Art. 16. Buscar financiamento, firmar convênios, contratos de prestação de serviços e parcerias para subsidiar as atividades do NDHOC.

Art. 17. Ampliar os acervos do NDHOC por meio de doações e projetos que serão submetidos à apreciação do Colegiado de Curso de História/ICHS/UFR.

Art. 18. Convocar e realizar reuniões anualmente, com os membros do Colegiado de Curso de História, para avaliação e planejamento das atividades do NDHOC.

Parágrafo único. Caso a coordenação julgue necessário poderá convocar reuniões extraordinárias para tratar de assuntos de interesse do NDHOC.

## Seção III

### Da Secretaria

Art. 19. É competência da Secretaria receber e organizar a documentação do NDHOC.

Art. 20. Zelar pelos acervos do NDHOC, registrar, catalogar e informatizar os documentos.

Art. 21. Secretariar reuniões, elaborar atas, arquivar documentos e executar as demais atividades realizadas no NDHOC.

Art. 22. Atender ao público e pesquisadores que procuram pelo NDHOC, auxiliando-os e disponibilizando o acervo e equipamentos do NDHOC.

## Capítulo IV

### Das disposições finais e transitórias

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância, pela Coordenação do NDHOC, em segunda pelo Colegiado de Curso de História e/ou pela Congregação do Instituto de Ciências Humanas e Socais/CUR para os encaminhamentos cabíveis.

SALA DAS SESSÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, em Cuiabá 15 de dezembro de 2005.

Paulo Speller

Presidente

## **APÊNDICE IX – REGULAMENTO do LAPRAS-ICHS**

### **REGULAMENTO E NORMAS PARA O USO DO LAPRAS-ICHS**

#### **Capítulo I**

##### **Da finalidade e objetivos**

Art. 1º O Laboratório de Práticas (LAPRAS) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), é um espaço destinado à pesquisa, extensão, formação e produção pedagógica ligadas aos cursos, nos níveis de graduação e pós-graduação, que compõem o ICHS/UFR.

Art. 2º O LAPRAS tem como premissa a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, com o objetivo de fomentar práticas socialmente comprometidas que oportunizem a formação crítica, plural e democrática das/os futuras/os profissionais das áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, bem como o diálogo profícuo com a sociedade.

Art. 3º O LAPRAS atende às/aos docentes e discentes dos cursos do ICHS, bem como às/aos professoras/es da educação básica das redes municipal e estadual de ensino de Rondonópolis e região, com atividades de formação continuada ligadas à projetos e/ou iniciativas coletivas.

Parágrafo único. As atividades desenvolvidas no LAPRAS contemplam oficinas, minicursos, eventos, grupos de estudos, ciclo de debates, simpósios temáticos, colóquios, pesquisas, produção de materiais pedagógicos, produção de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, produção midiática, práticas educacionais, entre outros.

Art. 4º O LAPRAS está diretamente vinculado ao ICHS. Sempre que necessário, as decisões coletivas serão discutidas e deliberadas durante as reuniões da Congregação do ICHS.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Do patrimônio e empréstimo**

Art. 5º Os equipamentos e mobiliários existentes no LAPRAS são registrados e identificados com número patrimonial, não podendo ser removidos ou transportados, em condição de empréstimo, para outro local sem a autorização prévia da supervisão.

Art. 6º Os materiais disponibilizados no LAPRAS destinam-se às atividades de ensino, pesquisa e extensão, não podendo haver a guarda de materiais particulares.

Art. 7º O empréstimo de equipamentos, por tempo determinado e para fins acadêmicos, poderá ser feito por servidora/or da UFR vinculado ao ICHS e sua solicitação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo, 48h úteis, através de formulário específico via SEI, o qual deverá ser assinado pela/o requisitante e encaminhado à unidade do LAPRAS. Após análise, a supervisão do LAPRAS incluirá um despacho no processo deliberando acerca da disponibilidade de empréstimo.

Parágrafo único. O empréstimo de equipamentos está condicionado à disponibilidade e a vinculação do seu uso a projetos e/ou atividades acadêmicas.

Art. 8º A/O requisitante será responsável pelo manuseio dos equipamentos emprestados, devendo devolvê-los no prazo estipulado e nas mesmas condições de uso que lhe foram entregues.

Art. 9º A lista de equipamentos para empréstimo poderá ser solicitada à supervisão e/ou às/aos monitores do LAPRAS.

Art. 10. Os equipamentos deverão ser guardados em armário de acesso restrito, devendo ser testados no momento da sua retirada para empréstimo, bem como na sua devolução.

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos direitos e deveres da supervisão**

Art. 11. O Laboratório será supervisionado por servidora/or lotada/o no ICHS, escolhida/o pela Congregação do Instituto.

Art. 12. A supervisão do LAPRAS será institucionalizada por meio de portaria, com duração de dois anos, na qual será descrita a carga horária da atividade de acordo com os dispositivos de regulação vigentes na UFR.

Art. 13. Ao final do tempo de vigência da portaria, a/o supervisora/or poderá dar continuidade às suas funções com a emissão de uma nova portaria, desde que essa seja uma decisão deliberada e aprovada pela Congregação do ICHS.

Art. 14. Compete à supervisão do Laboratório:

- I- zelar pelo bom funcionamento do LAPRAS;
- II- propor anualmente Projeto de Extensão a ser desenvolvido no Laboratório;
- III- coordenar as atividades das/os monitoras/es;
- IV- coordenar a organização do planejamento e agendamento das atividades no Laboratório;
- V- manter atualizado o site do Laboratório e divulgar as ações do mesmo;
- VI- aprovar o empréstimo de equipamentos;
- VII- encaminhar à Congregação do ICBS demandas que requerem deliberações coletivas;
- VIII- desenvolver atividades concernentes à função de supervisão de laboratório;
- IX. cumprir e fazer cumprir este Regimento.

#### CAPÍTULO IV

##### Do funcionamento e controle de acesso

Art. 15. O LAPRAS permanecerá aberto, durante o período letivo, de segunda à sexta-feira, preferencialmente das 8:00 às 11:00 e das 14:00 às 18:00.

§1 O horário de funcionamento dependerá da disponibilidade de monitores;

§2 O Laboratório poderá ser agendado para atividades aos sábados, cabendo à/ao servidora/or requisitante a posse da chave;

§3 O Laboratório poderá ser agendado para atividades no turno noturno, das 19:00 às 22:00, cabendo à/ao servidora/or requisitante a posse da chave e a entrega na manhã subsequente ao seu uso.

Art. 16. A reserva para uso exclusivo do Laboratório dar-se-á conforme a necessidade da atividade acadêmica, disponibilidade de horário e desde que não prejudique o uso de outrem, devendo ser agendado o seu uso com a supervisão, secretaria do ICBS e/ou com o monitor responsável, nos horários de funcionamento estabelecidos.

§1 O agendamento deverá ser feito por servidora/or lotada/o no ICBS;

§2 Para a solicitação de agendamento será necessário informar os seguintes dados:

I- dados da/o servidora/or responsável pelo agendamento;

II- o tipo de atividade prevista;

III- a data e o horário de utilização;

IV- os equipamentos e materiais que serão manuseados.

Art. 17. O uso do Laboratório pelas/os discentes dos cursos de graduação e pós-graduação do ICBS poderá ser feito nos horários estabelecidos no caput 15, desde que haja a presença de monitora/or responsável e/ou a supervisão docente.

Art. 18 – O uso por docentes, discentes e técnicos que não sejam dos cursos de graduação e pós-graduação do ICBS, ou de público externo, só será permitido mediante autorização da supervisão do LAPRAS, em caráter excepcional.

Art. 19. O Laboratório contará com um registro de acesso de discentes.

Art. 20. Terão posse de cópia da chave do LAPRAS, por tempo concernente à função ocupada:

a) supervisão;

b) direção/secretaria do ICBS;

c) monitores.

Parágrafo único. Haverá uma cópia da chave do laboratório para fins de agendamento, devendo a mesma ser devolvida às/aos monitores ou secretaria do ICBS dentro do prazo estipulado de agendamento.

## **CAPÍTULO V**

### **Do uso**

Art. 21. Os recursos disponibilizados no LAPRAS destinam-se exclusivamente às atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação e pós-graduação ligados ao ICBS, sendo vedados:

§1º Efetuar qualquer tipo de alteração e/ou manutenção na configuração dos equipamentos do Laboratório. Quando for necessário, solicitar à supervisão e/ou aos monitores que acione a unidade responsável da UFR;

§2º Cometer quaisquer atos ilícitos;

§3º Acesso a jogos e redes sociais sem estar ligado a alguma proposta pedagógica estabelecida por projetos e/ou estabelecida pela/o docente responsável;

§4º Mudar os equipamentos de lugar, desconectar os cabos ou realizar modificações na ordem ou disposição do Laboratório, sem devida autorização da supervisão ou apoio técnico institucional.

Art. 22. É de responsabilidade das/os usuárias/os manter o ambiente em ordem após o seu uso.

Art. 23. Arquivos só poderão ser armazenados nos computadores durante o período de uso. Não será permitida a criação de pastas individuais e/ou salvar arquivos na área de trabalho. Eles poderão ser apagados da máquina nas atividades de manutenção sem aviso prévio.

## **CAPÍTULO VI**

### **Disposições gerais e transitórias**

Art. 24. Os casos omissos neste Regimento devem ser resolvidos pela supervisão do LAPRAS juntamente com a Direção do ICBS.

Art. 25. Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo CONSUNI.